



UNISEPE – UNIÃO DAS INSTITUIÇÕES DE SERVIÇOS, ENSINO E PESQUISA

PDI

PLANO DE DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL

2019 - 2023

SÃO LOURENÇO (MG)

“A Educação é a força transformadora da sociedade, humanizando o mundo”

“À medida que o país cresce em complexidade, ele se ressent de uma melhor qualificação de recursos humanos, em todas as áreas, nelas se incluindo a educação, ponto de partida e chegada dessa qualificação. ”

Arnaldo Niskier

SUMÁRIO

1. PERFIL INSTITUCIONAL	6
1.1. DA MANTENEDORA	6
1.1.1. Histórico da Mantenedora	6
1.2. DA INSTITUIÇÃO MANTIDA	7
1.2.1. Denominação	7
1.2.2. Histórico de Implantação e Desenvolvimento da Instituição	8
1.2.3. Área de Influência	11
1.2.4. Missão	14
1.2.5. Objetivos e Metas da Instituição	15
1.2.6. A Contribuição da IES	16
1.2.7. Contexto Educacional de São Lourenço	18
2. PROJETO PEDAGÓGICO INSTITUCIONAL	19
2.1. INTRODUÇÃO	19
2.2. QUAL INSTITUIÇÃO SE PRETENDE	19
2.3. CONTEXTO – NECESSIDADE E INSERÇÃO SOCIAL DA INSTITUIÇÃO	20
2.3.1. A Responsabilidade Social	21
2.3.2. Responsabilidade Social da Instituição, enfatizando a contribuição à inclusão social e ao desenvolvimento econômico e social da região	22
2.4. OBJETIVOS PEDAGÓGICOS GERAIS	24
2.5. A PRÁTICA PEDAGÓGICA	25
2.6. FUNDAMENTOS DO PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO	26
2.7. DIRETRIZES	27
2.7.1. Igualdade de Acesso	27
2.7.2. O Ensino De Graduação	28
2.7.3. Pós-Graduação	31
2.7.4. A Extensão e Projetos Sociais devem:	31
2.8. PERFIL DO EGRESSO	31
2.9. POLÍTICAS INSTITUCIONAIS	32
2.9.1. Políticas de Ensino	32
2.9.2. Política de Pós-Graduação	35
2.9.3. Política de Desenvolvimento Econômico e Social	35
2.9.4. Política de Pesquisa	36
2.9.5. Política de Extensão	38
2.9.5.1. Parceria com a Comunidade	39
2.9.6. Políticas de Gestão	40
2.9.7. Política de Recursos Humanos	42
2.9.8. Política de Qualificação, Educação Continuada e Plano de Carreira	43
2.9.9. Política de Capacitação, Formação e Qualificação Permanente do Corpo Técnico Administrativo	46
2.9.10. Políticas de Incentivo e Difusão à Produção Intelectual Docente e Discente	46
2.9.11. Política de Acessibilidade	48
2.9.12. Políticas Afirmativas	48
2.9.13. Políticas de Direitos Humanos	48
2.9.14. Políticas de Educação Ambiental	50
2.9.15. Políticas de Educação para a Diversidade, a Defesa e Promoção dos Direitos Humanos, para as Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro Brasileira, Africana e Indígena	52
2.9.16. Políticas de Educação a Distância	52
2.9.17. Política de Monitoria	53
2.9.18. Política de Estágio	53
2.9.19. Política da Avaliação da Aprendizagem	55
2.9.20. Política de Egressos	56
2.9.21. Política de Ouvidoria	56
2.9.22. Política de Proteção dos Direitos das Pessoas com Transtorno de Espectro Autista	57
2.9.23. Política de Atendimento ao Discente	57
2.10. Sustentabilidade Financeira	58
3. IMPLEMENTAÇÃO DA INSTITUIÇÃO E ORGANIZAÇÃO ACADÊMICA	58

3.1. CRONOGRAMA DE IMPLANTAÇÃO E DESENVOLVIMENTO DA INSTITUIÇÃO PARA O PERÍODO DE VIGÊNCIA DO PDI: 2019 – 2023.....	58
3.2. PLANO PARA ATENDIMENTO ÀS DIRETRIZES PEDAGÓGICAS, ESTABELECENDO OS CRITÉRIOS GERAIS.....	62
3.3. CONSIDERAÇÕES SIGNIFICATIVAS, ESPECIALMENTE QUANTO A FLEXIBILIDADE E INCREMENTO DOS COMPONENTES CURRICULARES.....	67
3.4. OPORTUNIDADES DIFERENCIADAS DE INTEGRALIZAÇÃO DOS CURSOS	70
3.5. AVANÇOS TECNOLÓGICOS.....	70
4. CORPO DOCENTE.....	71
4.1. REQUISITOS DE TITULAÇÃO	71
4.2. EXPERIÊNCIA NO MAGISTÉRIO SUPERIOR E EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL.....	72
4.3. CRITÉRIOS DE SELEÇÃO E CONTRATAÇÃO	73
4.4. POLÍTICAS DE QUALIFICAÇÃO, PLANO DE CARREIRA E REGIME DE TRABALHO	73
4.5. PROCEDIMENTOS PARA SUBSTITUIÇÃO EVENTUAL DOS DOCENTES DO QUADRO	73
5. CORPO TÉCNICO ADMINISTRATIVO	75
5.1. CRITÉRIOS DE SELEÇÃO E CONTRATAÇÃO	75
5.2. POLÍTICAS DE QUALIFICAÇÃO E REGIME DE TRABALHO	75
6. CORPO DISCENTE	76
6.1. FORMAS E CONDIÇÕES DE ACESSO E AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO DO DISCENTE.....	76
6.2. PROGRAMAS DE APOIO PEDAGÓGICO E FINANCEIRO	80
6.3. ESTÍMULOS À PERMANÊNCIA.....	82
6.4. ACOMPANHAMENTO DE EGRESSOS	85
7. ORGANIZAÇÃO ADMINISTRATIVA.....	86
7.1. ESTRUTURA ORGANIZACIONAL, INSTÂNCIAS DE DECISÃO, ÓRGÃOS COLEGIADOS, ÓRGÃOS DE APOIO ÀS ATIVIDADES ACADÊMICAS, AUTONOMIA DA IES EM RELAÇÃO À MANTENEDORA	86
7.1.1. Estrutura Organizacional e Instâncias de Decisão	86
7.2. AUTONOMIA DA IES EM RELAÇÃO À MANTENEDORA.....	96
7.3. ÓRGÃOS DE APOIO ÀS ATIVIDADES ACADÊMICAS SECRETARIA DE REGISTROS ACADÊMICOS	96
8. AUTOAVALIAÇÃO INSTITUCIONAL	98
8.1. METODOLOGIA, DIMENSÕES E INSTRUMENTOS A SEREM UTILIZADOS NO PROCESSO DE AUTOAVALIAÇÃO	98
8.2. FORMAS DE UTILIZAÇÃO DOS RESULTADOS DAS AVALIAÇÕES	103
9. INFRAESTRUTURA FÍSICA E INSTALAÇÕES ACADÊMICAS	104
9.1. INFRAESTRUTURA FÍSICA.....	104
9.2. LOCALIZAÇÃO	104
9.3. INSTALAÇÕES ESPECÍFICAS.....	104
9.4. INFRAESTRUTURA ACADÊMICA.....	107
9.5. ATENDIMENTO A ALUNOS COM DEFICIÊNCIA.....	109
9.5.1. Atendimento para Acessibilidade Arquitetônica	109
9.5.2. Atendimento para a Acessibilidade nas Comunicações, Pedagógica e Atitudinal	110
9.6. BIBLIOTECA	111
9.6.1. Espaço Físico.....	111
9.6.2. Funcionamento	111
9.6.3. Instalações para Estudos Individuais.....	111
9.6.4. Instalações para Estudos Coletivos	112
9.6.5. Acervo	112
9.6.6. Livros.....	113
9.6.7. Informatização.....	114
9.6.8. Base de Dados.....	115
9.6.9. Política de Expansão e Atualização do Acervo	115
9.6.10. Plano de Contingência.....	115
9.6.11. Repositório Institucional	115
9.7. SALA(S) DE APOIO DE INFORMÁTICA OU INFRAESTRUTURA EQUIVALENTE.....	115
9.7.1. Inovações Tecnológicas significativas e Recursos de Tecnologias de Informação e Comunicação	116
9.7.1.1. O Ambiente Virtual	117
9.7.1.2. Inovação com Integração de Tecnologias	118
9.7.1.3. Integração com Sistemas	119
9.7.1.4. Mobilidade no Acesso Acadêmico e AVA.....	119
9.7.2. Rede Administrativa	119

9.7.3. Rede Acadêmica	120
9.8. RECURSOS AUDIOVISUAIS E MULTIMÍDIA.....	122
9.9. MANUTENÇÃO, CONSERVAÇÃO E EXPANSÃO DOS EQUIPAMENTOS	122
9.9.1. Plano de expansão e atualização de equipamentos	122
9.10. RECURSOS TECNOLÓGICOS DE COMUNICAÇÃO INSTITUCIONAL	123
9.11. AVALIAÇÃO E ATUALIZAÇÃO CONTINUADA.....	125
10.ASPECTOS FINANCEIROS E ORÇAMENTÁRIOS.....	126
10.1. ESTRATÉGIA DE GESTÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA.....	126
10.2.DEMONSTRAÇÃO DA SUSTENTABILIDADE FINANCEIRA	127
11.CONCEPÇÃO METODOLÓGICA E ESTRUTURAL PARA O ENSINO A DISTÂNCIA	129
11.1. METODOLOGIA UTILIZADA PELO NEAD PARA A INTERAÇÃO COM OS USUÁRIOS	129
11.1.1. Métodos e Práticas de Ensino.....	129
11.1.2. Recursos Didáticos	129
11.1.3. Mediação de Docentes, Tutores e Profissionais da Educação.....	130
11.2. REFERENCIAL PARA A PRODUÇÃO DE MATERIAIS DIDÁTICOS PARA A MODALIDADE DE ENSINO A DISTÂNCIA.....	130
11.2.1. Metodologia empregada na produção de Materiais Didáticos.....	130
11.2.2. A Construção dos Materiais Didáticos.....	131
11.2.3. Estrutura Didática das Disciplinas (EaD).....	131
11.2.3.1. Matriz Didática para o Ensino a Distância.....	133
11.2.4. Processos de Controle de Produção de Materiais Didáticos.....	134
11.2.5. Metodologia de Avaliação para o Ensino a Distância.....	134
11.3. ESTRUTURA DIDÁTICA E FUNCIONAL DO AMBIENTE VIRTUAL DE APRENDIZAGEM EAD	136
11.4. ESPECIFICIDADES NA INTERAÇÃO ENTRE TUTORES, DOCENTES (EAD).....	137
11.5. PROCESSOS DE QUALIFICAÇÃO DOCENTE E TUTORES	137
ANEXO 01 - Acessibilidade na FSL	139

APRESENTAÇÃO

Atenta às transformações das políticas educacionais que vêm ocorrendo ao longo dos últimos anos, a Faculdade de São Lourenço busca implementar um processo de modernização que fortaleça sua posição institucional, considerando a significativa relevância social, tanto no Sul do Estado de Minas Gerais, quanto na microrregião que a circunda, abrangendo outros municípios.

A IES constitui-se em corpo social, a serviço da sociedade, cuja visão consolida como Instituição capaz de debater e intervir no contexto político, econômico, social, cultural e ambiental, tendo como desafio garantir a produção de conhecimento inovador e crítico, fruto do respeito à diversidade, à heterogeneidade e à pluralidade de ideias que, somados às diretrizes norteadoras relacionadas aos princípios básicos de gestão, garantem o alcance da sua missão.

A IES que já é credenciada para a modalidade de ensino presencial a partir de 2019, passa aos trâmites para credenciar para ofertar a modalidade a distância (EaD), buscando compreender amplamente as diferentes realidades nas quais está inserida. Somente assim poderá preparar-se para responder às suas demandas internas e externas, visando cumprir sua missão, e contribuir para o desenvolvimento humano, com ênfase na responsabilidade social e no empreendedorismo.

Mantendo a tradição de sucesso da modalidade de ensino presencial, por mais de 25 anos, a Faculdade de São Lourenço se destaca pelos resultados positivos no ensino superior na região do Sul de Minas Gerais. Diante de todo esse histórico, a IES continuará a buscar a expansão da oferta do ensino superior de qualidade na própria região e também para outras áreas mais distantes por meio da modalidade de ensino a distância.

É necessário que a IES, por ser um dos principais agentes de transformação social, busque compreender amplamente a realidade na qual está inserida. Só assim poderá preparar-se para responder às suas demandas internas e externas, visando cumprir sua missão, contribuindo para o desenvolvimento humano, com ênfase na responsabilidade social.

Também é importante se destacar que foi levado em consideração, à experiência acumulada da IES, na elaboração e a execução deste novo Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) de 2019 até 2023. Vários itens existentes no PDI anterior por terem um amplo espectro de objetivos, estratégias e ações, nas áreas de Graduação, Pós-graduação, Iniciação a Pesquisa, Extensão, Recursos de Pessoas e Gestão, puderam ter sido aperfeiçoados na construção deste novo documento.

Foi realizada a análise da situação atual de todos os aspectos que contemplam os segmentos acadêmico-administrativos, visando à projeção daquilo que a IES quer e pode ser. Isto implicou um processo de análise e avaliação do PDI e do Projeto Pedagógico Institucional – PPI, anteriores, para torná-los referenciais para análise dos ambientes interno e externo,

identificando fatores que possam contribuir para o desenvolvimento institucional e pontos que devem ser enfrentados neste novo plano de desenvolvimento da Instituição.

A elaboração e a operacionalização do **PDI 2019-2023** se deram por meio de reuniões preparatórias e técnicas que contemplaram todos os segmentos da comunidade acadêmica, assim como representaram as unidades organizacionais e colegiadas da Instituição.

Por fim, cabe destacar alguns pressupostos de caráter geral, que orientaram a elaboração do texto que, ratificado pelo Conselho Superior, passaram a valer para o quinquênio 2019-2023. Trata-se de um planejamento estabelecido para orientar, no prazo de cinco anos, as ações em todas as dimensões da IES, na perspectiva de, assegurando a necessária flexibilidade para o atendimento da comunidade educacional. Assim, além de balizar a atuação futura da Instituição, este PDI também orienta o planejamento interno dos setores e órgãos que compõem a sua estrutura organizacional.

1. PERFIL INSTITUCIONAL

1.1. Da Mantenedora

Mantenedora:	
UNISEPE – União das Instituições de Serviços, Ensino e Pesquisa Ltda.	
CNPJ: 67.172.676/0001-33	
End.: Rodovia "João Beira" SP95 - Km 46,5 - Bairro Modelo – Amparo/SP - CEP: 13905-529	
Mantida:	
Faculdade São Lourenço	
CNPJ:	
End.: Rua Madame Schmidt, 90 – Nossa Senhora de Fátima CEP: 37.470-000 – São Lourenço (MG)	
Representante Legal da Mantida:	
Aderbal Alfredo Calderari Bernardes	
CPF:	
Fone: (35) <u>3332 3355</u>	
E-mail: aacbernardes@scelisul.com.br	

1.1.1. Histórico da Mantenedora

A Sociedade Sul Mineira de Educação e Cultura S/C Ltda – ASMEC, Entidade Educacional com sede e foro no município de Ouro Fino, Estado de Minas Gerais, com seu contrato social devidamente registrado no Cartório de Registro de Títulos e Documentos, e Pessoas Jurídicas da comarca de Ouro Fino (MG), no Livro A, Fl. 01, número 203 em 12 de maio de 1999, foi constituída em sucessão à Associação Sul Mineira de Educação e Cultura, entidade filantrópica, sem fins lucrativos, constituída em 16 de dezembro de 1974, com seus atos societários registrados no Cartório de Registro de Imóveis da comarca de Ouro Fino, Estado de Minas Gerais.

Tradição no Ensino Superior

A Sociedade Sul Mineira de Educação e Cultura S/C Ltda – ASMEC, é mantenedora da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ouro Fino, da Faculdade de Economia de Ouro Fino, da Faculdade de Tecnologia de Ouro Fino e do Instituto de Ensino Superior de Ouro Fino. A primeira foi autorizada em 8 de agosto de 1972 pelo Parecer 828/72 do então Conselho Federal de Educação sendo o Decreto Federal de autorização, de 3 de Outubro de 1972, de nº 71.188, publicado no DOU de 4/10/72. A segunda foi autorizada em

1998 através da Portaria 620/98. A Faculdade de Tecnologia de Ouro Fino – FATEC, credenciada como Centro de Educação Tecnológica de Ouro Fino – CETEC Ouro Fino através da Portaria 3.099 de 30/10/2003, iniciou suas atividades em 2004. Finalmente o Instituto de Ensino Superior de Ouro Fino, foi credenciado pela Portaria 2.869 de 13/09/2004.

Portanto a Sociedade Sul Mineira de Educação e Cultura S/C Ltda tem uma longa história de serviços prestados à educação superior na região Sul de Minas Gerais e as suas quatro unidades são conhecidas como Faculdades ASMEC e funcionam na cidade de Ouro Fino (MG).

Nesta trajetória acompanhou a evolução da educação brasileira, cumprindo sua missão ao entregar à sociedade regional milhares de profissionais, possibilitando ainda o acesso ao ensino superior a pessoas que pretendendo qualificar-se não tinham - muitos ainda hoje não têm, condições de deslocamento ou fixação de residências em outras cidades maiores.

A Instituição sempre procurou a integração com a sociedade onde está inserida, formando diplomados aptos para inserção em setores profissionais, motivados para a participação no desenvolvimento da sociedade brasileira, colaborando em sua formação contínua, com vistas ao desenvolvimento da ciência, da tecnologia e da criação e difusão da cultura, de maneira a desenvolver o entendimento do homem e sua integração ao meio em que vive. Para tanto, realiza projetos de extensão, e oferece cursos e serviços especiais.

Em maio/2017 houve a mudança de Mantenedora, no único intuito de unificar as Mantidas sob uma só Mantenedora, para a UNISEPE – União das Instituições de Serviços, Ensino e Pesquisa Ltda; denominação (Registrada na Junta Comercial de São Paulo sob nº 462.028/07/0, de 11/11/2007) da Sociedade Acadêmica Amparense Ltda que através da Portaria SESu nº 889 de 18/10/2008, assumiu então a manutenção das IES mantidas. A saber:

- Instituto de Educação Superior de Pouso Alegre: Pouso Alegre – MG;
- Faculdades Integradas ASMEC: Ouro Fino – MG;
- Faculdade de São Lourenço: São Lourenço – MG;
- Centro Universitário Amparense: Amparo – SP (SEDE);
- Centro Universitário do Vale do Ribeira: Registro – SP;
- Faculdade de Peruíbe: Peruíbe – SP;
- Faculdade Sul Paulista de Itanhaém: Itanhaém – SP.

1.2. Da Instituição Mantida

1.2.1. Denominação

Faculdade de São Lourenço

Endereço: Rua Madame Schimidt, 90 – Nossa Senhora de Fátima.

CEP: 37.470-000 – São Lourenço (MG)

Recredenciamento: Portaria Nº 781 de 26 de Junho de 2017, publicada no DOU de 27/06/2017.

1.2.2. Histórico de Implantação e Desenvolvimento da Instituição

De janeiro de 1992 a janeiro de 2007 a história da Faculdade de São Lourenço foi escrita tendo como autora a Faculdade Santa Marta. Através da Portaria nº 75 de 24 de janeiro de 2007, publicada no D.O.U de 25 de janeiro de 2007, o MEC/SEsu tornou oficial a transformação da Faculdade Santa Marta em Faculdade de São Lourenço, denominação atual da Instituição.

As efetivas atividades de ensino da Faculdade de São Lourenço se iniciaram em 1992 com a implantação do curso de Administração, o primeiro curso superior a ser ministrado na cidade de São Lourenço, atendendo dessa maneira um grande anseio da comunidade local. Este fato ocorreu através da publicação do Decreto s/n de 28 de janeiro de 1992, publicado no Diário Oficial da União em 29 de janeiro de 1992. No segundo semestre de 1992 foi, então, realizado o primeiro vestibular para ingresso no Curso de Administração da Faculdade de São Lourenço.

O segundo passo foi dado em 1994 com a autorização para funcionamento do curso de Pedagogia, o que se deu através do Decreto s/n, de 14 de dezembro de 1993 e publicado no Diário Oficial da União em 15 de dezembro de 1993, consolidando, com este ato, a implantação da Faculdade de São Lourenço como instituição de educação superior no sul das Minas Gerais. Neste mesmo ano de 1994 a Mantenedora entrega um moderno prédio destinado ao funcionamento da Faculdade de São Lourenço. Este prédio, com 3.690 m² de área construída, foi erguido uma área nobre da cidade e com instalações capazes de atender de modo confortável e funcional todos os usuários do prédio, inclusive deficientes físicos, já que conta com acessos especiais e sanitários exclusivos.

Os cinco anos seguintes foram de estruturação e consolidação dos dois cursos autorizados. O reconhecimento dos cursos ocorreu no ano de 1996 sendo o de Administração reconhecido pela Portaria MEC 1009, de 02 de outubro de 1996 devidamente publicadas no Diário Oficial da União em 04 de outubro de 1996 e o de Pedagogia reconhecido pela Portaria MEC 1119, de 01 de novembro de 1996 e publicada no Diário Oficial da União em 04 de novembro de 1996.

Em 1999 um antigo sonho da comunidade regional se concretizou com a implantação do curso de Direito da Faculdade de São Lourenço. O mérito da iniciativa foi ratificado pela Comissão de Ensino Jurídico do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil que emitiu juízo favorável à autorização do curso - fato extremamente raro de acontecer, através do Parecer 583/98, publicado no Diário Oficial da Justiça em 01 de dezembro de 1998. Após a decisão da OAB o processo voltou para o Ministério da Educação e através da Portaria MEC

nº. 932 de 22 de junho de 1999, publicada no Diário Oficial de União de 24 de junho de 1999 o curso de Direito teve sua autorização de funcionamento concedida.

No ano de 2000 foi a vez da Faculdade de São Lourenço oferecer para a micro região onde está inserida um curso voltado para a realidade econômica desta com a oferta do curso de Turismo e Hotelaria. Nada mais lógico do que dar para esta região a formação necessária para a melhoria e qualificação da mão-de-obra do setor econômico que sempre a caracterizou: o turismo e a hospedagem. Assim, através da Portaria MEC 700 de 26 de maio de 2000, publicada no Diário Oficial da União em 30 de maio de 2000 foi autorizado o funcionamento do curso de Turismo e Hotelaria, um dos poucos no Brasil e oferecer dois bacharelados em um único curso.

Em 2001, a primeira etapa de ofertas de cursos superiores, dentro do projeto de expansão da Faculdade de São Lourenço, é coroada com a autorização para funcionamento do curso de Sistemas de Informação, que se deu através da Portaria MEC 290, de 15 de fevereiro de 2001, publicada no Diário Oficial da União de 19 de fevereiro de 2001. A implantação efetiva do curso ocorreu somente no ano de 2002, pois foram necessárias adequações nas instalações físicas para o início do funcionamento do curso.

O crescimento da Faculdade de São Lourenço, na oferta de seus cursos superiores, gerou a necessidade de ampliação do espaço físico obrigando a Faculdade iniciar no ano de 2001 a construção de mais um prédio. Este novo prédio foi totalmente concluído no final do ano de 2002 e conta com 3.296 m² de área construída.

Em 2005, a antiga Faculdade Santa Marta foi incorporada aos atuais mantenedores e em 2007, ocorreu a troca do nome para Faculdade de São Lourenço, bem como a troca da razão social de sua Mantenedora, a antiga Sociedade Acadêmica Amparense.

Em 2010 foram autorizados os cursos de Enfermagem, Ciências Biológicas, Educação Física, Nutrição, Ciências Contábeis, Serviço Social e, posteriormente, em 2011 os de Biomedicina e Gestão de Recursos Humanos.

Em 2015 foram autorizados os Cursos Superior de Tecnologia em Estética e Cosmética, Gestão Hospitalar e Marketing e o Curso de Bacharelado em Psicologia.

No ano de 2016 foi autorizado o Cursos Superior de Tecnologia em Agroindústria e no ano seguinte, o Curso de Análise e Desenvolvimento de Sistema.

Em 2018 foi autorizado o Curso de Educação Física na modalidade Bacharelado.

No ano de 2019, deu-se o processo de Credenciamento para o EaD.

A Faculdade de São Lourenço assume posição construtiva em uma sociedade democrática, servindo de instrumento propulsor de transformação social.

Tem como finalidade responder aos anseios e às necessidades da comunidade onde se situa.

Tem o compromisso de colocar o produto de suas atividades de ensino, aliadas à pesquisa e à extensão ao alcance e serviço da comunidade, para dela merecer o respeito e reconhecimento.

Busca, ainda, garantir a qualidade desse produto, além de proporcionar uma ampla participação dos alunos nos diversos aspectos da vida acadêmica.

A Tabela a seguir apresenta os cursos oferecidos atualmente:

Curso	Modalidade	Ato Regulatório	Vagas	Turno
Administração	Bacharelado	Renovação de Reconhecimento pela Portaria SERES nº 207 de 25/06/2020, publicada no DOU de 07/07/2020	80	Noturno
Análise e Desenvolvimento de Sistemas	Tecnólogo	Reconhecido pela Portaria SERES nº 891 de 20/09/2022, publicado no DOU de 21/09/2022	60	Noturno
Biomedicina	Bacharelado	Renovação de Reconhecimento pela Portaria SERES nº 110 de 04/02/2021, publicado no DOU de 05/02/2021	60	Noturno
Ciências Biológicas	Licenciatura	Renovação Reconhecimento pela Portaria SERES nº 1.093 de 24/12/2015, publicado no DOU de 30/12/2015	50	Noturno
Ciências Contábeis	Bacharelado	Renovação de Reconhecimento pela Portaria SERES nº 207 de 25/06/2020, publicada no DOU de 07/07/2020	50	Noturno
Direito	Bacharelado	Renovação de Reconhecimento pela Portaria SERES nº 207 de 25/06/2020, publicada no DOU de 07/07/2020	120	Noturno
Educação Física	Licenciatura	Reconhecido pela Portaria SERES nº 377 de 05/11/2020, publicado no DOU de 06/11/2020	50	Noturno
Educação Física	Bacharelado	Autorizado pela Portaria SERES nº 22 de 12/01/2018, publicado no DOU de 15/01/2018	50	Noturno
Enfermagem	Bacharelado	Renovação de Reconhecido pela Portaria SERES nº 257 de 06/01/2022, publicado no DOU de 11/01/2022	50	Noturno
Estética e Cosmética	Tecnólogo	Reconhecido pela Portaria SERES nº 258 de 06/01/2022, publicado no DOU de 11/01/2022	60	Noturno
Gestão em Recursos Humanos	Tecnólogo	Renovação de Reconhecimento pela Portaria SERES nº 207 de 25/06/2020, publicada no DOU de 07/07/2020	60	Noturno

Nutrição	Bacharelado	Reconhecido pela Portaria SERES nº 524 de 26/07/2018, publicado no DOU de 27/07/2018	50	Noturno
Pedagogia	Licenciatura	Renovação de Reconhecimento pela Portaria SERES nº 916 de 27/12/18, publicado no DOU de 28/12/18	80	Noturno
Psicologia	Bacharelado	Autorizado pela Portaria SERES nº 702 de 01/10/15, publicada no DOU de 05/10/15	50	Noturno
Serviço Social	Bacharelado	Renovação de Reconhecimento pela Portaria SERES nº 135 de 01/03/2018, publicado no DOU de 02/03/2018	50	Noturno

Para os cursos EaD vigentes a IES é Polo do Centro Universitário do Vale do Ribeira (IES da mesma Mantenedora)

Lista de Cursos presenciais de Pós Graduação “Latu Sensu”, oferecidos:

Curso	Modalidad e	Vaga s	Qtd turmas	Turno	Ano previsto
Análises Clínicas	PRES.	30	1	Diurno	2019
Gestão, Supervisão e Administração Escolar	PRES.	30	1	Diurno	2019
Treinamento Físico: Performance, Rendimento e Saúde	PRES.	45	1	Diurno	2019
Finanças Corporativas	PRES.	30	1	Diurno	2019
Gestão e Educação Empreendedora	PRES.	30	1	Diurno	2020
Direito Processual Civil: família e Sucessões	PRES.	45	1	Diurno	2020
Saúde Pública	PRES.	30	1	Diurno	2021
Psicopedagogia Clínica e Institucional	PRES.	30	1	Diurno	2021
Gestão em Marketing	PRES.	40	1	Diurno	2022
Controladoria e Finanças	PRES.	30	1	Diurno	2022
Gestão e Tecnologia da Informação	PRES.	40	1	Diurno	2023

1.2.3. Área de Influência

A Faculdade de São Lourenço está situada na cidade de São Lourenço, localizada ao Sul do Estado de Minas Gerais, no conhecido Circuito das Águas Mineiras que é composto ainda dentre outras, pelas estações de Lambari, Cambuquira, Caxambu, Conceição do Rio Verde, Pouso Alto, Passa Quatro e Águas de Contendas. São Lourenço é considerada a maior e mais jovem estância hidromineral do país sendo sua grande atração o Parque das Águas. As seis fontes de água mineral, cada uma com propriedades medicinais curativas específicas são ideais para quem deseja cuidar da mente e do corpo.

São Lourenço possui uma área total de 58,01 Km² e segundo dados do IBGE em 2017, sua população total era de 45.457 habitantes (zonas rural e urbana). Os municípios limítrofes são Soledade de Minas, Carmo de Minas, São Sebastião do Rio Verde e Pouso Alto, sendo as principais rodovias que compõem sua malha viária as BR-460, BR-381, BR-116, BR-354 e MG-347.

Em relação aos principais centros, a cidade de São Lourenço está localizada a 285 Km do Rio de Janeiro, 387 Km de Belo Horizonte, 395 Km de São Paulo, 800 Km de Vitória e 1.108 km de Brasília. Possui um aeroporto com pista asfaltada de 1.300m de comprimento e 30m de largura.

Pertencente à Bacia do Rio Grande, a cidade de São Lourenço, tem como principais rios, o Ribeirão do Taboão e o Rio Verde. Possui altitude máxima de 1352 m (Morro dos Lobos) e altitude mínima de 947 m (Foz do Córrego dos Poços), sendo que no ponto central da cidade possui altitude de 873,27 m. A temperatura média anual é de 19,1º C.

São Lourenço se firmou como uma das mais importantes estâncias do Brasil. O turismo traz pujança e arrojo, perceptíveis nas construções, qualidade de vida, nas ruas, no comércio. Muitos acreditam que de suas terras fluem poderosas energias que regem a evolução humana, como a Sociedade Brasileira de Eubiose, que a escolheu como sede. A magia de suas águas – e a variedade delas, faz do Circuito das Águas um lugar único, tendo como capital esta cidade, que de santo não tem só o nome. A cidade impressiona pela excelente infraestrutura hoteleira. São mais de 60, variando de pousadas mais simples até verdadeiros complexos de lazer e entretenimento. Em épocas de férias e de festas a população chega a dobrar.

A atividade econômica da cidade está baseada na água mineral (seu principal recurso natural), na indústria, na agropecuária no turismo e serviços. O abastecimento de energia elétrica é feito pela Concessionária CEMIG e suas telecomunicações (telefonias) são realizadas pela Oi, possuindo ainda 02 emissoras de rádio e 02 Jornais. Os serviços de água são realizados pela Concessionária SAAE (Serviço Autônomo de Água e Esgoto). Possui 01 hospital Público e 192 estabelecimentos de saúde, prestando serviços ou não ao SUS.

Segundo dados do Tesouro Nacional, a cidade de São Lourenço obteve no ano de 2016 a seguinte receita tributária: R\$ 24.145.33,35, sendo R\$ 19.247.302,00 de impostos e R\$

4.897.731,35 de taxas. Com relação a Instituições Financeiras, a cidade de São Lourenço possui 07 agências bancárias.

OBS: As fontes utilizadas para apuração dos dados acima não citadas no corpo do texto são: Instituto de Geociências Aplicadas - IGA (CETEC); Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE; Departamento Nacional da Produção Mineral – DNPM; Secretaria de Estado de Comunicação Social; Companhia de Saneamento de Minas Gerais; e SUS - Ministério da Saúde.

Conhecedora de suas responsabilidades enquanto Instituição de Ensino Superior inserida neste contexto regional e coerente com as Diretrizes Curriculares Nacionais e Diretrizes da Faculdade de São Lourenço, busca-se a formação de profissionais com competências e habilidades, aptos para inserção em setores da vida produtiva, que possam contribuir para o desenvolvimento da sociedade regional e brasileira, críticos, participantes ativos em suas comunidades e estabelecendo com esta uma relação de reciprocidade. Ao mesmo tempo o mesmo, estenderá seu olhar para a função social inerente a uma Instituição de Ensino Superior.

A IES tem consciência da responsabilidade social que a acompanha. Por isso caracteriza suas ações pelo comprometimento com a comunidade, buscando a democratização das oportunidades educacionais e criando condições de inserção social para os egressos do ensino médio da região.

Ao formar profissionais capacitados estará ainda contribuindo para um processo de desenvolvimento sustentável que é hoje um dos anseios da sociedade. Para se atingir este objetivo várias políticas são concretizadas. Entre elas as que irão contribuir para a permanência do aluno na instituição, como por exemplo, o financiamento estudantil, por meio do programa denominado PPD – Programa de Pagamento Diferido ou então a possibilidade de serem beneficiados com Programa denominado PROERS - Programa Extensionista de Responsabilidade Social - que têm como contrapartida a prestação de serviços em instituições sem fins lucrativos nas cidades de origem, fora do horário de aulas, além das atividades de iniciação científica e extensão, e outras de interesse do curso.

Assim, ao estabelecer como filosofia de trabalho a inserção permanente na realidade social da comunidade onde está localizada, a Faculdade de São Lourenço estará contribuindo para a redução das desigualdades sociais e regionais. Para o desenvolvimento de suas atividades, a Faculdade de São Lourenço – São Lourenço/MG estabeleceu uma série de princípios norteadores, que permitem direcionar de forma clara e objetiva as ações e conduta do seu corpo docente e discente, de acordo com o Regimento Geral da Faculdade.

Contexto Socioeconômico de São Lourenço

Municípios	Área / Km 2 2016	População Estimada 2017	IDH 2010	PIB 2015
Aiuruoca	649,680	6209	0,668	R\$ 12.227,09
Baependi	750,554	19315	0,681	R\$ 12.500,98
Cambuquira	246,380	13053	0,699	R\$ 17.274,57
Carmo de Minas	322,285	14822	0,682	R\$ 12.390,03
Caxambu	100,483	22208	0,743	R\$ 13.510,61
Conceição das Pedras	102,206	2855	0,668	R\$ 14.495,30
Cristina	311,330	10482	0,668	R\$ 13.805,93
Cruzília	522,419	15497	0,695	R\$ 12.738,18
Itamonte	431,792	15391	0,705	R\$ 40.089,83
Itanhandu	143,363	15290	0,739	R\$ 23.871,93
Lambari	213,110	20870	0,711	R\$ 14.044,29
Maria da Fé	202,898	14488	0,702	R\$ 9.986,76
Olímpio Noronha	54,633	2763	0,674	R\$ 12.636,80
Passa Quatro	277,221	16470	0,715	R\$ 18.441,47
Pouso Alto	263,034	6185	0,710	R\$ 20.628,02
S. Sebastião do Rio Verde	90,848	2249	0,676	R\$ 10.294,31
São Lourenço	58,019	45457	0,759	R\$ 19.314,16
São Tomé das Letras	369,747	7106	0,667	R\$ 11.680,96
Soledade de Minas	196,866	6131	0,697	R\$ 8.515,07
Virgínia	326,515	8870	0,651	R\$ 13.061,11
Total Populacional	5633,383	265711	13,910	R\$ 311.507,40

Fonte: IBGE, 2000/2010.

1.2.4. Missão

Formar cidadãos com competência técnica e compromisso social, e transmitir valores éticos de disciplina, respeito, liberdade e seriedade.

A proposta está embasada na visão de uma instituição comprometida com a educação integral do aluno, onde o aprender a conhecer, o aprender a fazer, o aprender a conviver, o aprender a ser e o aprender a comunicar, contribuem para o exercício da cidadania consciente e para a prática de valores éticos, pessoais e profissionais na sociedade.

Nesses anos iniciais deste novo século, vive-se um período de transição que projeta revoluções e mudanças de paradigmas em todos os campos de conhecimento humano. A educação, no rastro dessa mudança, sustenta um processo de revisão de conceitos, valores e conduta num momento onde, a cada dia, intensificam-se os impactos socioeconômicos e culturais que se propagam com a velocidade do acontecimento, fruto da evolução tecnológica e do processo de globalização da sociedade contemporânea.

Nesse novo tempo, a principal característica é o acúmulo de informações em todos os domínios. E, neste sentido, embora o conhecimento não seja produzido exclusivamente no ensino superior, é nele que se qualifica grande parte dos profissionais e pesquisadores que integram as instituições que estão no mercado produzindo ciência e tecnologia.

O saber e o conhecimento no mundo globalizado parecem perder muito de sua função de busca de sentido para a vida, para tomar-se “produto comercial de circulação” orientado pelo paradigma da aplicabilidade.

A relação do conhecimento com sua aplicabilidade, enquanto serviço e produto comercial de circulação, e a velocidade requerida por esse processo, vêm produzindo um deslocamento do papel social do ensino superior. De um lado, este contribui para o desenvolvimento científico contemporâneo, formando quadros e gerando conhecimentos para esta sociedade.

De outro, está a serviço de uma concepção universal de cidadania. Enquanto participante deste desenvolvimento, ele será, ao mesmo tempo, crítico do modelo econômico globalizado e parceiro do setor produtivo. Enquanto promotor da cidadania universal, orientará parte significativa de sua produção de saber pelos interesses sociais mais amplos.

Assim, parece fundamental que o ensino superior, por todas as suas ações, busque o equilíbrio entre competência técnica-- científica e competência humanística. Ela deverá se orientar, não só pelos desafios científico-tecnológicos, mas, também pela questão ética.

Na dinamicidade da história humana, surgiu a necessidade de sistematizar os saberes/conhecimentos que dessem conta de veicular, através de um espaço formal o acesso às camadas populares deste acervo histórico da humanidade.

Focando a realidade mundial, brasileira e regional, alguns fatores se evidenciam, como: mundo em um processo de globalização; exigência da comunidade aspirando por melhores padrões de consumo e qualidade de vida; Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei n 0 9394/96); educação como forma de desenvolvimento; educação como forma de inserção social. Estes fatores fazem com que os profissionais de diferentes áreas revejam suas práticas e leiam as repercussões que essa nova realidade impõe às pessoas e aos trabalhadores.

Neste sentido o ensino superior tem o papel fundamental da formação de recursos humanos que atuem como cidadãos do mundo, além de trabalhadores qualificados, inseridos nesta realidade em transformação.

A atuação da Faculdade de São Lourenço, está sintonizada com esta realidade. A Instituição tem total comprometimento com a comunidade, buscando a democratização das oportunidades educacionais e pela difusão, criação, atualização e reformulação do conhecimento, assume o compromisso de contribuir para o desenvolvimento regional. A filosofia de ensino está voltada às necessidades da sociedade, procurando formar profissionais conscientes de sua responsabilidade social, com visão ampla, capacidade de adaptação às diversas situações e sólida formação humanitária.

1.2.5. Objetivos e Metas da Instituição

- Estimular a criação cultural, o desenvolvimento do espírito científico e do pensamento reflexivo;
- Formar diplomados, aptos para a inserção em setores profissionais e para a participação no desenvolvimento da sociedade brasileira, e colaborar na sua formação contínua;
- Articular a formulação, execução e avaliação do projeto institucional, base para os projetos pedagógicos específicos dos cursos;
- Congregar cursos de graduação, pós-graduação, oferecidos em nível superior, bem como outros programas especiais em seus diversos níveis;
- Preparar profissionais com base na constituição de competências, habilidades, atitudes, valores e na aquisição, construção e produção de conhecimentos indispensáveis a sua formação;
- Incentivar a investigação científica, visando o desenvolvimento da educação e da tecnologia e da criação e difusão da cultura e, desse modo, desenvolver o entendimento do homem e do meio em que vive, com vistas a uma ação consciente sobre a realidade através da educação;
- Suscitar o desejo permanente de aperfeiçoamento cultural e profissional, possibilitando a correspondente concretização, integrando os conhecimentos que serão adquiridos numa estrutura intelectual sistematizadora do conhecimento de cada geração;
- Estimular o conhecimento dos problemas mundiais, em particular os nacionais e regionais, prestar serviços especializados à comunidade e estabelecer com esta uma relação de reciprocidade;
- Promover a divulgação de conhecimentos culturais, científicos e técnicos que constituem patrimônio da humanidade e comunicar o saber através do ensino, de publicações ou de outras formas de comunicação; e
- Promover a extensão, aberta à participação da população visando à difusão das conquistas e benefícios resultantes da criação cultural e da pesquisa científica e tecnológica geradas na instituição.

1.2.6. A Contribuição da IES

O Brasil enfrenta muitos desafios e entre eles, o de construir uma sociedade mais justa, com menos desigualdades sociais e melhor distribuição de renda. Sem constituir-se em solução única, o caminho do desenvolvimento passa obrigatoriamente pela melhoria qualitativa e quantitativa da educação brasileira.

É preciso interromper o círculo vicioso: a deficiência na formação vem da pobreza da sociedade que não pode investir (via governo) na educação dificultando a formação de profissionais que iriam colaborar para a geração de renda. Um dos indicadores usados para

avaliar a capacidade de produzir desenvolvimento sustentável num país é o número de cientistas e engenheiros por mil habitantes.

O Brasil tem escassos 0,4 cientista e engenheiro por mil habitantes, contra 4,6 do Japão e 3,7 dos Estados Unidos da América. Se não for resolvida esta questão de qualificação do povo brasileiro, não se pode pensar em um desenvolvimento sustentável. Aqui também entra o aspecto da desigualdade regional. Mesmo na região sudeste, onde se concentra a maior parte da riqueza brasileira, existem áreas menos privilegiadas, e mesmo bolsões de pobreza.

O Índice de Desenvolvimento Humano (IDHM) - São Lourenço é 0,759, em 2010, o que situa esse município na faixa de Desenvolvimento Humano Alto (IDHM entre 0,700 e 0,799). A dimensão que mais contribui para o IDHM do município é Longevidade, com índice de 0,871, seguida de Renda, com índice de 0,746, e de Educação, com índice de 0,673.

Índice de Desenvolvimento Humano Municipal e seus componentes - Município - São Lourenço - MG			
IDHM e componentes	1991	2000	2010
IDHM Educação	0,354	0,552	0,673
% de 18 anos ou mais com fundamental completo	33,57	44,07	58,77
% de 5 a 6 anos na escola	46,52	91,98	95,56
% de 11 a 13 anos nos anos finais do fundamental REGULAR SERIADO ou com fundamental completo	56,59	68,31	88,01
% de 15 a 17 anos com fundamental completo	29,83	55,35	65,37
% de 18 a 20 anos com médio completo	12,82	31,58	39,12
IDHM Longevidade	0,738	0,836	0,871
Esperança de vida ao nascer	69,27	75,17	77,28
IDHM Renda	0,634	0,739	0,746
Renda per capita	412,45	796,63	831,32

Fonte: PNUD, Ipea e FJP

Como mostram os dados do MEC, apenas 55% dos concluintes do ensino médio têm procurado a continuidade dos estudos em nível superior. Entre as várias razões para que este número seja baixo, uma delas se sobressai, e é justamente a relacionada com a condição financeira do potencial candidato.

As estatísticas do IBGE por outro lado demonstram que 28,9% do alunado matriculado no ensino superior tem renda familiar de mais de 10 SM (Salário Mínimo); 27,6% do alunado matriculado no ensino superior tem renda familiar de 5 a 10 SM; 25,3% do alunado matriculado no ensino superior tem renda familiar de 3 a 5 SM; 16,4% do alunado matriculado no ensino

superior tem renda familiar de 1 a 3 SM e 1,2% do alunado matriculado no ensino superior tem renda familiar de até 1 SM.

Para que a Instituição possa cumprir de fato sua missão social, não pode deixar de se sensibilizar com esta questão. Assim, além de credenciar todas as instituições de ensino superior atualmente mantidas junto ao MEC para participar dos Programas FIES – Programa de Financiamento Estudantil e PROUNI – Programa Universidade para Todos, a IES instituiu o PPD – Programa de Fundo de Assistência ao Estudante, que nada mais que, um programa de Financiamento da Entidade Mantenedora disponibilizado aos estudantes universitários regularmente matriculados nos cursos de graduação.

Tem por objetivo proporcionar a esses universitários a oportunidade de obterem financiamento para custeio do seu curso, e serve como um efetivo instrumento que proporciona ao aluno, de comprovada carência, a oportunidade de frequentar um Curso Superior.

Outros alunos têm a possibilidade de serem beneficiados com Bolsas Trabalho apresentando como contrapartida a prestação de serviços na Instituição fora do horário de aulas, além das Bolsas de Monitoria, Iniciação Científica, Extensão e outras de interesse dos cursos.

Assim, ao estabelecer como filosofia de trabalho a inserção permanente na realidade social da comunidade, a Faculdade de São Lourenço espera contribuir para a redução das desigualdades sociais e regionais assumindo sua responsabilidade social que é inerente à sua condição de instituição de ensino superior.

1.2.7. Contexto Educacional de São Lourenço

Em São Lourenço existem 7 (sete) escolas públicas, 6 (seis) particulares, 5 (cinco) cursos de inglês e 4 (quatro) creches.

a) Estadual:

Matrículas anos iniciais (1º ao 5º ano)	Matrículas anos finais (6º ao 9º ano)	Matrículas no ensino médio	Matrículas EJA	Matrículas na educação especial
3.823	9.192	7.158	2.016	257

Fonte: Censo Educação Básica 2017.

b) Municipal:

Matrículas em creche	Matrículas na pré-escola	Matrículas anos iniciais (1º ao 5º ano)	Matrículas anos finais (6º ao 9º ano)	Matrículas no ensino médio	Matrículas EJA	Matrículas na educação especial
734	675	1.679	661	166	58	507

Fonte: Censo Educação Básica 2017.

c) Alfabetização da População

Proporção da População Residente Alfabetizada por Faixa Etária		
Faixa Etária	1991	2010
5 a 9	56,0	59,3
10 a 14	96,7	98,0
15 a 19	97,3	98,9
20 a 49	93,5	96,6
50 e +	76,6	84,0
Total	86,7	90,9

Fonte: IBGE/Censos

2. PROJETO PEDAGÓGICO INSTITUCIONAL

2.1. Introdução

Um Projeto Político Pedagógico Institucional não deve ser meramente um modelo a ser seguido pelos diversos cursos oferecidos pela Instituição, nem tampouco um rol de regras e normas a serem adotadas sem questionamentos, nem mesmo um roteiro de obrigações didático-pedagógicas a serem seguidas por todos, menosprezando as particularidades de cada realidade.

O PPI deveria e será um instrumento de reflexão de cada realidade, cada momento e cada situação vivenciada pelos atores do fazer pedagógico, ou seja, professores, alunos e coordenadores de curso.

Nada mais é do que uma diretriz para estudos, análises, olhares diferenciados dentro da Instituição. Cada curso deverá ter suas próprias características, suas próprias definições, sua alma e sua missão, sua proposta de trabalho, seu perfil, ou como diriam os alunos – sua cara.

Ao se tornar o PPI extremamente flexível se aposta realmente na Gestão Democrática e Participativa, onde existem as diretrizes, mas não as regras; dá-se os rumos, mas não os caminhos; dá-se o norte, mas não os mapas; dá-se as perguntas, mas não as respostas. Essas serão construídas em cada curso entre aqueles que realmente fazem o curso existir – professores e alunos através da democrática ação de seu coordenador.

A Instituição quer a qualidade, a equidade, a igualdade, ao mesmo tempo em que respeita as diferenças, as visões, e as diferentes formas de construir o caminho que nada mais é do que construir a aprendizagem e ver, que ao fim de um tempo, cidadãos comprometidos, profissionais éticos e responsáveis saíam de seus cursos o que é para a Instituição o mais importante e eterno marketing que se pode fazer – a satisfação daqueles que aqui estudaram e trabalharam.

2.2. Qual Instituição se pretende

A primeira questão que se coloca para a universidade, a fim de que ela possa redefinir seu papel, diz respeito a que modelo ou estratégia de desenvolvimento ela está a serviço. Duas alternativas extremas podem ser esboçadas aqui: o modelo concentrador, que busca aproximar o país do padrão internacional pelo fortalecimento científico-tecnológico de determinados setores da sociedade, a partir do qual se aceita a exclusão de enormes segmentos sociais e, de outro lado, o modelo incluyente, para o qual o desenvolvimento deve ser igualitário, centrado no princípio da cidadania como patrimônio universal, de modo que todos os cidadãos possam partilhar os avanços alcançados.

De qualquer forma, um papel se impõe à universidade contemporânea. Trata-se de sua função social. Aquela que se orienta pelo direito de todas as pessoas à vida digna. Mais ainda, no contexto desta nova sociedade do conhecimento, a que propicia a ampliação democratizante do acesso a esse conhecimento. Ela deverá se orientar, em primeira instância, não só pelos desafios tecnológicos, mas também pela questão ética que diz respeito a toda a amplitude da existência humana. Assim, parece fundamental que a universidade, por todas as suas ações, busque o equilíbrio entre vocação técnico-científica e vocação humanística. Nesta intersecção parece residir o amplo papel de instituição promotora da cultura. (Plano Nacional de Graduação).

Se, a Instituição deve estar à serviço da comunidade onde está inserida, basta ser analisado as características regionais dentro de um contexto mais amplo do mundo atual, para que se possa definir o papel a ser desenvolvido por ela no seu trabalho educacional.

Pelas limitações naturais dos poderes constituídos, o Instituto buscará realizar um trabalho amplo indo muito além do que seria seu eventual compromisso, dentro do conceito de uma Instituição de Ensino Superior.

2.3. Contexto – Necessidade e Inserção Social da Instituição

No limiar de um novo século, vive-se um período de transição que projeta revoluções e mudanças de paradigmas em todos os campos de conhecimento humano. A educação, no rastro dessa mudança, sustenta um processo de revisão de conceitos, valores e conduta num momento onde, a cada dia, intensificam-se os impactos socioeconômicos e culturais que se propagam com a velocidade do acontecimento, fruto da evolução tecnológica e do processo de globalização da sociedade contemporânea.

Nesse novo tempo, a principal característica é o acúmulo de informações em todos os domínios. E, neste sentido, embora o conhecimento não seja produzido exclusivamente no ensino superior, é nele que se qualifica grande parte dos técnicos e pesquisadores que integram as instituições que estão no mercado produzindo ciência e tecnologia.

O saber e o conhecimento no mundo globalizado parecem perder muito de sua função

de busca de sentido para a vida, para tomar-se “produto comercial de circulação” orientado pelo paradigma da aplicabilidade.

A relação do conhecimento com sua aplicabilidade, enquanto serviço e produto comercial de circulação, e a velocidade requerida por esse processo, vêm produzindo um deslocamento do papel social do ensino superior.

De um lado, este contribui para o desenvolvimento científico contemporâneo, formando quadros e gerando conhecimentos para esta sociedade.

De outro, está a serviço de uma concepção universal de cidadania. Enquanto participante deste desenvolvimento, ele será, ao mesmo tempo, crítico do modelo econômico globalizado e parceiro do setor produtivo. Enquanto promotor da cidadania universal orientará parte significativa de sua produção de saber pelos interesses sociais mais amplos.

Assim, parece fundamental que o ensino superior, por todas as suas ações, busque o equilíbrio entre competência técnicocientífica e competência humanística. Ela deverá se orientar, não só pelos desafios científico-tecnológicos, mas também pela questão ética.

Na dinamicidade da história humana, surgiu a necessidade de sistematizar os saberes/conhecimentos que dessem conta de veicular, através de um espaço formal o acesso às camadas populares deste acervo histórico da humanidade.

Ao se olhar a realidade, mundial, brasileira e regional, alguns fatores se evidenciam, como:

- mundo em um processo de globalização;
- exigência da comunidade aspirando por melhores padrões de consumo e qualidade de vida;
- nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9394/96);
- educação como forma de desenvolvimento;
- educação como forma de inserção social.

Estes fatores fazem com que os profissionais de diferentes áreas revejam suas práticas e leiam as repercussões que essa nova realidade impõe às pessoas e aos trabalhadores. Neste sentido o ensino superior tem o papel fundamental da formação de recursos humanos que atuem como cidadãos do mundo, além de trabalhadores qualificados, inseridos nesta realidade em transformação.

2.3.1. A Responsabilidade Social

“Os homens, com suas inúmeras relações, vão constituindo sua existência em sociedade. É desse processo de produção que os espaços de vida vão se instituindo em

contínuo ressignificar de padrões culturais, produzindo avanços no entendimento da construção dos espaços sociais de vida. As organizações ou instituições se estruturam através dessas diferentes relações sociais que os homens estabelecem entre si na pretensão de organizar a vida, e refletem, dessa forma, uma face da cidadania praticada.

Daí resulta uma premissa incontestável: todas as instituições têm responsabilidade social. As universidades são instituições da sociedade e, por isso, estão inscritas no âmbito desse processo de responsabilização, que lhe impõe, portanto, a necessidade de permanente reflexão de seus fins, de sua estrutura, de suas linhas de ação e do sentido das suas práticas.

Não são, as universidades, entidades abstratas. No cotidiano de sua institucionalidade vai se estabelecendo uma rede de relações entre os que a fazem, produtores que são de valores e de sentidos. É o poder dos grupos instituintes, enquanto agentes sociais em interação, algo que não pode ser esquecido e tão pouco minimizado.

A permanente tensão instituído-instituinte impulsiona a atuação da comunidade universitária na direção e busca das condições do poder fazer processualidade para a formação da cidadania, o que significa ter a responsabilidade social para o desenvolvimento.

A sociedade, no seu modo de produção, é o movimento da vida dos homens, por eles mesmos organizado. E na organização da vida a educação é fundamento, assim como a produção da ciência, do conhecimento, da tecnologia, da cultura etc. As universidades são reconhecidas, como espaço privilegiado dessa produção, pois são elas que se ocupam disso. São reconhecidas socialmente, politicamente e legalmente (com legitimidade), donde brota a responsabilidade. Devem dar respostas às necessidades dos homens no processo de organização de sua vida”. (Eronita S. Barcelos)

2.3.2. Responsabilidade Social da Instituição, enfatizando a contribuição à inclusão social e ao desenvolvimento econômico e social da região

A questão da responsabilidade social no contexto da instituição de ensino superior está explicitada no SINAES quando “se refere à sua contribuição em relação à inclusão social, ao desenvolvimento econômico e social, à defesa do meio ambiente, da memória cultural, da produção artística e do patrimônio cultural.”

A Faculdade de São Lourenço entende este compromisso, como um processo que atenda o cidadão individualmente, os grupos sociais e de forma ampla a região pois o espaço da instituição de ensino é o espaço da sociedade onde ela se insere e as salas de aulas são do tamanho de sua região.

De uma maneira simplista pode-se dizer que a própria existência da Faculdade de São Lourenço por si representa um atendimento social. Isto porque se a função básica de qualquer instituição de ensino superior é promover educação e, como se afirma há séculos, educação é

uma função social, pode-se concluir que ela traz como missão uma determinada responsabilidade social. Mais ainda quando a região ainda busca o seu desenvolvimento e apresenta uma demanda reprimida por vagas no ensino superior.

A Instituição – Faculdade de São Lourenço, representa a grande alternativa de ensino superior na região à disposição de egressos do ensino médio.

Permite àqueles que pretendendo acesso a formação universitária têm dificuldade de deslocamento ou fixação de residência em centros maiores. Portanto, o funcionamento da IES, com as características de agilidade e desenvolvimento, vem contribuir para o ingresso de profissionais qualificados no mercado de trabalho nas áreas profissionais comprovadamente carentes.

Em outras palavras, a inclusão social via qualificação profissional. Porém, o problema econômico representa um desafio para grande parte dos jovens que procuram no ensino superior uma formação profissional digna e uma qualificação para o mercado de trabalho. Para eles a graduação significa, sobretudo, a possibilidade de inserção social.

A extrema desigualdade social que caracteriza o país reflete diretamente na população estudantil, impossibilitando que parcela significativa possa ter, por razões econômicas, acesso à universidade. Pode assim surgir neste momento uma dúvida: teria todo o alunado condição financeira para ingressar e permanecer na Instituição? A realidade mostra que não.

Pesquisas realizadas permitem perceber que a muitos alunos trabalham durante o dia e o ganho representa importante parcela na composição do rendimento familiar. Num caso como este a solução, talvez única, seja a concessão de bolsas de estudo a alunos carentes e que pode ser entendida como ato de responsabilidade social por permitir que a principal atividade da IES, o ensino, possa ser compartilhada por parte da população menos favorecida. Esse investimento direto no capital humano contribuindo para a qualificação pessoal e resultando no aumento de renda e na produtividade do beneficiado faz parte da preocupação social da Instituição. A Instituição, além de cadastrada no FIES – Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior e no ProUni – Programa Universidade para Todos, mantém programas próprios de financiamento e de apoio ao discente.

Desde 2008, é relevante destacar também a criação do PROGRAMA SOCIAL DE BOLSA ESTÁGIO, que proporciona bolsas de até 30% para alunos, previamente selecionados, que desenvolvem trabalhos sociais em suas próprias cidades. A partir 2009, até o presente momento, esse programa passou a ser denominado PROERS – Programa Extensionista de Responsabilidade Social.

Através do PROERS os alunos beneficiados possuem descontos de até 40% nas mensalidades dos cursos em que estão matriculados; e em contrapartida prestam serviços voluntários em instituições sem fins lucrativos de suas cidades. Este programa possui, institucionalizado, seu regulamento próprio.

Ressalta-se ser plena e integral a intenção da instituição em manter esse programa nesse próximo quinquênio. Em resumo, já ao receber o alunado, a Faculdade de São Lourenço estará praticando o terceiro ato de responsabilidade social. Terceiro, porque o segundo vem do fato de que os cursos são oferecidos no período noturno, e continuarão sendo ofertados neste período, horário que permite ao aluno trabalhador conciliar suas atividades de trabalho e estudo. Caso o funcionamento fosse em horário diferente, boa parte desses alunos já estaria excluída do processo educacional.

Deve-se recordar que o primeiro ato é sempre representado pela própria existência da Instituição. No entanto, a Faculdade de São Lourenço entende que colocar e manter o aluno dentro da Instituição é apenas mais um passo para resolver o problema da inclusão social e de cumprir sua responsabilidade social. Mais do que isso, é necessário formar um profissional qualificado, reflexivo e participante, capaz de desenvolver-se orientado para assumir com responsabilidade e liberdade suas ações e atitudes, através de uma educação que garanta direito ao conhecimento, privilegie o comportamento ético, amplie o pensamento crítico, possibilite uma visão sistêmica dos problemas regionais, do Brasil e do Mundo.

Desta forma pode-se atender a expectativa do aluno que é traduzida em temas como ingresso no mercado de trabalho, ascensão profissional, aumento de renda, amadurecimento pessoal. Ao atender ainda a expectativa da comunidade que espera contar com cidadãos competentes, eficientes, criativos, éticos, empreendedores que possam participar do desenvolvimento da comunidade trazendo uma melhor qualidade de vida, a Instituição pratica a responsabilidade social, contribuindo para o desenvolvimento econômico e para a diminuição das desigualdades sociais.

Portanto responsabilidade social é condição absolutamente relevante e que se intersecciona plenamente com o processo ensino-aprendizagem. O desafio é formar e não apenas instruir. As práticas pedagógicas devem levar o aluno a preocupar-se com o bem comum, diagnosticar problemas e elaborar estratégias de intervenção no cenário em que atua.

2.4. Objetivos Pedagógicos Gerais

Embasando seus valores e sua ação filosófica na justiça, na dignidade e na solidariedade, propondo a formação de um profissional crítico, consciente, reflexivo e participante, capaz de respeitar os valores éticos e desenvolver-se orientado para assumir com responsabilidade e liberdade suas ações e atitudes, a Instituição busca proporcionar condições para que o aluno possa:

- Aprender a conhecer (construção do conhecimento)
- Aprender a fazer (operacionalização do conhecimento)
- Aprender a conviver (socialização do conhecimento)
- Aprender a ser (atitudes diante do conhecimento)

- Aprender a comunicar (expressão do conhecimento)

2.5. A Prática Pedagógica

O papel fundamental da Educação é concebido como um processo humano e social pelo qual o ser humano se faz, fazendo o mundo e a história.

É sob este prisma que a Faculdade de São Lourenço se propõe desenvolver o ensino e a extensão, considerando o aluno como sujeito de seu próprio desenvolvimento, possibilitando a elaboração da experiência humana de forma crítica e criativa.

Na caracterização do profissional formado consideram-se dois aspectos.

O primeiro relacionado à sua formação básica, ampla e sólida. Uma formação que propicie o entendimento do processo histórico de construção do conhecimento no que diz respeito a conceitos, princípios e teorias, e o entendimento da sua responsabilidade nos vários contextos de sua atuação profissional.

O segundo aspecto a ser considerado é o fato de que estes profissionais devem estar sintonizados com a realidade regional, com conhecimentos sobre todos os aspectos relacionados à comunidade como a questão ambiental, a questão política, a questão fundiária, a questão geográfica, a questão econômica, etc.

Para cumprir sua missão a Instituição levará em consideração a heterogeneidade de formação e de expectativas da clientela, buscando o equilíbrio entre o local e o global. As práticas pedagógicas buscarão sempre priorizar o domínio dos próprios instrumentos do conhecimento, garantindo o aprender a aprender, privilegiando as aplicações da teoria na prática, estimulando o conhecimento de “outros” e a percepção das interdependências e finalmente, buscando o comprometimento com o desenvolvimento do educando como pessoa.

Os conteúdos são tratados da forma mais completa possível, mas sempre de forma acessível a todos os alunos, procurando despertar o interesse, de modo a possibilitar uma aprendizagem significativa e ainda, propiciar a compreensão e a avaliação dos impactos sociais, econômicos e ambientais resultantes da produção, gestão e incorporação de novas tecnologias.

A prática pedagógica articula-se dentro dos pressupostos da indissociabilidade entre teoria e prática na produção do conhecimento e deve ser essencialmente ativa e interativa, comportando exposições teóricas (aulas formais), aulas práticas, atividades e excursões no campo, atividades socializadas, atividades individuais.

Os princípios da flexibilidade, da interdisciplinaridade e da contextualização são preocupações presentes através dos currículos e das estratégias. Uma forma de flexibilidade adotada principalmente nos cursos tecnológicos é a modularização onde o módulo é entendido como sendo um conjunto didático-pedagógico sistematicamente organizado para o

desenvolvimento de competências profissionais significativas. Sua duração depende da natureza das competências que se pretende desenvolver. Um determinado módulo ou conjunto de módulos com terminalidade qualifica e permite ao indivíduo algum tipo de exercício profissional.

Outra forma de flexibilidade é a oferta de disciplinas optativas, ou ainda em forma de tópicos avançados. Os conhecimentos não são apresentados como simples unidades isoladas de saberes, uma vez que estes se inter-relacionam, contrastam, complementam, ampliam e influem uns nos outros.

A interdisciplinaridade é ainda trabalhada através de projetos comuns a duas ou mais disciplinas. A contextualização deve ocorrer no próprio processo de aprendizagem, aproveitando sempre as relações entre conteúdos e contextos para dar significado ao aprendido, sobretudo por metodologias que integrem a vivência e a prática profissional ao longo do processo formativo.

No desenvolvimento de cada assunto, deve-se chegar aos conceitos fundamentais através de exemplos que visem ligar o conteúdo teórico a situações práticas, de forma a levar o aluno a pensar e a entender esses conceitos.

É dada ênfase às atividades complementares, extensão e estágios que possibilitam o reconhecimento de habilidades e competências do aluno, inclusive adquiridas fora do ambiente universitário, hipóteses em que o aluno amplia o seu currículo com experimentos e vivências acadêmicas, internas ou externas ao curso.

As atividades complementares, extensão e estágios são previstas e regulamentadas objetivando a prática de estudos independentes, transversais, opcionais, de interdisciplinaridade, de permanente e contextualizada atualização profissional específica e englobam também atividades obrigatórias no contexto da história e cultura afro-indígena e brasileira, direitos humanos e relações étnico-raciais, educação ambiental, responsabilidade social e inclusão.

2.6. Fundamentos do Projeto Político Pedagógico

O Projeto Político Pedagógico Institucional da Faculdade de São Lourenço está organizado com base:

- I - Na autonomia didático-científica e administrativa e de gestão financeira e patrimonial;
- II - No cumprimento das normas gerais da educação nacional e avaliação da qualidade pelo Poder Público;
- III - Na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB – Lei 9.394/96;
- IV - No Regimento Interno da Instituição;

V - Nas Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a organização e o funcionamento dos cursos superiores;

VI – No Plano de Desenvolvimento Institucional.

E centra-se:

I - numa **função política**, capaz de colocar a educação como fator de inovação e mudanças na região;

II - numa **função ética**, de forma que, ao desenvolver a sua missão, a Instituição observe e dissemine os valores positivos que dignificam o homem e a sua vida em sociedade;

III - numa **proposta de transformação social**, voltada para a região;

IV - no **comprometimento da comunidade acadêmica** com o desenvolvimento do País e em especial da região do Sul de Minas Gerais, sua principal área de atuação;

V - num modelo de gestão que tem como metas: a **relevância da educação**, a busca constante da **qualidade da educação ofertada** e a construção de uma sociedade justa e solidária.

2.7. Diretrizes

Considerando-se o Contexto Institucional, os Objetivos Gerais, a Prática Pedagógica, os Fundamentos do Projeto Político Pedagógico, o Projeto Político Pedagógico Institucional estabelece as seguintes diretrizes:

2.7.1. Igualdade de Acesso

Diretriz 1

De acordo com o Artigo 26, § 1º da Declaração Universal dos Direitos Humanos, **a admissão à educação superior da Instituição está baseada em:** mérito, capacidade, esforços, perseverança e determinação, mostrados pelos jovens que buscam o acesso à educação superior adquiridos anteriormente no ensino médio.

Diretriz 2

O acesso ao Sistema da Faculdade de São Lourenço **não permite qualquer discriminação** com base em raça, sexo, idioma, religião ou em considerações culturais e sociais, nem tampouco em incapacidade física.

Diretriz 3

O Sistema da Faculdade estimulará a **igualdade de acesso e permanência, para diferentes grupos sociais**, cada vez mais diversificados, com base na relevância da educação, isto é, em termos do ajuste entre o que a sociedade espera da Instituição e o que ela realiza.

2.7.2. O Ensino De Graduação

Diretriz 4

A Instituição deverá desenvolver uma nova visão e um novo paradigma de educação que tenha o seu interesse **centrado no estudante**.

Diretriz 5

O Currículo **de cada curso** deve estar em sintonia com **as Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a organização e o funcionamento dos cursos superiores e** associado com novas metodologias de avaliação que levem em conta, não somente a memorização, mas também as faculdades de compreensão, a habilidade para o trabalho prático (projetos), a criatividade e o trabalho individual e em equipe.

Diretriz 6

O Sistema da Faculdade é baseado na **relevância da educação, com ênfase na qualidade**, respeito às culturas e proteção ao meio ambiente, e **nas necessidades sociais da região** e do País. A Educação da Instituição deve almejar a criação de uma nova sociedade – **não violenta e não opressiva** – constituída de indivíduos motivados e íntegros, inspirados pelo amor à humanidade e guiados pela sabedoria, que busquem desenvolver-se plenamente no campo das relações sociais.

Diretriz 7

O Sistema da Faculdade procurará educar seus estudantes para que sejam cidadãos e cidadãs bem-informados e profundamente motivados, capazes de pensar criticamente e de analisar problemas da sociedade, de procurar soluções aos seus problemas e, sobretudo, **de assumir responsabilidades sociais**.

Diretriz 8

A proposta de trabalho da Instituição deve levar o estudante a **aprender para o futuro, ao longo de toda a vida**, organizando a aprendizagem em torno de quatro aprendizagens fundamentais:

- Aprender a conhecer;

- Aprender a fazer;
- Aprender a viver juntos e aprender a viver com os outros;
- Aprender a ser.

Diretriz 9

O Sistema da Faculdade tem como objetivo capacitar o estudante para o **desenvolvimento de competências profissionais** que se traduzam na aplicação, no desenvolvimento (pesquisa aplicada e inovação tecnológica) e na difusão de tecnologias, na gestão de processos de produção de bens e serviços e na criação de condições para articular, mobilizar e colocar em ação conhecimentos, habilidades, valores e atitudes para responder, de forma original e criativa, com eficiência e eficácia, aos desafios e requerimentos **do mundo do trabalho**.

Diretriz 10

A Instituição deve **reforçar a cooperação com o mundo do trabalho**, desenvolvendo, não só novas habilidades profissionais, senso de iniciativa, treinamentos, atualizações e reciclagem profissional, como também a criação de novos trabalhos e a **formação de empreendedores, a fim de aumentar a empregabilidade e a renda familiar**.

Diretriz 11

O Sistema da Faculdade procurará a **flexibilização**, de sorte que os alunos possam, efetivamente, se preparar para o desafio de diferentes condições ocupacionais, e a **estruturação curricular** de forma interdisciplinar no desenvolvimento de competências, considerando que eventuais disciplinas escolares são meros recortes do conhecimento a serviço dos resultados de aprendizagem e do desenvolvimento de competências profissionais autônoma.

Diretriz 12

O Sistema da Faculdade deverá **propiciar a compreensão e a avaliação dos impactos** sociais, econômicos e ambientais resultantes da produção, gestão e incorporação de novas tecnologias.

Diretriz 13

O Sistema da Faculdade deve incentivar a **iniciação científica e cultural** e monitorias dos estudantes, com vistas em uma ação transformadora da realidade regional.

Diretriz 14

O Sistema da Faculdade deve criar novos ambientes de aprendizagem com a utilização de **serviços de educação a distância e sistemas virtuais** capazes de reduzir distâncias e desenvolver sistemas de maior qualidade em educação.

Diretriz 15

O Sistema da Faculdade deve contemplar, em seus currículos, orientações para atividades de **estágios, extensão de serviços à comunidade**, e outras atividades e competências fora do ambiente escolar.

Diretriz 16

A Instituição deve organizar-se para o **acompanhamento dos egressos dos diversos cursos oferecidos** e constituir-se numa ação permanente de aferição, pertinência e qualidade dos cursos ministrados.

Diretriz 17

A Faculdade de São Lourenço deve criar um clima institucional de suporte ao estudante, favorecendo o seu acesso às informações e aos recursos oferecidos pela Instituição, bem como prover um atendimento acadêmico e administrativo ágil e de qualidade.

Diretriz 18

De acordo com as necessidades da região do Sul de Minas Gerais, área de atuação da IES, serão ofertados **cursos sequenciais** por campos do saber.

Diretriz 19

De acordo com as necessidades da região, serão ofertados **programas especiais de formação pedagógica**.

Diretriz 20

A Instituição deve trabalhar para **uma melhoria progressiva** da infra-estrutura, tais como laboratórios, equipamentos e biblioteca.

Diretriz 21

A Faculdade de São Lourenço utilizará a **autonomia acadêmico-administrativa** para buscar a excelência acadêmica através de um corpo docente em tempo integral e parcial, predominantemente com titulação de doutorado e mestrado, em atendimento à LDB – Lei nº 9.394/96.

Diretriz 22

O Sistema de Ensino Superior da Instituição deve avançar na informatização de seu próprio sistema.

2.7.3. Pós-Graduação

No uso de sua **autonomia acadêmica**, Pós-Graduação deve:

Diretriz 23

Aumentar, progressivamente, a oferta de pós-graduação *Lato Sensu*, de acordo com as diretrizes normativas do MEC, além dos cursos de extensão e aperfeiçoamento em áreas específicas do saber.

2.7.4. A Extensão e Projetos Sociais devem:

Diretriz 24

Funcionar como **agente de inovação**, implantando **incubadoras** e os projetos de capacitação continuada, a fim de reforçar a **cooperação com o mundo do trabalho**.

Diretriz 25

Comprometer a comunidade acadêmica: alunos, professores, funcionários e administração superior da Instituição, com o desenvolvimento social do País e, em especial, os municípios do Sul de Minas, sua principal área de atuação.

2.8. Perfil do Egresso

A FSL diante de todas as diretrizes estipuladas propõe aos seus graduandos uma formação generalista, humanista, crítica e reflexiva, qualificando-os para o exercício profissional em seu campo de atuação. Para tal, o egresso deve apresentar autonomia intelectual, capacidade de aprendizagem continuada; atuar positivamente nas transformações da sociedade, com capacidade para aprendizagem autônoma, dinâmica, inovadora e flexível.

O egresso deverá, também, desenvolver as seguintes competências:

- I. Conduta pautada na ética e preocupação com as questões sociais e ambientais;
- II. Capacidade de atuar de forma crítica, autônoma e criativa;
- III. Atuação propositiva na busca de soluções para as questões apresentadas pela sociedade;
- IV. Capacidade de comunicação e expressão em língua nacional;

- V. Capacidade de diagnosticar, analisar e contextualizar problemas;
- VI. Busca constante por aprimoramento científico e técnico;
- VII. Domínio de técnicas essenciais à produção e à aplicação do conhecimento;
- VIII. Trabalho integrado e contributivo em equipes inter e transdisciplinares;
- IX. Atuação profissional com respeito ao meio ambiente;
- X. Capacidade para promover e respeitar aos Direitos Humanos;
- XI. Avaliar-se, visando o aprimoramento do autoconhecimento e das relações interpessoais;
- XII. Capaz de utilizar diferentes fontes de informação e recursos tecnológicos para adquirir e construir conhecimentos.

2.9. Políticas Institucionais

Conjunto de políticas institucionais que orienta a implementação das ações acadêmico-administrativas, bem como a definição dos objetivos e das metas. Estas políticas estão também contempladas no âmbito dos cursos de graduação e de pós-graduação, e estarão nos projetos de extensão e de pesquisa. A saber:

2.9.1. Políticas de Ensino

A questão da oferta dos cursos superiores de graduação coloca-se em duas dimensões indissociáveis: na qualidade da formação acadêmica a ser oferecida e na quantidade de profissionais necessários para atender às demandas de crescimento sustentável para o país.

É imprescindível situar a Educação Superior como modalidade de formação que possibilita ao indivíduo o desenvolvimento de sua capacidade de gerar conhecimentos a partir de uma postura dialógica com a realidade.

Traduzidas no seu Projeto Pedagógico, as políticas de ensino da IES se constituem em um desafio, tanto teórico-conceitual, quanto metodológico. As políticas e diretrizes do ensino de graduação, amparadas na Legislação Nacional, fundamentam-se, principalmente, na interdisciplinaridade e formação da cidadania, tendo como principais indicadores a articulação entre as áreas do conhecimento e a qualidade das relações interpessoais, resultando na socialização do conhecimento.

Com ênfase em tais pressupostos, essas políticas baseiam-se em princípios de cientificidade, criatividade, criticidade, iniciativa, dinamicidade, inspirando e agilizando ações que possibilitem a oferta de uma educação a distância que proporcione ao homem melhores condições de agir diante dos desafios que se lhe apresentam a cada circunstância de vida.

A IES, atenta ao paradigma emergente e, em consequência, às novas metodologias de apropriação e produção do conhecimento, o processo de formação integral e profissional, articulado com a iniciação a pesquisa, com estímulo ao estudo e intervenção nas questões regional, busca orientar suas ações por critérios de qualificação do trinômio ensino, iniciação a pesquisa e extensão, interdisciplinar, observando a flexibilidade orgânico-operativa, tomando como referência essencial a avaliação permanente.

Neste sentido, para que se cumpra efetivamente o papel da Faculdade almejada, é preciso adotar uma metodologia que possibilite uma redefinição constante de conceitos e linhas de ação e criação de novas práticas pedagógicas.

O fazer pedagógico da IES revela sua decisão de romper com a abordagem fragmentada do conhecimento, ao trabalhar na superação das dicotomias entre ciência-tecnologia e teoria-prática, na pesquisa como princípio educativo e científico, nas ações de extensão como forma de diálogo permanente com a sociedade.

O compromisso com o ensino de qualidade se traduz, prioritariamente, na consolidação dos cursos de graduação já existentes podendo ampliá-los para novas modalidades de ensino, para que possam atingir a qualidade e excelência na formação dos acadêmicos.

Busca-se uma atualização contínua das matrizes curriculares em consonância com as Diretrizes Curriculares Nacionais que estabelecem parâmetros para o Ensino Superior, e que possibilitaram a flexibilização dos currículos para atender às necessidades contextuais dos locais onde se inserem, sem, no entanto, perder de vista a sua articulação com a realidade global.

O uso das tecnologias de informação e de comunicações favorece a geração e socialização de novos conhecimentos.

Novos modelos educacionais devem ser criados ou incorporados, visando não apenas realizar pesquisas na aplicação de novas tecnologias no ensino a distância, mas também desenvolver novos programas interativos na graduação, pós-graduação e extensão, bem como projetos e programas que envolvam a utilização de ambientes virtuais que facilitem o processo de ensino- aprendizagem, fortalecendo as ações educativas da IES.

Para atingir seus objetivos, a proposta pedagógica da IES está embasada na visão de uma instituição comprometida com a educação integral do acadêmico, adotando como referencial pedagógico a prática da “educação ao longo de toda a vida”, conforme apresentado pela UNESCO/1999, no Relatório da Comissão Internacional sobre a educação para o Século XXI, no qual, a educação precisa ser concebida a partir de quatro pilares: “aprender a conhecer, aprender a fazer, aprender a conviver e aprender a ser”, indicando que a função de uma instituição de ensino, deve estar voltada para a realização

plena do ser humano, de modo a contribuir para o exercício de uma cidadania mais consciente e para a prática de valores éticos, pessoais e profissionais na sociedade.

Sob esta perspectiva, a educação proporciona ao indivíduo um conhecimento dinâmico do mundo, dos outros e de si mesmo, capacitando-o para o exercício profissional em tempos de mudanças (civilização cognitiva).

Como políticas de ensino de graduação da IES, destacam-se:

- a) ampliação do universo de atividades da IES nas suas várias frentes de atuação, mediante métodos inovadores de participação no processo de ensino-aprendizagem;
- b) desenvolvimento do ensino de graduação de qualidade na modalidade a distância nos vinte por cento permitidos;
- c) busca da excelência acadêmica e expansão da oferta de cursos superiores de graduação, ao maior número de cidadãos, tendo por base a análise de demandas e de tendências da sociedade;
- d) capacitação inicial e continuada do corpo técnico-administrativo em educação e docente da IES, com o intuito de propiciar as condições suficientes para o desenvolvimento das atividades pedagógicas;
- e) modernização da oferta dos cursos de graduação;
- f) universalização do ensino, com inclusão social, assegurando a permanência com oportunidades educacionais, aliadas à diversidade e heterogeneidade de sua clientela;
- g) a consolidação do processo de gestão democrática na Instituição e dos Direitos Humanos.
- h) a implantação de programas de avaliação institucional em todas as instâncias, com vistas a possibilitar a viabilização de correções, mudanças, de forma sistemática e sistêmica;
- i) a autoconstrução de sujeitos éticos e autônomos;
- j) fortalecimento do intercâmbio sócio-cultural-educativo com organizações locais e regionais; e,
- k) atendimento às demandas locais e regionais em cada localidade de atuação da IES.

Neste sentido, as políticas de ensino, em sintonia com as políticas de iniciação a pesquisa e extensão institucionais, atuam permanentemente em prol da expansão de vagas, da oferta de novos cursos (licenciaturas, bacharelados e tecnológicos) e da proficiente utilização da infraestrutura (aprimoramento do sistema de ingresso e controle acadêmico).

2.9.2. Política de Pós-Graduação

Os Programas de Pós-graduação *Lato Sensu* da FSA são orientados pelas seguintes políticas:

- Articular ensino e investigação científica com o comprometimento dos atores, democratizando o conhecimento acadêmico e associando a teoria à prática nos cursos *Lato Sensu*;
- Fazer da Pós-graduação *Lato Sensu* um eixo dinâmico e revitalizador da graduação;
- Formar profissionais especializados nas áreas de concentração oferecidas, em conformidade com a demanda do mercado de trabalho;
- Identificar áreas preferenciais para implantação de novos cursos de pós-graduação *Lato Sensu* que representem alternativas inovadoras, aproveitamento das potencialidades e afirmação da identidade da IES;
- Oferecer e expandir cursos de pós-graduação *lato sensu* através da articulação e da parceria com outras instituições ou cursos próprios, promovendo a vinda de professores visitantes, dentro de programas institucionais e do desenvolvimento de intercâmbio com outras instituições;
- Oportunizar o aperfeiçoamento técnico-científico de docentes;
- Integração com a área de cursos corporativos com a intenção de atender rapidamente demandas emergentes.

Observação importante: No momento não temos cursos em atividade, apenas cadastrados no Sistema e-MEC. Os cursos foram realizados, mas com a pandemia e para esse PDI, a decisão institucional foi o não mais oferecimento dos mesmos.

2.9.3. Política de Desenvolvimento Econômico e Social

Cientes de sua responsabilidade social, a FSL possui preocupação em melhoria da sociedade brasileira e da comunidade em que está inserida. Assim, possui como Política de Desenvolvimento Econômico e Social:

- Criar condições para a participação da Faculdade na elaboração das políticas públicas voltadas para a população mais necessitada;
- Identificar demandas e problemas da comunidade, em especial aqueles relacionados aos aspectos socioeconômicos regionais e implantar e fortalecer programas sociais permanentes que estimulem a qualidade de vida da comunidade;

- Buscar parcerias com órgãos públicos, organizações não governamentais e iniciativa privada, objetivando o desenvolvimento de projetos de alcance educacional, social e cultural;
- Estimular ações de inclusão social voltadas ao desenvolvimento da democracia, promoção da cidadania, atenção a setores sociais excluídos e políticas de ação afirmativa;
- Ser uma plataforma de acesso à extensão para estudantes de graduação, contribuindo para formar uma cultura de serviços à comunidade.

2.9.4. Política de Pesquisa

De acordo com a legislação vigente, a exigência de pesquisa acadêmica e de produção científica, restringe-se aos centros e às universidades, para as quais a indissociabilidade entre ensino e pesquisa é determinada constitucionalmente e regulada pela LDB. Portanto analisado sob o aspecto legal uma instituição de ensino superior isolada, como é o caso da Faculdade de São Lourenço, não teria que preocupar-se com a pesquisa e a produção de conhecimento.

O próprio Conselho Nacional de Educação expõe seu posicionamento no Parecer 1070/99 quando diz que “a pesquisa pode, quando muito, ser estabelecida como condição para o reconhecimento do curso e, assim mesmo não pode esperar mais do que uma atividade incipiente. O que se pode e se deve colocar como condição para o reconhecimento do curso é o desenvolvimento de práticas investigativas, associadas ou não à extensão universitária, que façam parte integrante da formação dos alunos de graduação.

Práticas investigativas como pesquisa bibliográfica, estudos de caso, pequenos trabalhos de campo sob a orientação dos docentes, o trabalho em escritórios de advocacia associados aos cursos de Direito, trabalhos individuais ou coletivos de experiências nos laboratórios constituem procedimentos pedagógicos essenciais para ensino de qualidade para a formação adequada de futuros profissionais e devem ser estimulados, tanto nas universidades quanto em outras instituições de ensino. ”

Entretanto, é importante se definir de que pesquisa se fala. O conceito de pesquisa é muito amplo e complexo. Para simplificar pode-se escolher dois caminhos. Em primeiro lugar pode-se considerar a definição de pesquisa proposta no II Plano Nacional de Pós-Graduação da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoa de Nível Superior – CAPES. A CAPES entende apenas a pesquisa original, aquela que cria conhecimento novo, que faz progredir o conhecimento. A pesquisa que é conduzida na fronteira de uma ciência ou disciplina. A Pós-Graduação “Stricto Sensu” seria o espaço próprio para a formação de docentes-pesquisadores nesse sentido.

Por outro lado, pode-se considerar a pesquisa como um princípio educativo, que deve estar presente em todo projeto educativo. Enquanto princípio educativo, a pesquisa pode ser vista como um processo inteligente de interação com a realidade. Interação como diálogo, troca, permuta, entidades que não permanecem estáveis através do tempo. Em sendo assim, deve haver uma preocupação de que o aluno desenvolva uma postura investigativa sobre sua área de atuação e que aprenda a usar procedimentos de pesquisa como instrumentos de trabalho.

A pesquisa (ou investigação) que se desenvolve no âmbito do trabalho pedagógico não pode ser confundida com a pesquisa acadêmica ou pesquisa científica. Refere-se, antes de mais nada, a uma atitude cotidiana de busca de compreensão dos processos de aprendizagem e desenvolvimento dos alunos e à autonomia na interpretação da realidade e dos conhecimentos que constituem os objetos de ensino.

O acesso aos conhecimentos produzidos pela investigação acadêmica nas diferentes áreas que compõem seu conhecimento profissional alimenta o seu desenvolvimento profissional e possibilita ao professor manter-se atualizado e fazer opções em relação aos conteúdos, à metodologia e à organização didática dos conteúdos que ensina.

Assim, para que a atitude de investigação e a relação de autonomia se concretizem, o docente necessita conhecer e saber usar determinados procedimentos comuns aos usados na investigação científica: registro, sistematização de informações, análise e comparação de dados, levantamento de hipóteses, verificação, etc.

Com esses instrumentos, poderá, também, ele próprio, produzir e socializar conhecimento pedagógico de modo sistemático.

Assim, a pesquisa constitui um instrumento de ensino e um conteúdo de aprendizagem na formação, especialmente importante para a análise dos contextos em que se inserem as situações cotidianas da escola, para construção de saberes que ela demanda e para a compreensão da própria implicação na tarefa de educar. Ela possibilita que o profissional em formação aprenda a conhecer a realidade para além das aparências, de modo que possa intervir considerando as múltiplas relações envolvidas nas diferentes situações com que pode se deparar na vida.

A pesquisa na Faculdade de São Lourenço irá, portanto, contemplar num primeiro momento:

- o conhecimento que favoreça a construção e reconstrução dos procedimentos necessários para promover e acompanhar o processo de ensino/ desenvolvimento e aprendizagem dos alunos;
- a compreensão dos processos de produção do conhecimento nas ciências. Isto será atingido através de disciplinas como Metodologia Científica.

- o conhecimento atualizado dos resultados desses processos, isto é, as teorias e informações que as pesquisas nas diferentes ciências produzem.

Em conclusão, poder-se-ia dizer que a pesquisa se daria no âmbito de cada disciplina. Cada professor se empenharia não apenas em repetir o saber adquirido, mas procuraria buscar estimular seus alunos na busca de novos caminhos para a aprendizagem, assegurando assim atualização e renovação, além de enriquecer a interdisciplinaridade.

Num segundo momento, de forma não prioritária, pretende-se que a pesquisa esteja articulada com as novas necessidades e demandas da sociedade, considerados os avanços da ciência e da técnica e seus desafios lançados ao todo social, e a cada indivíduo em particular. Isto se daria numa primeira fase através da Iniciação Científica.

Dessa forma a pesquisa estaria contribuindo tanto para a melhoria qualitativa do ensino, quanto para a geração de novos conhecimentos que possam contribuir para o desenvolvimento da sociedade.

2.9.5. Política de Extensão

Com uma filosofia de ensino que valoriza a formação de profissionais críticos, participantes ativos em suas comunidades e com competência para atuar no desenvolvimento da sociedade, a Faculdade de São Lourenço deve oferecer diversas opções de atividades de extensão voltadas à comunidade, como o estímulo aos conhecimentos dos problemas do mundo presente, em particular os nacionais e regionais, com serviços à comunidade, e o estabelecimento com esta de uma relação de reciprocidade.

Um projeto de extensão é caracterizado como “um instrumento acadêmico que indica um conjunto de atividades de caráter educativo, cultural, artístico, científico e tecnológico, que envolve professores e estudantes, desenvolvido com a comunidade, através de ações sistematizadas, voltadas às questões básicas da sociedade brasileira”, como, por exemplo, o meio ambiente, o empreendedorismo, educação, transferência de tecnologias, promoção à saúde e qualidade de vida, dentre outros.

Os cursos de extensão, com carga horária inferior a 360 horas, “são propostas de atividades esporádicas, que visam a produzir, sistematizar e divulgar conhecimentos e técnicas, destinadas aos membros da comunidade interna e externa da instituição, numa determinada área de estudos, visando à reciclagem, à atualização ou à produção de novos conhecimentos.

Os eventos de extensão são “as atividades que dinamizam a relação da instituição com a sociedade, desenvolvidas sob a forma de seminários, conferências, debates, jornadas,

exposições, espetáculos e similares, que traduzem a intensidade da vida acadêmica na instituição”.

A linha básica da política de extensão é a da inserção da Instituição no contexto regional, como instrumento ativo no processo de construção e desenvolvimento socioeconômico, político e cultural; a integração com empresas e instituições comunitárias de produção de conhecimento e tecnologia da região; o estímulo à criatividade e à originalidade e a consciência da mudança e da necessidade de uma educação permanente.

Isso significa, então, voltar-se aos compromissos assumidos com a região, destacando aqueles que mais se afinam com a ação extensionista: o de contribuir para o desenvolvimento da educação formal regional; o de estimular o desenvolvimento cultural da região e de promover a difusão cultural, e o de contribuir para a melhoria da educação como um todo. Estes compromissos traduzem-se em duas políticas institucionais: a Política de Apoio às Ações do Desenvolvimento Comunitário e Política de Desenvolvimento Cultural.

São áreas temáticas de Extensão, de acordo com o ensino e a iniciação científica desenvolvida pela Unidade de Ensino:

- ✓ Saúde
- ✓ Educação
- ✓ Desenvolvimento Sustentável
- ✓ Cultura
- ✓ Comunicação
- ✓ Educação Ambiental
- ✓ Cidadania e Direitos Humanos
- ✓ Responsabilidade Social
- ✓ Relações étnico-raciais
- ✓ História e cultura afro-indígena e brasileira

2.9.5.1. Parceria com a Comunidade

Os programas de parcerias de intercâmbio com instituições congêneres têm como objetivo estabelecer contatos e colaborações em projetos comuns para a transferência de conhecimento.

A Faculdade de São Lourenço deve buscar programas de cooperação técnica, científica e cultural com os setores empresarial, educacional e governamental, visando a troca de experiências entre estas instituições.

Seu foco é o desenvolvimento de ações de ensino, extensão e secundariamente, pesquisa.

Os programas têm como objetivos:

- Estabelecer contatos com instituições congêneres, com o governo e com o setor produtivo;
- Participar de reuniões de associações, fundações, instituições de ensino, agências de cooperação, consulados, comissões e fóruns governamentais e empresas em geral;
- Identificar oportunidades de desenvolvimento de projetos de interesse comum envolvendo os diversos setores (governamental, empresarial, educacional), nas diversas áreas do conhecimento;
- Incentivar junto à comunidade acadêmica o desenvolvimento de atividades de extensão (projetos, cursos e eventos) de interesse dos diversos setores, nas diversas áreas do conhecimento.
- Realizar contatos com o setor empresarial, para o desenvolvimento de projetos em conjunto e estabelecimento de convênios;
- Analisar e avaliar projetos a serem desenvolvidos com as empresas conveniadas;
- Planejar, coordenar, acompanhar e registrar todas as atividades (visitas, cursos, palestras, projetos, etc.) a serem desenvolvidas com as empresas conveniadas;
- Coordenar a integração das empresas conveniadas nas atividades artísticas e culturais promovidas pela Faculdade de São Lourenço; e,
- Identificar, divulgar e negociar potenciais fontes de recursos e agências de fomento (CAPES, FINEP, CNPq, FAPESP, etc.) para o desenvolvimento de atividades com as empresas conveniadas.

2.9.6. Políticas de Gestão

A Instituição de Ensino Superior é uma das organizações mais complexas da sociedade, e como tal, se defronta com a necessidade de um efetivo e eficiente sistema de gestão, capaz de contribuir para o atendimento das necessidades e demandas internas e externas.

A gestão é um dos núcleos vitais da instituição. É ela que busca captar e empregar recursos financeiros, disponibilizar infraestrutura física e de materiais e viabilizar recursos humanos que propiciem os meios e os estímulos necessários ao desenvolvimento e ampliação das oportunidades educacionais, fomentando e fortalecendo o ensino, a iniciação a pesquisa, a extensão e a prestação de serviços.

Diante de demandas crescentes da sociedade, a IES realiza investimentos em projetos para a expansão qualitativa e quantitativa da Instituição, com vistas a manter e a aperfeiçoar seu perfil de desempenho.

Para conseguir um bom patamar de qualidade acadêmica e administrativa, bem como o constante investimento nas condições das estruturas físicas e instalações, faz-se

necessário manter ampla estrutura de serviços de apoio e logística o que, por sua vez, demanda constantes atualizações, normatizações e investimentos.

O modelo de excelência preconizado pela IES tem como pilares de sustentação os seguintes fundamentos gerenciais:

- a) pensamento sistêmico;
- b) liderança e constância de propósitos;
- c) visão de futuro;
- d) comprometimento e capacitação de recursos humanos;
- e) responsabilidade social;
- f) orientação por processos e informações;
- g) gestão participativa;
- h) controle social;
- i) desenvolvimento de parcerias;
- j) viabilização de recursos;
- k) cultura organizacional;
- l) aprendizagem organizacional, e,
- m) educação ambiental;
- n) educação em Direitos Humanos.
- o) ética nas relações/interrelações profissionais

Para atingir em níveis satisfatórios os pilares de excelência em gestão, a IES procurará nortear seus programas, metas e ações no alcance das seguintes linhas:

- a) promover o avanço estratégico da Instituição, oferecendo condições crescentes de pessoal e de infraestrutura física, tecnológica e operacional, que gerem impactos positivos na qualidade dos programas acadêmicos oferecidos;
- b) desenvolver uma política de recursos humanos associada às metas institucionais, promovendo e apoiando programas de permanente valorização, qualificação e capacitação do seu quadro de servidores docentes e técnico- administrativos, focados na motivação, educação ambiental e nas boas condições de trabalho, de modo a oferecer às comunidades, tanto interna quanto externa, atendimento acadêmico, técnico e administrativo pautado por padrões de ética e qualidade, e de respeito guiando-se pelos princípios da Educação em Direitos Humanos, desenvolvidos por meio de processos democráticos, participativos e transparentes;
- c) consolidar as unidades de administração setorial dotando-as de uma

infraestrutura moderna e adequada, incentivando a cultura de preservação e valorização ambiental, bem como a manutenção e expansão qualificada e permanente do seu acervo e do seu patrimônio imóvel;

d) fomentar e aperfeiçoar permanentemente os processos e procedimentos de avaliação, tanto internos quanto externos, das atividades docentes, técnicas e administrativas, para assegurar o cumprimento satisfatório da missão acadêmica;

e) assegurar meios e instrumentos que permitam desenvolver na Instituição uma gestão democrática nas áreas acadêmica e administrativa, no patrimônio, nos espaços físicos e no orçamento, na gestão de recursos humanos, bem como na política de assistência ao estudante;

f) realizar reformas, construções e ampliações que possibilitarão a correta aplicação dos princípios de segurança, o atendimento às exigências sanitárias, às políticas de inclusão social e proteção à saúde e ao ambiente, eficiência energética, conforto térmico nos edifícios, bem como à qualidade do ensino, da pesquisa e da extensão oferecidos pela Instituição;

g) reordenamento da estrutura organizacional e didático-pedagógica com a definição de competências e níveis de atuação de modo a atender às exigências do mundo atual;

h) distribuição de recursos seguindo critérios e indicadores de desempenho;

i) qualificação e capacitação dos recursos humanos;

j) (re)conceber a estrutura física de modo a eliminar duplicações de equipamentos, que encarecem o custo do ensino e iniciação à pesquisa;

k) promover a estreita relação da Administração Central com as estruturas didático-pedagógica e de gestão acadêmica;

l) promover a integração da faculdade e as demais instituições representantes da sociedade civil;

m) ampliar a infraestrutura física de modo a responder adequadamente às prioridades definidas para os projetos acadêmicos existentes, bem como para novos;

n) melhorar as condições de infraestrutura e apoio para o cumprimento das funções acadêmicas;

o) garantir a evolução do acervo bibliográfico, de redes de computadores, da tecnologia da informação e de recursos tecnológicos em geral;

p) desenvolver mecanismos de comunicação e de conexão interna e externa.

2.9.7. Política de Recursos Humanos

O modelo de Gestão por Competências tem direcionado as políticas e as práticas de Recursos Humanos em grande parte das organizações contemporâneas, além de outras normas e instrumentos que orientam a gestão de recursos humanos.

A política de recursos humanos é inovadora na medida em que pretende tornar todos aptos a formular, implementar e avaliar a tríade estratégica da moderna gestão de pessoas - gestão por competências, democratização das relações de trabalho e qualificação intensiva das equipes de trabalho, com vistas à melhoria da eficiência, eficácia e qualidade dos serviços prestados ao cidadão.

O desenvolvimento permanente das pessoas, incluindo a aprendizagem por meio de novos métodos que levem a práticas inéditas na administração, é outro objetivo da IES, embasada nos conceitos de desenvolvimento, capacitação, educação formal, aperfeiçoamento, qualificação, desempenho, avaliação, dimensionamento da força de trabalho, alocação de cargos, força de trabalho e processo de trabalho entre outros.

No âmbito da IES, as políticas de recursos humanos estão focadas nos seguintes pontos:

- a) capacitação e aperfeiçoamento;
- b) avaliação de desempenho;
- c) dimensionamento das necessidades institucionais de pessoal; e,
- d) desenvolvimento de sistemas de gestão de recursos humanos e na assistência.

Em suma, a política de recursos humanos tem como objetivos modernizar e melhorar a base organizacional do sistema de recursos humanos; adotar os princípios da educação continuada em capacitação e qualificação; recompor e manter o quadro de pessoal docente e técnico-administrativo em adequadas condições de formação e atualização profissional, melhorar e modernizar as condições de trabalho, visando garantir o desenvolvimento e a capacitação, o aprimoramento e inovação dos processos de trabalho e assimilação de novas linguagens e tecnologia e a melhoria dos serviços prestados.

2.9.8. Política de Qualificação, Educação Continuada e Plano de Carreira

A admissão do professor será feita mediante seleção para cada classe procedida pela Coordenadoria de Curso e homologada pelo Conselho Superior, observados os seguintes critérios:

- I. Além da idoneidade moral do candidato, serão considerados seus títulos acadêmicos, didáticos e profissionais, relacionados com a disciplina a ser por ele lecionada;

II. Constitui requisito básico o diploma de graduação ou pós-graduação correspondente ao curso que incluía, em nível não inferior de complexidade, disciplina idêntica ou afim àquela a ser lecionada.

Para a Política de Qualificação, Capacitação Docente e Formação Continuada, a Faculdade entende a importância da constante atualização de seus professores e possibilitará a participação em eventos científicos, técnicos, artísticos e/ou culturais, para cursos de desenvolvimento pessoal. Também, possuirá prática regulamentada de incentivo à qualificação acadêmica em programas de mestrado e doutorado.

A Política de Formação e Capacitação Docente está prevista considerando o incentivo/auxílio à:

- a) participação em eventos científicos/técnicos/culturais;
- b) capacitação (formação continuada);
- c) qualificação acadêmica docente e a devida divulgação das ações com os docentes.

As ações para a qualificação dos profissionais do ensino basear-se-ão em:

- a) Incentivo à realização de cursos de pós-graduação;
- b) Desenvolvimento de ações e eventos, com o objetivo de atualização dos professores;
- c) Participação em eventos externos;
- d) Incentivo à publicação de pesquisas, livros, revistas e artigos;
- e) Políticas para a produção de pesquisa, atuando enquanto pesquisador e orientador de iniciação científica;
- f) Desenvolvimento de competências sobre as acessibilidades pedagógica, atitudinal e nas comunicações, incluindo libras e digital.

- EVENTOS:

A concessão de auxílio da FSL depende de aprovação da participação do docente no evento, pelo Colegiado do Curso e com homologação da Direção.

Poderá pleitear auxílio para participação em Evento, o docente que preencher os seguintes requisitos:

- I – ser docente da FSL pelo menos há seis meses;
- II – ter dedicação de trabalho semanal de no mínimo 10h/a;
- III – justificar a relevância acadêmica do evento para a área que está vinculada, bem como para o Instituto;
- IV – inscrever-se no evento como docente da FSL.

Após o evento, o docente deverá, no prazo de 15 dias, apresentar:

- I – relatório técnico sobre o evento e sua participação;
- II – Release da participação à sua Coordenação de Curso para publicação interna;

III – relato aos demais professores de sua área, em reunião.

Fica a critério da Direção, ouvida a Mantenedora, fixar o valor da verba a ser concedido, respeitado o orçamento aprovado.

- PRODUÇÃO CIENTÍFICA E DIDÁTICO-PEDAGÓGICA:

O incentivo à produção científica e didático-pedagógica está previsto por meio de Edital. Por essa prática que se regulamentará a seleção de propostas para a concessão de bolsas de apoio científico para realização de projetos científicos, tecnológicos ou didático pedagógicos e, conseqüentemente, publicações envolvendo os docentes e discentes responsáveis pelos projetos. Os objetivos deste são:

- Estimular e fortalecer a produção docente e discente, mediante o apoio financeiro ao idealizador e condutor do projeto científico;

- Incentivar a produção científica de docentes que sejam pesquisadores ativos (aqueles com nível de produção científica e tecnológica), não excluindo os que desejam ascender à carreira de pesquisador;

- Contribuir para o desenvolvimento da sociedade científica de um modo geral.

Os docentes pesquisadores podem se inscrever em duas categorias:

Pesquisador Doutor ou Pesquisador Mestre. Em ambos os casos se aplica aos docentes que veem desempenhando pesquisas dentro e fora da IES, com vínculo empregatício com a FSL, atuante em pesquisa demonstrada por meio de publicações na área a que irá submeter proposta.

Exige-se do docente aprovado e beneficiado pelo programa de incentivo à pesquisa de publicações em periódicos científicos qualificados pela CAPES; engajamento ao trabalho em grupo, com a finalidade de formar e solidificar grupos de pesquisa dentro da Instituição e o melhor desempenho possível quanto ao desenvolvimento do seu projeto.

Publicações eletrônicas internas da FSL para estimular a produção docente e discente, atendendo as necessidades de divulgar os resultados das pesquisas e os trabalhos de investigação científica e pesquisa docente, internos ou de outras IES parceiras.

Fica a critério da Direção, ouvida a Mantenedora, fixar o valor da verba a ser concedido, respeitado o orçamento aprovado, neste caso poderá ser um repasse eventual para ajuda de custo ou mensal para o desenvolvimento de um projeto por tempo específico.

Para a contratação do corpo docente um dos requisitos a ser considerado é a titulação, sendo a especialização a titulação mínima exigida para ingressar no corpo docente do Instituto. Além da titulação, na contratação dos docentes será considerada a experiência no magistério superior e a experiência profissional não acadêmica.

No que se refere à experiência profissional, a Instituição ao selecionar os professores assume como compromisso priorizar a contratação de profissionais com experiência no

magistério superior e experiência profissional não acadêmica de, no mínimo, 02 (dois) anos em ambos os casos.

A experiência no magistério superior possibilita ao professor uma atuação segura, focada na aprendizagem dos alunos e integrada a proposta pedagógica do Instituto. A experiência profissional não acadêmica possibilita ao professor uma abordagem mais prática dos conteúdos curriculares ministrados em sala de aula.

A contratação do professor será formalizada pela Mantenedora, segundo o regime jurídico das leis trabalhistas, observados os critérios e normas do Regimento e do Plano de Carreira Docente.

2.9.9. Política de Capacitação, Formação e Qualificação Permanente do Corpo Técnico Administrativo

A qualificação do Corpo Técnico-administrativo será uma ação contínua da Faculdade. O Plano Institucional de Capacitação do Corpo Técnico-administrativo tem por objetivo o aprimoramento profissional dos funcionários não docentes de modo a promover a melhoria da qualidade das funções de apoio técnico, administrativo e operacional.

Entende-se por aprimoramento profissional a conclusão de cursos de atualização, treinamento, aperfeiçoamento, graduação e ou pós-graduação *lato sensu* na área de atuação do funcionário.

A Instituição disponibilizará aos seus funcionários os seguintes incentivos:

- Oferta de cursos de desenvolvimento pessoal e profissional, atualização e treinamento profissional;
- Participação em eventos científicos, artísticos ou culturais, desde que justificados para a Direção;
- Bolsas de estudo integrais ou parciais para participar de cursos de aperfeiçoamento, graduação e pós-graduação desenvolvidos pela Instituição ou em outras instituições parceiras quando for necessário e de interesse da Instituição, com Edital regulamentado, para qualificação acadêmica na graduação e/ou em pós-graduação.

Os programas de qualificação serão previamente aprovados pela Direção, sendo observadas as demandas dos diferentes setores da Instituição e busca pela qualidade e eficiência no exercício de funções e atendimento aos seus clientes.

2.9.10. Políticas de Incentivo e Difusão à Produção Intelectual Docente e Discente

O estímulo à produção acadêmica está contemplado no Plano de Carreira Docente, condicionado à progressão horizontal por mérito. A avaliação para progressão horizontal por merecimento é realizada mediante requerimento do docente interessado, por meio da apresentação de currículo atualizado contendo cópia de todos os documentos que comprovem o seu conteúdo.

Além disso, a instituição possui ações de estímulo com:

- Sempre que solicitado pelo docente ou discente, análise e apoio financeiro com publicações internas ou externas;
- Apoio logístico para a participação em eventos na IES ou fora dela, em âmbito local, nacional ou internacional;
- Sempre que solicitado, análise para apoio à produção acadêmica e publicação em encontros e periódicos nacionais e internacionais;

A Faculdade conta com outras formas de estímulo a produção discente e docente por meio da Semana Acadêmica, que é o evento que trabalha o âmbito profissional em função dos conceitos e das aprendizagens essenciais, conciliando a teoria e a prática por meio de apresentação de pesquisa por profissionais da área ou alunos orientados. Tal evento, que é institucional, tem como público alvo especial os acadêmicos do curso, futuros profissionais, compreendendo, entre outros:

- Palestras, workshops, cursos e minicursos;
- Feira de Ciências, produtos e serviços;
- Painéis e espaços culturais
- Apresentação de trabalhos acadêmicos;
- Mesas redondas
- Jornada de Iniciação Científica

Também são desenvolvidos seminários no seu sentido amplo por meio da proposta de encontros anuais exclusivos desta modalidade pedagógica. Em seu sentido estrito, os seminários do curso, vistos como possibilidades de ensino-aprendizagem, serão realizados em grupos de estudo, nos quais se discutirão e se debaterão um ou mais temas apresentados por um ou vários alunos, sob a direção do professor responsável pela disciplina. Desta forma, há para o aluno a oportunidade de desenvolver a investigação, a crítica, a independência intelectual, o trabalho cooperativo e de fazer propostas alternativas para resolver questões levantadas.

2.9.11. Política de Acessibilidade

Baseada em toda a legislação sobre o assunto e preocupada em garantir os direitos do aluno com necessidades educacionais especiais, a Faculdade de São Lourenço adota a política institucional para desenvolvimento de série de ações para manter a qualidade de ensino para todos os seus alunos e, especificamente, assegurar ao aluno com deficiência as condições necessárias para o seu pleno aprendizado.

A IES tem como responsabilidade introduzir os seus alunos no mundo científico, cultural e social, independentemente de suas diferenças.

Diante disso, a Instituição tem o compromisso de proporcionar as melhores condições possíveis, aliada ao integral atendimento às recomendações internacionais e aos dispositivos legais nacionais. Isso é fundamental para buscar novas formas de responder aos proclames de uma Educação Inclusiva, garantindo não só o acesso, mas, sobretudo, a permanência dos alunos com deficiência na IES.

A inclusão deve ser realizada por meio de um projeto pedagógico que esteja centrado na aprendizagem de todos os alunos, sem exceção. Os alunos com necessidades educacionais devem, sempre, ser vistos à luz das suas potencialidades e possibilidades.

A Instituição implementou a Política de Acessibilidade disponibilizando-a todos professores e demais colaboradores administrativos, contendo informações, orientações e procedimentos metodológicos quando alunos com deficiência ou dificuldade específica de aprendizagem forem fazer vestibular e matricularem-se nos cursos, garantindo-lhes todas oportunidades de aprendizado e acesso a espaços acadêmicos.

2.9.12. Políticas Afirmativas

Para implementar os princípios orientadores dos PPC's dos Cursos da IES, as matrizes curriculares privilegiam, transversalmente e na forma de unidade curriculares fixas, eletivas ou em suas ementas, conteúdos pertinentes à educação ambiental, aos direitos humanos, às relações étnico-raciais e histórias e culturas afro-brasileira, africana e indígena, as políticas de gênero e políticas para a terceira idade, conforme estabelecido no Art. 2º, § 4º, da Resolução CNE/CES nº 5, de 17 de dezembro de 2018.

2.9.13. Políticas de Direitos Humanos

O Programa Mundial de Educação em Direitos Humanos (ONU, 2005), ao propor a construção de uma cultura universal de direitos humanos por meio do conhecimento, de habilidades e atitudes, aponta para as instituições de ensino superior a nobre tarefa de formação de cidadãos(ãs) hábeis para participar de uma sociedade livre, democrática e

tolerante com as diferenças étnico-racial, religiosa, cultural, territorial, físico-individual, geracional, de gênero, de orientação sexual, de opção política, de nacionalidade, dentre outras.

No ensino, a educação em direitos humanos pode ser incluída por meio de diferentes modalidades, tais como, disciplinas obrigatórias e optativas, linhas de pesquisa e áreas de concentração, transversalização no projeto político pedagógico, entre outros.

Na pesquisa, as demandas de estudos na área dos direitos humanos requerem uma política de incentivo que institua esse tema como área de conhecimento de caráter interdisciplinar e transdisciplinar.

Na extensão universitária, a inclusão dos direitos humanos no Plano Nacional de Extensão Universitária enfatizou o compromisso das universidades públicas com a promoção dos direitos humanos.

A inserção desse tema em programas e projetos de extensão pode envolver atividades de capacitação, assessoria e realização de eventos, entre outras, articuladas com as áreas de ensino e pesquisa, contemplando temas diversos.

A contribuição da educação superior na área da educação em direitos humanos implica a consideração dos seguintes princípios: a instituição de ensino superior, como criadora e disseminadora de conhecimento, é instituição social com vocação republicana, diferenciada e autônoma, comprometida com a democracia e a cidadania; os preceitos da igualdade, da liberdade e da justiça devem guiar as ações universitárias, de modo a garantir a democratização da informação, o acesso por parte de grupos sociais vulneráveis ou excluídos e o compromisso cívico-ético com a implementação de políticas públicas voltadas para as necessidades básicas desses segmentos; o princípio básico norteador da educação em direitos humanos como prática permanente, contínua e global, deve estar voltado para a transformação da sociedade, com vistas à difusão de valores democráticos e republicanos, ao fortalecimento da esfera pública e à construção de projetos coletivos; a educação em direitos humanos deve se constituir em princípio ético político orientador da formulação e crítica da prática das instituições de ensino superior; as atividades acadêmicas devem se voltar para a formação de uma cultura baseada na universalidade, indivisibilidade e interdependência dos direitos humanos, como tema transversal e transdisciplinar, de modo a inspirar a elaboração de programas específicos e metodologias adequadas nos cursos de graduação e pós-graduação, entre outros; a construção da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão deve ser feita articulando as diferentes áreas do conhecimento, os setores de pesquisa e extensão, os programas de graduação, de pós-graduação e outros; o compromisso com a construção de uma cultura de respeito aos direitos humanos na relação com os movimentos e entidades sociais, além de grupos em situação de exclusão ou discriminação; a participação das IES na formação de agentes sociais de educação em direitos humanos e na avaliação do processo de implementação do PNEDH.

A IES comprometida com a vivência dos direitos humanos construiu um currículo multicultural, que visa a formação para a cidadania.

Por meio dos conteúdos citados, o discente pode experimentar novas perspectivas sobre os assuntos ministrados, aliando o conteúdo teórico a realidade social circundante, reforçando assim, o perfil do aluno e potencializando suas chances de sucesso no mercado de trabalho, uma vez que propiciam uma experiência enriquecedora caracterizada por uma integração entre a faculdade e a sociedade.

Deve-se ressaltar ainda que é dada prioridade, na ampliação do acervo bibliográfico físico e virtuais, visto a importância que este acervo representa na formação do futuro egresso.

2.9.14. Políticas de Educação Ambiental

A Política Nacional de Educação Ambiental (Lei nº 9795/1999) define como educação ambiental os processos por meio dos quais o indivíduo e a coletividade constroem valores sociais, conhecimentos, habilidades, atitudes e competências voltadas para a conservação do meio ambiente, bem de uso comum do povo, essencial à sadia qualidade de vida e sua sustentabilidade.

A educação ambiental é um processo de reconhecimento de valores e classificações de conceitos, objetivando o desenvolvimento das habilidades e modificando as atitudes em relação ao meio, para entender e apreciar as interrelações entre os seres humanos, suas culturas e seus meios biofísicos. A educação ambiental também está relacionada com a prática das tomadas de decisões e a ética que conduzem para a melhora da qualidade de vida.

A educação ambiental deve proporcionar as condições para o desenvolvimento das capacidades necessárias; para que grupos sociais, em diferentes contextos socioambientais do país, intervenham, de modo qualificado tanto na gestão do uso dos recursos ambientais quanto na concepção e aplicação de decisões que afetam a qualidade do ambiente, seja físico-natural ou construído, ou seja, educação ambiental como instrumento de participação e controle social na gestão ambiental pública.

Vale ressaltar que a educação ambiental, apoiada em uma teoria crítica que exponha com vigor as contradições que estão na raiz do modo de produção capitalista, deve incentivar a participação social na forma de uma ação política. Como tal, ela deve ser aberta ao diálogo e ao embate, visando à explicitação das contradições teórico-práticas subjacentes a projetos societários que estão permanentemente em disputa.

A educação ambiental deve se configurar como uma luta política, compreendida em seu nível mais poderoso de transformação: aquela que se revela em uma disputa de posições e proposições sobre o destino das sociedades, dos territórios e das desterritorializações; que acredita que mais do que conhecimento técnico-científico, o saber popular igualmente

consegue proporcionar caminhos de participação para a sustentabilidade através da transição democrática.

Um processo educativo eminentemente político, que visa ao desenvolvimento nos educandos de uma consciência crítica acerca das instituições, atores e fatores sociais geradores de riscos e respectivos conflitos socioambientais. Busca uma estratégia pedagógica do enfrentamento de tais conflitos a partir de meios coletivos de exercício da cidadania, pautados na criação de demandas por políticas públicas participativas conforme requer a gestão ambiental democrática.

Tem como objetivo despertar em todos a responsabilidade social, tendo como foco o meio ambiente, cujos eixos versam sobre: educação, saúde e sociedade.

Tem como pressupostos desenvolver como expressão da responsabilidade social um conjunto de ações articuladas voltadas para a educação, saúde e responsabilidade socioambiental.

A educação ambiental é hoje um desafio para a educação superior repensar a atual relação nos âmbitos social, econômico, político e ambiental, sobre o seu papel diante dos imperativos da sobrevivência da humanidade. A educação ambiental não se limita à ciência em si, integra-se ao campo da estética e a sensibilidade humana.

Cabe à educação superior desenvolver na formação de seus alunos os novos ideais sustentados na contemporaneidade do século XXI. Há de se considerar a responsabilidade a ser assumida pelas novas gerações na construção de um novo mundo, no qual os valores sociais, culturais e políticos sejam seriamente repensados. É por esse entendimento que a Faculdade de São Lourenço adota a premissa da formação pela problematização em que as concepções vigentes de mundo e de valores também podem ser questionadas.

A educação ambiental é um dos pilares do desenvolvimento sustentável, contribui para a compreensão fundamental da relação e interação da humanidade com todo o ambiente e fomenta uma ética ambiental pública a respeito do equilíbrio ecológico e da qualidade de vida, despertando nos indivíduos e nos grupos sociais organizados o desejo de participar da construção de sua cidadania. É necessário um projeto político-pedagógico que estimule o aparecimento do homem-cidadão enquanto ator político, para pensar e construir a proposta eco desenvolvimentista. Ou seja, um cidadão consciente de sua realidade socioambiental mediante a obtenção de vários tipos de conhecimento sobre ela.

Em relação a atividades de promoção da sustentabilidade socioambiental, destaca-se que a **sensibilização** para as atividades a serem desenvolvidas envolvem as equipes internas, funcionários, alunos e docentes.

Também se destacam a implementação das ferramentas de aprendizagem virtuais, como AVA, que franqueia acesso ao livro digital, viabiliza o protocolo documentos

comprobatórios da AACC, tornado indubitável a natureza sustentável dessas iniciativas, que minimizam o impacto ambiental com desperdício de impressões, cópias, papéis, etc.

2.9.15. Políticas de Educação para a Diversidade, a Defesa e Promoção dos Direitos Humanos, para as Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro Brasileira, Africana e Indígena

Nos termos da Lei nº 9.394/96, com a redação dada pelas Leis n.º 10.639/2003 e nº 11.645/2008, e da Resolução CNE/CP nº 1/2004, fundamentada no Parecer CNE/CP nº 3/2004, a IES pratica as ações:

- Inserção interdisciplinar de conteúdos que integram a proposta curricular que versa sobre a Educação para a diversidade, para a defesa e promoção dos direitos humanos, para as relações étnico-raciais e conhecimentos de matriz africana em unidades curriculares;
- Oferta das disciplinas com conteúdos transversais sobre o tema, com o intuito de fomentar a reflexão sobre questões étnico-raciais;
- Realização de eventos com a temática de combate ao racismo e às discriminações, especialmente dentro da proposta de Semanas anuais, em que estudos e pesquisas dentro do tema são promovidos e discutidos.

Acerca destes assuntos, a Faculdade se propõe a uma formação diferenciada de seu educando. O egresso da Faculdade será um profissional extremamente técnico e com robustez acadêmica, além de ético, humano, crítico e conhecedor das diversidades.

2.9.16. Políticas de Educação a Distância

O mundo atual vive a era do conhecimento. Em qualquer atividade é necessário um mínimo de informação. Com o avanço da tecnologia, a difusão das informações é muito rápida e a integração social, econômica e cultural neste contexto, exige cada vez mais, melhor preparo das pessoas. Sabendo que o caminho para a ascensão social passa por uma formação educacional, o número de brasileiros que aspira uma graduação superior tem aumentado.

Considerando-se ainda a extraordinária evolução no sistema educacional brasileiro com a expansão no número de matriculados no ensino médio nos últimos anos, é fácil perceber que o número de vagas oferecidas no ensino superior é incompatível com a demanda

observada. Se, de um lado, razões econômicas podem explicar a dificuldade de acesso do interessado, por outro lado dois aspectos contribuem para esta situação.

Primeiro as dimensões do país, com distribuição populacional bastante irregular, com áreas densamente povoadas e outras áreas constituídas de número reduzido de habitantes e completamente isoladas, e em segundo a falta de docentes qualificados.

Nesse contexto, a educação a distância no ensino superior é uma necessidade. E ela é possível de ser feita de forma eficiente com a utilização de novas tecnologias e metodologias educacionais.

2.9.17. Política de Monitoria

Entende-se por Monitoria as atividades de apoio às disciplinas do curso de graduação exercidas por alunos regularmente matriculados. As atividades consistem em:

- orientação a outros alunos do Curso, em experiências, projetos, coleta de dados e levantamentos estatísticos;
- atendimento a outros alunos do Curso para esclarecimento de dúvidas e dificuldades na aprendizagem;
- assessoramento às atividades práticas ou de campo executadas por outros alunos do Curso;
- preparação de material didático, elaboração de exercícios práticos e colaboração no preparo e realização de seminários.

A Monitoria tem por objetivo:

- proporcionar a alunos de graduação treinamento didático e profissional que os oriente para o ingresso na carreira de docente ou de pesquisador de nível superior;
- proporcionar a alunos de graduação a participação no processo educacional e acadêmico da Faculdade; e,
- proporcionar ao corpo docente da IES a assistência de colaboradores qualificados para melhores rendimentos, técnico, científico e pedagógico das aulas e demais trabalhos escolares.

2.9.18. Política de Estágio

O estágio curricular supervisionado é concebido como conteúdo curricular implementador do perfil do formando, consistindo numa atividade obrigatória para os cursos que o contemplarem em seus projetos pedagógicos, tendo em vista a consolidação prévia dos

desempenhos profissionais desejados, segundo as peculiaridades de cada curso de graduação.

É uma aproximação à prática, na medida em que é consequente à teoria estudada no curso, que, por sua vez, constitui-se numa reflexão sobre e a partir da realidade. Um curso de graduação não é a prática profissional, mas é a teoria sobre a prática e será tão mais formador à medida que as disciplinas todas tiverem como ponto de partida a realidade profissional.

Os estágios supervisionados constam de atividades de prática, pré-profissional, exercidas em situações reais ou simuladas de trabalho. Para cada aluno é obrigatória a integralização da carga horária total do estágio, prevista no currículo do curso, nela podendo incluir as horas destinadas ao planejamento, orientação paralela e avaliação das atividades.

Estágio é o período de exercício pré-profissional previsto em currículo, em que o estudante de graduação permanece em contato direto com o ambiente de trabalho, desenvolvendo atitudes fundamentais, profissionalizantes ou comunitárias, programadas ou projetadas, avaliáveis em conceito, com duração e supervisão constantes de leis e normas.

É a vivência, em situações práticas, em ambiente real de trabalho, da teoria desenvolvida em sala de aula e tem a função de estabelecer um elo de ligação entre a Instituição de Ensino Superior, a Comunidade e o aluno com a tríplice intenção de:

- complementar a formação do estudante, dotando-o do instrumental prático indispensável ao perfeito desempenho de sua futura atividade profissional;
- aperfeiçoar a formação profissional de acordo com as exigências do mercado de trabalho;
- estabelecer um canal retro alimentador entre a teoria e a prática, desenvolvidas pela Instituição e Comunidade.

Assim sendo, tem como objetivos:

- proporcionar ao estudante, oportunidade de desenvolver suas habilidades, analisar situações e propor mudanças no ambiente organizacional e societário.
- Complementar o processo ensino-aprendizagem, através da conscientização das deficiências individuais e incentivar a busca do aprimoramento pessoal e profissional.
- Atenuar o impacto da passagem da vida de estudante para a vida profissional, abrindo ao estágio mais oportunidade de conhecimento da filosofia, diretrizes, organização e funcionamento das organizações e da comunidade.
- Facilitar o processo de atualização de conteúdos disciplinares, permitindo adequar aqueles de caráter profissionalizante às constantes inovações tecnológicas, políticas, sociais e econômicas a que estão sujeitas.

- incentivar o desenvolvimento das potencialidades individuais, propiciando o surgimento de novas gerações de profissionais empreendedores internos e externos, capazes de adotar modelos de gestão, métodos e processos inovadores, novas tecnologias e metodologias alternativas.
- Promover a integração da Faculdade de São Lourenço-curso-empresa-comunidade.
- Atuar como instrumento de iniciação científica à pesquisa e ao ensino.

Para cada aluno é obrigatória a integralização da carga horária total do estágio, prevista no currículo do curso, nela podendo incluir as horas destinadas ao planejamento, orientação paralela e avaliação das atividades.

2.9.19. Política da Avaliação da Aprendizagem

O professor assume o papel de investigador, de esclarecedor, de organizador de experiências significativas de aprendizagem. Seu compromisso é o de agir refletidamente, criando e recriando alternativas pedagógicas adequadas a partir da melhor observação e conhecimento de cada um dos alunos, sem perder a observação do conjunto e promovendo ações interativas.

A avaliação da aprendizagem consiste na observação permanente das manifestações de aprendizagem para proceder a uma ação educativa que otimize os percursos individuais.

A avaliação é mediadora da ação pedagógica reflexiva. Ela é uma ação que promove a melhoria da qualidade do ensino.

A avaliação do processo de ensino e de aprendizagem será realizada de forma contínua, cumulativa e sistemática, tendo por objetivo:

- Diagnosticar e registrar os progressos do aluno e suas dificuldades;
- Possibilitar que os alunos auto avaliem sua aprendizagem;
- Orientar o aluno quanto aos esforços necessários para superar as dificuldades;
- Orientar as atividades de planejamento e replanejamento dos conteúdos curriculares.

A avaliação do processo de ensino e aprendizagem envolve a análise do conhecimento e das técnicas específicas adquiridas pelo aluno e também dos aspectos formativos, através da observação de suas atitudes referentes à presença as aulas, participação nas atividades pedagógicas e responsabilidades com que assume o cumprimento de seu papel.

Os alunos serão avaliados através de provas escritas, trabalhos individuais e em grupos, relatórios, pesquisas e outros.

Os critérios de avaliação estarão fundamentados nos objetivos específicos de cada componente curricular, nos objetivos peculiares do curso e nos objetivos gerais da formação educacional que norteia a Instituição de Ensino.

Na avaliação do aproveitamento serão utilizados dois ou mais instrumentos, pelo professor.

Os resultados das avaliações serão registrados por meio de sínteses e finais, em cada componente curricular ou módulo.

2.9.20. Política de Egressos

O processo educacional pretendido pela Faculdade extrapola o período em que o aluno permanecerá estudando na IES. Temos como política para seus egressos acompanhar o processo de seu desenvolvimento profissional em relação à sua capacitação, inserção e progressão no mercado de trabalho. Para isso elegeu como objetivos estratégicos:

1. Setor para cadastramento e acompanhamento do egresso para colocação do nosso aluno e egresso por meio de parcerias;
2. Avaliar o desempenho da Instituição, por meio do acompanhamento do desenvolvimento profissional dos alunos egressos;
3. Manter registros atualizados;
4. Promover a realização de educação continuada, de cunho técnico-científico-profissional, como aprimoramento à sua formação;
5. Divulgar as competências e capacidades técnicas de nossos alunos egressos junto às empresas e ao mercado;
6. Buscar a fidelização dos alunos egressos por meio de ações, eventos, projetos e programas de atualização.

Através desse Programa a Faculdade manter um contato permanente com os seus egressos, buscando informações sobre sua colocação no mundo do trabalho, identificando suas vivências e dificuldades profissionais. Também o Programa pretende ser um mecanismo de intercâmbio e de formação continuada desses profissionais. O site da Faculdade funciona como o principal canal de informação e divulgação de atividades para os egressos. O Programa é operacionalizado pela Secretaria Acadêmica, em conjunto com a Comissão Própria de Avaliação – CPA.

2.9.21. Política de Ouvidoria

A Faculdade, por meio da implantação de sua ouvidoria pretende como política a cultura de comunicação permanente com seus colaboradores e comunidade aprimorando os mecanismos de comunicação organizacional. Para concretizar a política tem como objetivos estratégicos:

1. Ouvir e acolher as demandas dos membros da comunidade interna e externa;
2. Atuar na mediação, solução e prevenção de conflitos;
3. Agilizar, de maneira sistemática, a circulação de informações de interesse dos membros da Organização, simplificando procedimentos e interagindo com os canais de representação e participação existentes;
4. Exercer suas funções com independência e autonomia, zelando pelo sigilo, controle de processos internos e aspectos legais;
5. Estabelecer diretrizes para o aperfeiçoamento contínuo das ações ouvidoras e suas respectivas contribuições nos processos de gestão.

2.9.22. Política de Proteção dos Direitos das Pessoas com Transtorno de Espectro Autista

Assuntos referentes aos direitos das pessoas com transtorno de espectro autista são apresentados a todos os alunos da Faculdade.

Os alunos são instigados a conhecerem materiais, como cursos online e entrevistas com especialistas, disponibilizados nas mídias sociais, entre outros, que tratam desse assunto. Além disso, o tema é abordado de forma transversal em unidades curriculares.

Para aqueles alunos que necessitam de apoio institucional, pois possuem o transtorno, oferecemos apoio no Núcleo de Acessibilidade com profissionais capacitados para tal atendimento.

2.9.23. Política de Atendimento ao Discente

PROJETO ACOLHIMENTO

‘O Projeto Acolhimento se determina em promover a integração dos novos alunos à Instituição nos procedimentos acadêmicos, sistemas e processos. Composto por um encontro coletivo no início do semestre letivo, o Projeto oferta aos alunos um momento ímpar de conhecimento global da instituição em sua estrutura, seus principais gestores e na organização acadêmica e administrativa.

O Projeto tem como principais objetivos:

- integração dos alunos com os processos acadêmicos relacionados à vida e estada do estudante na Instituição;
- esclarecimento e capacitação quanto aos sistemas tecnológicos utilizados para informação, comunicação e acompanhamento da vida estudantil.

PROGRAMA DE NIVELAMENTO

O Programa Institucional de Nivelamento tem como principal objetivo oferecer auxílio para que o aluno ingressante recupere e aprimore conhecimentos básicos e imprescindíveis ao prosseguimento dos estudos.

Está estruturado na plataforma que proporciona conteúdos programáticos por meio de roteiros adaptados às necessidades de cada aluno.

O link de acesso à plataforma estará disponível na Área do Aluno de todos os discentes da Instituição. Isto permite aos alunos de todos os semestres letivos subsídios online com o intuito de aprimorar conhecimentos e melhorar o desempenho acadêmico.

2.10. Sustentabilidade Financeira

1. Buscar fontes alternativas de recursos financeiros e tecnológicos para viabilizar a expansão, modernização e manutenção da Instituição.
2. Consolidar os cursos em áreas de reconhecida importância social e viabilidade mercadológica.
3. Transformar os cursos em unidades autônomas de negócios.
4. Favorecer programas de financiamento estudantil.
5. Receber subsídios de informações via relatórios de avaliação institucional pela CPA – Comissão Própria de Avaliação para orientar tomada de decisões internas.
6. Apresentar estudo para monitoramento e acompanhamento do orçamento por áreas e Diretoria, com metas objetivas e mensuráveis mensais, com indicadores de desempenho institucionalizados.

3. IMPLEMENTAÇÃO DA INSTITUIÇÃO E ORGANIZAÇÃO ACADÊMICA

3.1. Cronograma de Implantação e Desenvolvimento da Instituição para o período de vigência do PDI: 2019 – 2023

Objetivos e Metas	Ações	Cronograma
Graduação		
Acompanhar e Atuar continuamente nos atos regulatórios, segundo o calendário do MEC, para Reconhecimento e Renovação de Reconhecimento dos cursos da IES	Acompanhar e Atuar continuamente nos atos regulatórios, segundo o calendário do MEC, para Reconhecimento e Renovação de Reconhecimento dos cursos da IES.	2019-2023
Acompanhar a implantação de disciplinas EAD em alguns cursos de graduação	Acompanhar a implantação de disciplinas EAD em alguns cursos de graduação	2019-2023
Incrementar o processo de elaboração, implementação, revisão e atualização dos projetos pedagógicos dos cursos de graduação: reuniões periódicas segundo o Regimento Geral, por curso, envolvendo os NDEs, Colegiados, coordenação de curso, Direção da Unidade e Mantenedora	Incrementar o processo de elaboração, implementação, revisão e atualização dos projetos pedagógicos dos cursos de graduação: reuniões periódicas segundo o Regimento Geral, por curso, envolvendo os NDEs, Colegiados, coordenação de curso, Direção da Unidade e Mantenedora	2019-2023
Incrementar e Articular o ensino, as práticas de investigação e a extensão: atividade anual de apoio ao docente visando a implementação de metodologias que articulem o ensino, as práticas de investigação.	Incrementar e Articular o ensino, as práticas de investigação e a extensão: atividade anual de apoio ao docente visando a implementação de metodologias que articulem o ensino, as práticas de investigação.	2019-2023
Utilizar os resultados das Avaliações do MEC - ENADE como indicadores para a adequação dos projetos pedagógicos dos cursos de graduação: 1. Mapeamento e análise das questões das avaliações 2. Identificação do desempenho dos alunos 3. Análise dos Projetos Pedagógicos à luz dos resultados das avaliações Análise e contínua adaptação do processo de ensino e aprendizagem e da avaliação discente à luz dos resultados das avaliações	Utilizar os resultados das Avaliações do MEC - ENADE como indicadores para a adequação dos projetos pedagógicos dos cursos de graduação: 1. Mapeamento e análise das questões das avaliações 2. Identificação do desempenho dos alunos 3. Análise dos Projetos Pedagógicos à luz dos resultados das avaliações Análise e contínua adaptação do processo de ensino e aprendizagem e da avaliação discente à luz dos resultados das avaliações	2019-2023
Reconhecimento do Curso de Psicologia – bacharelado, com 50 vagas anuais, presencial, noturno	Reconhecimento do Curso de Psicologia junto ao MEC com conceito meritório.	2019 - 2020
Reconhecimento do Curso de Análise e Desenv. Sistemas – tecnólogo, com 60 vagas anuais, presencial, noturno	Reconhecimento do Curso de ADS junto ao MEC com conceito meritório.	2019 - 2020
Reconhecimento do Curso de Educação Física – bacharelado, com 50 vagas anuais, presencial, noturno	Reconhecimento do Curso de Educação Física - Bacharelado junto ao MEC com conceito meritório.	2020 - 2021

Pós-graduação e Pesquisa		
Oferecer cursos para atender às demandas nas áreas dos cursos ofertados	Criar cursos de pós-graduação "Lato Sensu".	2019 - 2022
Aprimorar parcerias com Prefeituras e outras instituições regionais para o desenvolvimento de programas de Cursos de Especialização	Aprimorar parcerias com Prefeituras e outras instituições regionais para o desenvolvimento de programas de Cursos de Especialização	2019-2023
Melhorar a formação científica dos alunos da graduação	Valorizar o Programa de Iniciação Científica.	Em andamento
Educação à Distância		
Oferecer Cursos de Graduação à Distância como Polo da Sede	Criar e Implantar Cursos de Graduação.	2019 em diante
Oferecer Cursos de Pós-Graduação à Distância	Criar e Implantar Curso de Pós Graduação nas áreas de conhecimento dos cursos da IES	2019 em diante
Credenciamento em EaD da IES	Proceder ao Credenciamento EaD	2019 – 2020
Autorização de CST em Recursos Humanos EaD vinculado ao Credenciamento EaD	Proceder a autorização de curso EaD	2019 – 2020
Extensão		
Permitir o acesso da sociedade aos conhecimentos gerados na Instituição	Oferecer cursos e programas de extensão.	Em andamento
Proporcionar o desenvolvimento comunitário e cultural da região	Estabelecer o intercâmbio com instituições e empresas. Implantar a Política de Apoio às ações do Desenvolvimento Comunitário e a Política de Desenvolvimento Cultural.	Em andamento
Infraestrutura Física		
Aprimorar o planejamento para ampliação das instalações físicas	Executar as etapas planejadas. - Nova sala de Metodologias Ativas; - Clínica de Psicologia; - Cobertura da Quadra; - Novos gabinetes para coordenadores e docentes em Tempo Integral; - Avaliação contínua de nova demandas.	Dar continuidade ao planejado desde 2019.

Outras Metas Específicas	Cronograma
Graduação	
Incrementar o processo de elaboração, implementação, revisão e atualização dos projetos pedagógicos dos cursos de graduação	Atividade contínua

Promover estímulos profissionais aos docentes: incremento de recursos para produção acadêmica, qualificação docente e participação em eventos científicos, artísticos e culturais.	Atividade contínua
Realizar atividades anuais de formação pedagógica: aperfeiçoamento pedagógico do corpo docente.	Atividade contínua
Incrementar a política de apoio às publicações docentes e à produção de material técnico, cultural e artístico: ampliação do investimento na produção científica	Atividade contínua
Implementar o funcionamento do NUPE - Núcleo de Apoio Didático Pedagógico aos Docentes	Atividade contínua
Implementar o programa de apoio para publicação de trabalhos do corpo discente.	Atividade contínua
Pós-graduação e Pesquisa	
Implantar os Cursos de Pós Graduação “Lato Sensu”	Atividade contínua
Incentivar a criação de núcleos de estudos e o desenvolvimento de programas de especialização.	Atividade contínua
Estabelecer linhas de pesquisas a serem desenvolvidas em programas de Iniciação Científica.	Atividade contínua
Implementar os Programas de Iniciação Científica	Atividade contínua
Extensão	
Divulgar as atividades de extensão: ➤ Aprimorar as Atividades de Extensão ➤ Elaborar o Relatório Anual das Atividades de Extensão ➤ Elaborar a Publicação Anual das Atividades de Extensão ➤ Divulgar mensalmente as atividades de extensão para a comunidade externa e interna	Atividade contínua
Desenvolver Cursos de Extensão: Levantar necessidades do setor empresarial e da comunidade e desenvolver cursos de curta duração	Atividade contínua
Promover Eventos, Feiras, Exposições, Workshops, Congressos e Seminários. Facilitar o contato e aproximação com os diversos segmentos para a promoção de novos projetos.	Atividade contínua
Promover atividades voltadas às questões sociais.	Atividade contínua
Programa de Ações Voltadas ao Meio Ambiente ➤ Realizar campanhas de divulgação e conscientização	Atividade contínua
Programa de Educação Continuada: ➤ Levantar necessidades do setor educacional e desenvolver cursos de curta duração ➤ Desenvolver convênios ➤ Desenvolver projetos voltados para atendimento de necessidades de mercado.	Atividade contínua
Programa de Integração ao Mercado de Trabalho: ➤ Promover visitas técnicas, palestras e eventos ➤ Promover convênios para estágio	Atividade contínua
Programa “Alunos Egressos”: ➤ Incentivar a criação de associação de ex-alunos ➤ Manter o acompanhamento do egresso	Atividade contínua

Programa de Reciclagem de Professores ➤ Criar e implantar cursos de reciclagem voltados para os professores dos ensinos fundamental e médio, da rede pública	Atividade contínua
Administração	
Cumprir o cronograma de ampliação das instalações físicas	Atividade contínua
Planejamento e Avaliação Institucional	
Aprimorar o sistema informatizado de avaliação institucional	Atividade contínua

Programação e previsão para abertura de novos cursos de graduação (Bacharelado, Licenciatura, Tecnológico), de acordo com as metas estabelecidas:

Curso	Modalidade	Vagas	Qtd turmas	Turno	Ano previsto
Jogos Digitais	PRES.	50	1	Not	2020
Gastronomia	PRES.	50	1	Not	2020
Engenharia Civil	PRES.	50	1	Not	2021
Fisioterapia	PRES.	50	1	Not	2022
Fisioterapia	PRES.	50	1	Not	2022
Agronegócio	PRES.	50	1	Not	2023

3.2. Plano para Atendimento às Diretrizes Pedagógicas, estabelecendo os critérios gerais

Constitui pensamento da Faculdade de São Lourenço que a ação pedagógica de seus professores se pautem em concepções e práticas que sustentem os princípios orientadores da formação profissional e os desdobramentos necessários para o atendimento das especificidades de diferentes áreas e cursos.

A efetivação desses princípios exige a passagem do plano das intenções para o plano do fazer concreto, do como agir no processo ensino-aprendizagem. É nesse espaço, entre as intenções educativas e as práticas, que estão situadas as orientações metodológicas norteadoras do fazer pedagógico nos cursos.

Para garantir uma prática coerente com os princípios institucionais são estabelecidas as diretrizes para a elaboração do projeto pedagógico e, em especial, os eixos metodológicos norteadores do desenvolvimento curricular.

Os princípios norteadores selecionados pela instituição atuam como referenciais para a organização e funcionamento do curso à medida que orientam a reflexão sobre as suas

finalidades, os seus compromissos ético-sociais, as demandas científico-culturais e as emergentes do mercado de trabalho.

Assim o projeto pedagógico deve ser concebido considerando-se;

a) Concepção

O projeto pedagógico:

- é sempre parte de um projeto educacional, de uma IES (Instituição de Ensino Superior), articulado a um sistema de educação, que é parte de um projeto de sociedade;
- é uma ação coletiva e tem efeito mobilizador da atividade dos seus protagonistas, gerando compromissos e responsabilidades educativas. Quando concebido, desenvolvido e avaliado como uma prática social coletiva, gera fortes sentimentos de pertença e identidade;
- é uma reflexão sobre a educação superior, a produção e a socialização dos conhecimentos, sobre o aluno e o professor e a prática pedagógica que se realiza no curso;
- articula o ensino, a pesquisa e a extensão, mobilizando professores e alunos para a realização de projetos de monitoria, iniciação científica, grupos de estudo e pesquisa, prestação de serviço e ações junto à comunidade;
- contempla plenamente o atendimento aos Requisitos Legais no que tange às DCNs e também a Disciplina de LIBRAS, História e Cultura Afro-indígena e Brasileira, Direitos Humanos e Relações Étnico-raciais, Educação Ambiental, Inclusão e Responsabilidade Social.

b) Política de Elaboração, Implementação, Revisão e Atualização

- a elaboração de um projeto pedagógico exige pensar o curso por inteiro de forma orgânica, com vistas à construção de sua identidade e permite que os vários conteúdos ministrados se subordinem a uma ideia central que os agrega num todo mais amplo;
- procura a unicidade da relação teoria-prática e é orientado pelo princípio do trabalho coletivo, solidário, além de buscar desenvolver atitudes de cooperação e reciprocidade;
- necessariamente um projeto pedagógico inovador é construído por meio de um processo transparente, participativo e legítimo, capaz de enfrentar o desafio da transformação na forma de gestão exercida pelos interessados.

A legitimidade de um projeto pedagógico está devidamente ligada ao grau e ao tipo de participação de todos os envolvidos com o processo educativo da IES, o que requer continuidade de ações. A adesão à construção do projeto não deve ser imposta e sim conquistada por uma equipe coordenadora, compromissada e consequente.

Construir o projeto pedagógico de um curso de graduação significa refletir sobre o profissional que se pretende formar. Nesse sentido, é necessário explicitar o eixo epistemológico que sustenta o seu conteúdo acadêmico, seu espaço, seu tempo, suas ementas e suas bibliografias.

As Diretrizes Curriculares Nacionais dos cursos de graduação servem de referência para a instituição organizar seus projetos pedagógicos estabelecendo o perfil, as competências e habilidades necessárias ao graduando, bem como os conteúdos curriculares mais gerais para cada curso.

A construção dos projetos está atrelada às necessidades socioeconômicas, políticas e educacionais e a um projeto social; e incorpora as demandas da sociedade, com ênfase nas necessidades regionais. É dinâmica, exigindo trabalho coletivo e adoção de um processo participativo de planejamento e avaliação.

A implementação dos projetos pedagógicos, preferentemente, é feita de forma gradativa, a partir do 1º período. Todavia, reformulações que não impliquem em prejuízos acadêmicos aos alunos podem abranger concomitantemente todos os períodos.

O processo de construção e implementação dos projetos preserva o caráter coletivo das decisões, por meio de reuniões periódicas, segundo o regimento geral, dos NDE's, dos colegiados, coordenações de curso, direção e mantenedora.

- **Perfil dos egressos**

Referenciado na formação de um profissional em permanente preparação, visa a uma progressiva autonomia profissional e intelectual. Pretende-se formar profissionais capazes de superar os desafios de renovadas condições de exercício profissional e de produção de conhecimento.

Cabe aos professores definir as situações complexas que os alunos devem aprender a abordar e ajudá-los a adquirir os recursos necessários para resolvê-las.

A abordagem pelas competências mobiliza recursos cognitivos, habilidades, linguagens, valores culturais e emoções dos alunos preparando-os para entender e transformar o mundo em que vivem e enfrentar as diversas situações da vida com dignidade, com senso crítico, com inteligência, com autonomia e com respeito pelos outros.

- **Seleção de Conteúdos**

Orienta-se o ensino para a construção das competências e habilidades necessárias ao exercício profissional e a formação humana e a partir delas seleciona-se os conteúdos que precisam ser apreendidos.

É importante a orientação que se refere ao trabalho de forma atitudinal com os conteúdos, gerando comportamentos analíticos e reflexivos frente a determinadas problemáticas a eles relacionadas e presentes em seu contexto social.

Os conteúdos são selecionados e trabalhados não só de forma conceitual, mas também procedimental. Assim, o aluno passa a ser o agente desenvolvedor do processo em todas as etapas da aprendizagem.

- **Princípios Metodológicos**

A mobilização da capacidade dos alunos de aprender a aprender ocorre mais facilmente quando o processo de ensino-aprendizagem está voltado para a resolução de problemas, possibilitando criar situações para uma aprendizagem significativa e intercambiável com as diferentes áreas do conhecimento.

Os métodos ativos exigem que o professor considere: os conhecimentos como recursos a serem mobilizados; trabalhar regularmente a partir de situações problema; utilizar variadas metodologias de ensino; negociar e conduzir projetos com seus alunos; adotar um planejamento flexível; uma menor compartimentação disciplinar.

- **Processo de Avaliação**

O professor assume o papel de investigador, de esclarecedor, de organizador de experiências significativas de aprendizagem. Seu compromisso é o de agir refletidamente, criando e recriando alternativas pedagógicas adequadas a partir da melhor observação e conhecimento de cada um dos alunos, sem perder a observação do conjunto e promovendo ações interativas.

A avaliação da aprendizagem consiste na observação permanente das manifestações de aprendizagem para proceder a uma ação educativa que otimize os percursos individuais.

A avaliação é mediadora da ação pedagógica reflexiva. Ela é uma ação que promove a melhoria da qualidade do ensino.

Atividade Prática Profissional, Complementares e de Estágio

Estágio

O estágio curricular supervisionado é concebido como conteúdo curricular implementador do perfil do formando, consistindo numa atividade obrigatória de acordo com as Diretrizes Curriculares de cada curso e diversificada, tendo em vista a consolidação prévia dos desempenhos profissionais desejados, segundo as peculiaridades de cada curso de graduação.

Consta de atividades de prática pré-profissional, exercidas em situações reais ou simuladas de trabalho.

É uma aproximação à prática, na medida em que é consequente à teoria estudada no curso, que, por sua vez, constitui-se numa reflexão sobre e a partir da realidade. Um curso de graduação não é a prática profissional, mas é a teoria sobre a prática e será tão mais formador à medida que as disciplinas todas tiverem como ponto de partida a realidade profissional.

Permite ao graduando vivenciar e consolidar as competências exigidas para o exercício acadêmico-profissional em diferentes campos de intervenção, sob a supervisão de profissional habilitado e qualificado. Portanto proporciona iniciação e integração no mercado de trabalho, mediante treinamento prático, aperfeiçoamento técnico-científico-cultural e relacionamento profissional, dando-lhe oportunidade de investigação continuada das necessidades e realidades inerentes à iniciação profissional. Para cada aluno é obrigatória a integralização da carga horária total do estágio, quando prevista no currículo do curso, nela podendo incluir as horas destinadas ao planejamento, orientação paralela e avaliação das atividades.

A Instituição possui Regulamento próprio institucionalizado do Estágio Curricular Supervisionado.

Atividades Complementares

Compreende-se no conceito de Atividades Complementares, passíveis de aproveitamento como tal, todas as atividades de natureza acadêmica realizadas a partir do 1º semestre de ingresso do aluno no Curso, que guardem, obrigatoriamente, correspondência com as temáticas de interesse do Curso, compreendidas nos programas das disciplinas que integram o currículo e capazes de contribuir para a formação acadêmica.

Em respeito às resoluções do Conselho Nacional de Educação sobre as atividades acadêmico-científico-culturais (atividades complementares), a IES possui regulamento institucionalizado das atividades complementares que tem por finalidade normatizar o oferecimento, a matrícula, o aproveitamento e a validação das disciplinas complementares que compõem o núcleo flexível do currículo pleno dos Cursos de Graduação, sendo o seu integral cumprimento indispensável para a conclusão do Curso e colação de grau.

Os objetivos específicos das Atividades Complementares são os de flexibilizar o currículo pleno dos Cursos de Graduação e propiciar aos acadêmicos a possibilidade de aprofundamento temático e interdisciplinar.

Compõem-se as Atividades Complementares do currículo pleno dos Cursos de Graduação, de um total variável de 100 horas a 300 horas de acordo com cada uma das resoluções do CNE/CES de: a) Disciplinas extracurriculares em áreas afins, e obedecendo a dois anos após a sua conclusão; b) Disciplinas de Graduação, cursadas na sua totalidade em outras instituições de Ensino Superior, dependentes de prévia e expressa validação do

Coordenador do Curso de Graduação ou Professor designado para cômputo de Atividades Complementares, e obedecendo a dois anos após a sua conclusão; c) Participação em Projetos e Programas de Pesquisa ou Iniciação Científica, sob a execução de professores nomeados pelo Coordenador do Curso de Graduação e aprovados pela Coordenação do Núcleo de Pesquisa em Educação, Saúde e Superior Tecnológica; d) Participação como observador em Projetos e Programas de Extensão, sob a coordenação de professores nomeados pelo Coordenador do Curso de Graduação; e) Atuação em Projetos e Programas de Extensão, sob a coordenação de professores nomeados pelo Coordenador do Curso de Graduação; f) Monitorias realizadas no âmbito do Curso de Graduação; g) Atividades diversas em área educacional, de saúde ou superior de tecnologia (seminários, simpósios, congressos, convenções, palestras, conferências, debates, aulas inaugurais ou eventos de estruturação análoga e participação em órgãos deliberativos da instituição); h) Assistir, comprovadamente, apresentações de Trabalhos de Conclusão de Curso na área educacional, da saúde ou superior de tecnologia (Relatórios, Estudos de Casos, Projetos de relevância acadêmica e social, Monografias, Dissertações e Teses), analisadas e autorizadas antecipadamente pelo Coordenador do Curso de Graduação; i) Atividades de extensão universitária na área educacional, de saúde ou superior de tecnologia, fora do âmbito da Unidade de Ensino, analisadas e autorizadas antecipadamente, em cada especificidade, pela Coordenação do Curso de Graduação; j) Demais atividades (cursos de aperfeiçoamento ou de atualização) que surjam, devem ser previamente encaminhadas à apreciação da Coordenação de Curso de Graduação, com 72 horas de antecedência, com o acompanhamento do material demonstrativo de praxe, onde conste o objeto, o (s) palestrante (s), data e local, prazos de inscrição e duração em horas. k) É obrigatória a participação discente, de forma transversal em todo o curso, nos eventos relacionados ao contexto dos requisitos legais: História e Cultura Afro indígena e Brasileira, Direitos Humanos e Relações Étnico-raciais, Responsabilidade Social, Inclusão e Educação Ambiental.

3.3. Considerações significativas, especialmente quanto a Flexibilidade e incremento dos Componentes Curriculares

Flexibilidade

Os currículos mínimos até a pouco tempo impostos às instituições de ensino superior, em nome de uma padronização dos conteúdos engessaram o sistema, tolhendo a criatividade e a inovação.

A flexibilização e atualização ou ajustamento dos cursos à realidade e às exigências do mercado eram impossíveis. As instituições de ensino e seus professores e alunos eram

aprisionados em uma “grade curricular” rígida, com um detalhamento curricular pouco prático, com disciplinas estanques e desconectadas das mudanças que ocorriam no seu entorno.

A nova concepção de currículo e de diretrizes curriculares nacionais busca superar essa situação permitindo que as instituições educacionais possam ajustar os projetos pedagógicos de seus cursos de graduação, tanto em relação ao seu próprio projeto pedagógico institucional autônomo, quanto em relação às reais necessidades e demandas de seus alunos, do mercado de trabalho e da sociedade.

Agora cada instituição educacional tem a autonomia para conceber, elaborar, executar e avaliar os seus projetos pedagógicos, de tal forma que, a cada instituição, possa corresponder uma imagem própria e distinta de qualquer outra, que lhe garanta identidade particular inconfundível.

Estas novas Diretrizes orientam para a necessidade do desenvolvimento de um processo pedagógico que garanta uma formação básica sólida, com espaços amplos e permanentes de ajustamento às rápidas transformações sociais geradas pelo desenvolvimento do conhecimento, das ciências e da tecnologia. Neste processo a flexibilidade é um poderoso instrumento pedagógico no processo ensino-aprendizagem.

A flexibilidade se reflete na construção dos currículos em diferentes perspectivas: na oferta dos cursos, na organização de conteúdos por disciplinas, etapas ou módulos, atividades nucleadoras, projetos, metodologias e gestão dos currículos. A flexibilidade permite que a instituição de ensino acompanhe de perto as reais demandas do mercado e da sociedade, estruturando planos de curso vinculados à realidade do mundo do trabalho e, assim, alcançando um adequado perfil profissional de conclusão.

Tais atribuições conferem às instituições maior responsabilidade, pois a adequação da oferta cabe diretamente a elas. A modulação é uma das formas de flexibilizar currículos.

Este formato de estruturação de cursos é muito interessante e recomendável para os cursos de tecnologia. O módulo é entendido como sendo um conjunto didático-pedagógico sistematicamente organizado para o desenvolvimento de competências profissionais significativas.

Sua duração dependerá da natureza das competências que se pretendem desenvolver. Um determinado módulo ou conjunto de módulos ao término qualifica e permite ao indivíduo algum tipo de exercício profissional.

Importante movimento também de Flexibilidade é a inovadora proposta que a FSL está implantando de oportunizar aos seus alunos a possibilidade de cursar disciplinas isoladas ou até semestres nas outras faculdades do grupo educacional pertencentes à mesma Mantenedora. Disciplinas na modalidade a distância ou mesmo presenciais podem ser cursadas em outros cursos e em outras Instituições. Essa opção dá ao aluno a autonomia discente de personalizar seu percurso formativo.

Além da Flexibilidade, a FSL, dentro do Grupo UNISEPE, possui a possibilidade de mobilidade acadêmica com instituições do mesmo grupo, possibilitando ao aluno cursar disciplinas isoladas ou até mesmo semestre em outra Instituição do grupo experienciando outro ambiente acadêmico, numa ação exitosa de aprendizado.

Com propostas parametrizadas e matrizes que se interlaçam, os alunos possuem a oportunidade de conhecer realidades diferentes das quais está inserido e vivenciar outros aprendizados.

Trabalho de Conclusão de Curso

Os objetivos gerais do trabalho de conclusão de curso são os de propiciar aos alunos a demonstração do grau de habilitação adquirido, o aprofundamento temático, o estímulo ao conhecimento científico, à consulta de bibliografia especializada, o aprimoramento da capacidade de interpretação e crítica e o aprimoramento de sua capacidade de expressão.

A Faculdade entende ser facultativo a cada curso definir sobre a conveniência de adotar esta prática em seu projeto pedagógico.

Orientação a Alunos

Trata-se de uma política de orientação acadêmica aos discentes no que diz respeito à sua vida escolar e à sua aprendizagem. Para sua consecução parte dos docentes terá carga horária especificamente destinada para o atendimento em horário diferente do horário das aulas, de tal forma que os alunos possam se beneficiar deste programa.

Objetivos:

- Oportunizar aos alunos o esclarecimento das dúvidas pertinentes ao processo ensino-aprendizagem.
- Acompanhar e orientar alunos monitores no desenvolvimento de suas atividades.
- Acompanhar e orientar os alunos envolvidos nos projetos de extensão.
- Acompanhar e orientar o desenvolvimento das práticas de estágios.
- No caso de curso que exige Trabalho de Conclusão de Curso, acompanhar e orientar o desenvolvimento do mesmo.

Semana do Conhecimento e Jornada Científica

Uma vez por ano, é realizado um evento denominado Semana do Conhecimento e Jornada Científica, com uma série de atividades como minicursos, palestras, workshops, ciclo de debates e discussões, apresentação de trabalhos dos alunos e professores, apresentações de teatro, corais e outras manifestações culturais e até mesmo esportivas.

O objetivo é promover uma maior integração tanto entre a Faculdade de São Lourenço e a comunidade externa, mas também, entre os próprios acadêmicos e professores.

Durante todo o ano, os preparativos para a Semana do Conhecimento e Jornada Científica exigem uma articulação entre ensino, pesquisa e extensão para que o evento tenha sucesso.

As atividades nestas três esferas podem ser realizadas isoladas ou conjuntamente, mas os resultados são absolutamente complementares, pois irão refletir todo o esforço da instituição.

3.4. Oportunidades diferenciadas de Integralização dos cursos

A Instituição recomenda para seus cursos tecnológicos a estruturação em Módulos para permitir maior flexibilidade, e através de itinerários alternativos de formação possibilitar certificações intermediárias, promovendo o atendimento às necessidades específicas de qualificação profissional.

Os currículos podem ter ainda um elenco de disciplinas optativas e também os chamados Tópicos Avançados.

3.5. Avanços Tecnológicos

Algumas tendências contemporâneas, em gestação há várias décadas, ressaltam aspectos que podem orientar esforços na construção de uma sociedade em benefício de todos e de uma educação superior capaz de contribuir para construí-la.

Uma dessas tendências é dada por expressões como “aprender a aprender, aprender a fazer, aprender a conviver, aprender a ser”, ao se referirem às bases das aprendizagens a desenvolver no ensino superior em busca de aprendizagens significativas para constituir cada campo de atuação profissional.

Uma segunda tendência aponta para critérios como interdisciplinaridade, contextualização da aprendizagem na realidade de inserção social dos egressos da universidade, problematização do conhecimento e da realidade existente, negociação como uma forma de tomar decisões coletivas e participação como uma base de cidadania.

Uma terceira tendência reside em referenciais como ética (construção de benefícios para os demais) e política (equilíbrio das relações de poder) consideradas como duas dimensões importantes sempre presentes em cada atuação humana.

Uma outra tendência, que aperfeiçoa e completa essas três, destaca aspectos importantes do processo de educação superior, como participação ativa dos alunos nos processos de aprendizagem, exigindo tecnologias efetivamente educativas e apropriadas a um aluno atuante, sujeito dos processos de aprendizagem superior.

Uma quinta tendência, reafirmada em todo o mundo como urgente, é a necessidade de integrar os processos de produção de conhecimento com uma percepção do conjunto da sociedade e de suas circunstâncias como base instrumental de uma efetiva capacitação para transformar a sociedade, nas circunstâncias em que cada um estiver atuando.”(Pontifícia Universidade Católica do Paraná) O texto acima resume a preocupação que qualquer curso de educação superior deve ter ao estabelecer sua ação pedagógica.

Como visto anteriormente as práticas pedagógicas da Faculdade de São Lourenço transitam pelas tendências analisadas. No entanto tão importante quanto a fundamentação teórica é a forma de implementação, a passagem da teoria para o fazer na prática. Um incremento relevante da Faculdade de São Lourenço é a utilização da tecnologia da informação – TI - como importante instrumento didático. No momento em que a TI torna-se fundamental nas relações humanas não se poderia deixar de utilizá-la como ferramenta no ensino/aprendizagem. Não só pode ser utilizada no desenvolvimento e na apresentação das aulas, como também pode servir de suporte no processo educacional. Desta forma o site da Instituição além de meio de comunicação interna e externa da Instituição é priorizado como instrumento pedagógico na relação docente/aluno.

Atualmente a página permite que o professor de cada disciplina disponibilize com antecedência o material pedagógico para os seus alunos, como tópicos a serem abordado sem cada aula, sugestão de leituras, listas de exercícios, etc.

Esta ferramenta permite ainda que a comunidade possa participar de fóruns de debate, realizar consultas, formular críticas, enfim possibilita uma interação mesmo fora do período de aulas.

Notas e frequências também são disponibilizados on-line, assim como a situação financeira do aluno em relação à Instituição. Vários procedimentos administrativos são realizados pelos alunos por esta via, como matrícula, acordo sobre pendências financeiras ou administrativas e etc.

4. CORPO DOCENTE

4.1. Requisitos de Titulação

Em relação à titulação a Instituição almeja continuamente elevar o percentual de professores com mestrado e doutorado (*stricto sensu*).

Para tal a instituição vem atuando com absoluto rigor, no processo de admissão, à escolha preferencial de contratação de mestres e doutores, assim como atua no incentivo à qualificação contínua de seu quadro docente. Perfil do Corpo Docente A formação de alunos

criativos, críticos, capazes de resolver problemas, reais e construtores da própria autonomia exige que o docente apresente as mesmas qualidades.

O docente precisa capacitar-se para incentivar os alunos à resolução de problemas, às decisões a respeito de aspectos positivos e negativos de uma determinada realidade, assumindo a responsabilidade da escolha, à elaboração de projetos de pesquisa, preferencialmente interdisciplinares.

O quadro docente da Instituição conta com profissionais de vasta experiência e qualificação para atender os alunos em suas reais condições de aprendizagem, comprometidos com a educação e os princípios institucionais.

Assim os professores devem apresentar o perfil a seguir:

- Cultura geral que lhes permite estar atualizados quanto as tendências e diretrizes da sociedade contemporânea, suas organizações e políticas.
- Cultura especializada na sua área de atuação e abertura para atualização permanente e crescente qualificação.
- Capacitação didático-pedagógica que os capacite para trabalhar com instrumentos flexíveis de aprendizagem fundamentada na investigação e na descoberta.
- Competência para desenvolver programas diversificados buscando a efetivação de ensino personalizado aos alunos cumprindo o currículo mínimo do curso, porém, garantem condições para a sua ampliação e enriquecimento progressivos e permanentes, facilitando a interdisciplinaridade e a transdisciplinaridade, preparando seus alunos para a possibilidade de outras escolhas ao longo da vida.
- Habilidade para fazer do processo de produção do conhecimento, um mecanismo agradável que rompe com a burocracia acadêmica, transformando a sala de aula em espaço para a ação criativa e interação permanente com a sociedade, as ciências e a tecnologia.
- Capacidade efetiva de comunicação com a sociedade discutindo seus setores produtivos a partir dos princípios e objetivos da sua proposta pedagógica de trabalho do curso e do projeto institucional.
- Consciência da importância do seu trabalho como fator de inserção social dos educandos.

4.2. Experiência no Magistério Superior e Experiência Profissional

Em qualquer processo didático atualmente desenvolvido, tem-se como uma das características mais importantes, as atividades práticas de ensino.

Neste aspecto, para que o processo ensino-aprendizado atinja os seus objetivos, é fundamental que o corpo docente tenha experiência acadêmica e também, especialmente, experiência profissional fora do magistério.

Só assim pode-se associar o ensino com a realidade e adotar plenamente a contextualização como prática recomendável.

Portanto, na contratação de novos docentes, um dos critérios observado, é ponderação entre experiência profissional e acadêmica com a titulação. Em outras palavras, é importante

que além da titulação o docente possua experiência em sua área de formação, para poder desenvolver plenamente a atividade didática preconizada pela Faculdade de São Lourenço.

4.3. Critérios de Seleção e Contratação

Os professores são contratados pela Mantenedora, segundo o regime das leis trabalhistas, observados os critérios e as normas institucionais e da Convenção Coletiva Estadual.

De acordo com o Regimento da Faculdade de São Lourenço, cabe à Mantenedora admitir professores, acolhendo proposta da Direção da Instituição.

O processo de seleção deverá ter ampla divulgação e será realizada em duas fases.

A primeira fase de análise de currículo quando serão ponderadas a titulação e a experiência acadêmica e profissional.

A segunda fase constará de aferição de conteúdo técnico e didático que poderá ocorrer através de aulas ministradas pelo candidato perante banca de três professores do curso, nomeados pelo Coordenador de Curso.

4.4. Políticas de Qualificação, Plano de Carreira e Regime de Trabalho

A Instituição tem total consciência que para oferecer um ensino de alta qualidade, é necessário bom nível de qualificação dos docentes, que seja priorizada a permanência dos docentes na instituição, permitindo que além das atividades didáticas parte do tempo seja dedicado à pesquisa e extensão e que exista incentivos à permanência como Plano de Qualificação e Plano de Carreira Docente.

4.5. Procedimentos para Substituição Eventual dos Docentes do Quadro

O Plano de Carreira Docente da Instituição prevê a figura dos professores visitantes ou colaboradores.

Os professores visitantes ou colaboradores terão suas atribuições e encargos definidos em normas específica e serão contratados em caráter eventual e temporário para ministrar cursos, disciplinas ou atividades de magistério superior, por período não superior a dois anos.

Os professores visitantes ou colaboradores poderão ingressar no Plano de Carreira Docente se, após o período contratado, houver vaga disponível e verificado o cumprimento dos requisitos exigidos em cada caso, nível ou classe funcional.

Desta forma a proposta da Instituição prevê a seguinte qualificação:

Titulação	%
Graduação	-
Especialização	30
Mestrado	50
Doutorado	20
Total	100

Observando-se o quadro acima se constata a excelência da qualificação docente para o primeiro ano de funcionamento dos cursos. Sem dúvida, o percentual elevado de titulados com Pós-graduação irá refletir positivamente no nível de ensino e aprendizagem.

Em relação à dedicação docente a Instituição tem consciência de que para oferecer um ensino de qualidade não é suficiente apenas um corpo docente qualificado. Necessário se faz também que ao mesmo seja permitida uma dedicação que vá além das salas de aulas.

Assim poderão ser desenvolvidas as atividades que são complementares às aulas, tais como orientação pedagógica, orientação à monitoria, orientação à extensão, orientação a estágio, orientação à iniciação científica, além de atividades de pesquisa e extensão.

Nesse sentido a proposta da Instituição prevê:

Dedicação	%
Tempo Integral	20
Tempo Parcial	60
Horista	20
Total	100

Tempo Integral = docente contratado com 40 horas semanais de trabalho, nelas reservado tempo de pelo menos 20 horas semanais destinadas à estudos, pesquisa, trabalhos de extensão, gestão, planejamento, avaliação e orientação de alunos.

Tempo Parcial = docente contratado com 12 ou mais horas semanais de trabalho, nelas reservado pelo menos 25% do tempo para estudos, planejamento, avaliação e orientação de alunos.

Horista = docente contratado exclusivamente para ministrar horas-aula, independentemente da carga horária contratada ou que não se enquadre nos outros regimes acima definidos.

Como se pode observar a proposta privilegia o docente em tempo parcial, considerando-se as definições acima estabelecidas. Parte-se do princípio de que é preferível dois ou três docentes em tempo parcial desenvolvendo atividades extraclasse do que um em tempo integral.

Corpo Docente projetado para 2019 - 2023

Titulação	%
Graduação	-

Especialização	20
Mestrado	60
Doutorado	20
Total	100

Pretende-se manter um padrão alto neste quesito e até mesmo elevá-lo, através da contratação de docentes com Mestrado e Doutorado, e também pelo o oferecimento de um programa de qualificação profissional aos docentes.

Dedicação	%
Tempo Integral	20
Tempo Parcial	60
Horista	20
Total	100

5. CORPO TÉCNICO ADMINISTRATIVO

5.1. Critérios de Seleção e Contratação

Os colaboradores técnico-administrativos são contratados pela Mantenedora, segundo o regime das leis trabalhistas, observados os critérios e normas institucionais e da Convenção Coletiva Estadual.

De acordo com o Regimento da Faculdade de São Lourenço, cabe à Mantenedora admitir tais colaboradores, acolhendo proposta da Direção da Instituição. O processo de seleção deverá ter ampla divulgação e será realizada em duas fases.

A primeira fase de análise de currículo; quando serão ponderadas as habilidades e competências necessárias à função pretendida, assim como a experiência profissional.

A segunda fase constará de entrevistas com os responsáveis pelos setores, com o setor de RH e com a Direção.

5.2. Políticas de Qualificação e Regime de Trabalho

Todos os colaboradores do corpo técnico-administrativo recebem treinamento durante o período legal de experiência, assim como treinamentos periódicos de acordo com a necessidade em vista à contínua qualificação e aprimoramento.

Os colaboradores dos setores: secretaria acadêmica, tesouraria, RH, CPD e o Bibliotecário; possuem formação de nível superior, sendo que alguns deles, inclusive possuem formação em pós-graduação lato sensu obtida em curso da própria IES.

Todos os colaboradores do corpo técnico-administrativo são contratados segundo o regime das leis trabalhistas, observados os critérios e normas Institucionais e da Convenção

Coletiva Estadual, conforme as necessidades de carga horária compatível com as funções desempenhadas e turnos dos diversos setores.

6. CORPO DISCENTE

6.1. Formas e condições de acesso e avaliação de desempenho do discente

O acesso estará aberto “a candidatos que tenham concluído o ensino médio ou equivalente e tenham sido classificados em processo seletivo” (LDB – art. 44 – inciso II), a transferidos de outras instituições ou portadores de diploma de curso superior em caso de vagas remanescentes.

O acesso, registro e controle acadêmico são administrados por sistema informatizado que permite interação pela Internet, entre o candidato/aluno e a Secretaria Acadêmica. Por esta via o interessado faz sua inscrição no vestibular, conhece a relação de aprovados, faz sua matrícula, obtém boletos bancários e contrato de prestação de serviços educacionais.

As inscrições para o processo seletivo são abertas em edital, do qual constam os cursos oferecidos com as respectivas vagas, os prazos de inscrição, a documentação exigida para a inscrição, a relação de provas, os critérios de classificação e de desempate e demais informações exigidas pela legislação em vigor.

O processo seletivo destina-se a avaliar a formação dos candidatos e a classificá-los segundo o estrito limite das vagas oferecidas. As vagas oferecidas são as autorizadas pelo Órgão Federal Competente.

O processo seletivo abrange conhecimentos comuns às diversas formas de escolaridade do Ensino Médio, sem ultrapassar este nível de complexidade.

A classificação obtida é válida para a matrícula no período letivo para o qual se realiza o processo, tornando-se nulos seus efeitos se o candidato classificado deixar de requerê-la ou, em o fazendo, não apresentar a documentação regimental completa, dentro dos prazos fixados.

Na hipótese de restarem vagas não preenchidas, poderá realizar-se novo processo seletivo ou nelas poderão ser recebidos alunos transferidos de outro curso ou instituição, ou portadores de diploma de graduação.

Das Matrículas

A matrícula, ato formal de ingresso no curso e de vinculação à Instituição de Ensino, realiza-se na Secretaria, em prazos estabelecidos no Calendário Escolar. A matrícula é feita por série ou módulo, como estabelecido no Regimento.

A matrícula é renovada semestralmente, nos termos das normas aprovadas pelo Conselho Superior, e nos prazos estabelecidos no Calendário Escolar. A não renovação da

matrícula, nos prazos fixados, implica em abandono de curso e desvinculação do aluno da Instituição.

O requerimento de renovação de matrícula é instruído com o comprovante de pagamento ou de isenção das contribuições ou taxas devidas, bem como da quitação de débitos anteriores, além de prova de quitação com as obrigações eleitorais, militares e civis, quando for o caso.

É concedido o trancamento da matrícula para o efeito de interrompidos os estudos, manter o aluno, com sua vinculação à Instituição e seu direito à renovação de matrícula no prazo fixado. O trancamento de matrícula é concedido, se requerido nos prazos estabelecidos, por tempo expressamente estipulado no requerimento e nunca superior, no seu total, à metade da duração do curso em que se encontre matriculado o requerente. É concedido o cancelamento de matrícula mediante requerimento pessoal, desde que quitados os débitos vencidos.

Da Transferência e do Aproveitamento de Estudos

É concedida matrícula a aluno transferido de curso superior de instituição congênere nacional ou estrangeira, na estrita conformidade das vagas existentes no curso de interesse, se requerida nos prazos fixados no edital próprio de acordo com as normas aprovadas pelo Conselho Superior.

Em caso de servidor público, civil ou militar, removido “ex officio”, para a sede da Instituição, de seus dependentes e de estudantes que se transfiram de domicílio para exercer cargo público, a matrícula é concedida independente de vaga e de prazos, nos termos da lei.

O requerimento de matrícula por transferência é instruído com documentação constante no edital próprio, além do histórico escolar do curso de origem, programas e cargas horárias das disciplinas nele cursadas com aprovação e/ou reprovação, dependência e outros. A documentação pertinente à transferência, necessariamente original, tramitará diretamente entre as instituições. O aluno transferido está sujeito às adaptações curriculares que se fizerem necessárias, aproveitados os estudos realizados com aprovação no curso de origem, se equivalentes, nos termos das normas internas e da legislação.

O aproveitamento de estudos é concedido a requerimento do interessado e as adaptações são determinadas nos termos do plano de estudos elaborados, observadas as normas aprovadas pelo Conselho Superior constantes do Regimento Geral e de acordo com a legislação pertinente.

Em qualquer época, a requerimento do interessado, a Instituição concede transferência aos alunos nela matriculados. Não é concedida transferência a aluno que se encontre respondendo a sindicância, processo disciplinar ou cumprindo penalidade disciplinar.

Da Avaliação do Desempenho Escolar

O professor assume o papel de investigador, de esclarecedor, de organizador de experiências significativas de aprendizagem. Seu compromisso é o de agir refletidamente, criando e recriando alternativas pedagógicas adequadas a partir da melhor observação e conhecimento de cada um dos alunos, sem perder a observação do conjunto e promovendo ações interativas.

A avaliação da aprendizagem consiste na observação permanente das manifestações de aprendizagem para proceder a uma ação educativa que aperfeiçoe os percursos individuais. A avaliação é mediadora da ação pedagógica reflexiva; é uma ação que promove a melhoria da qualidade do ensino.

A avaliação do processo de ensino e de aprendizagem será realizada de forma contínua, cumulativa e sistemática, tendo por objetivo:

- Diagnosticar e registrar o progresso do aluno e suas dificuldades;
- Possibilitar que os alunos auto avaliem sua aprendizagem;
- Orientar o aluno quanto aos esforços necessários para superar as dificuldades;
- Orientar as atividades de planejamento e replanejamento dos conteúdos curriculares.

A avaliação do desempenho acadêmico é feita por disciplina, de forma processual, contínua e cumulativa, incidindo sobre a frequência e o aproveitamento. Os critérios de avaliação estarão fundamentados nos objetivos específicos de cada componente curricular, nos objetivos peculiares do curso e nos objetivos gerais da formação educacional que norteia a Instituição de Ensino.

O processo avaliativo consiste em dois períodos de avaliações semestrais e mais o exame final, devendo o professor utilizar-se de forma contínua de instrumentos avaliativos diversos. A critério do professor outros instrumentos são aplicados sob a forma de provas, trabalhos, relatórios, pesquisas, desempenho individual e coletivo em sala, cabendo ao professor o julgamento dos resultados que deve ser expresso por notas. Os alunos serão avaliados por meio de provas teóricas, provas práticas, trabalhos individuais e em grupos, relatórios, pesquisas e outros.

Para aprovação no componente ou módulo a nota de aproveitamento exigida é de no mínimo 6,0 (seis) e frequência mínima igual ou superior a 75% (setenta e cinco), sendo permitidas medidas de compensação de ausências somente para os casos previstos em lei. O discente poderá ser aprovado para o período posterior com até 3 (três) dependências.

O sistema de avaliação da aprendizagem se baseia nas seguintes premissas:

Para a definição da nota semestral, adotar-se-á a seguinte fórmula: $N1 + N2 = \text{Nota Semestral}$:

a) N1 – Prova Teórico-prática – valor: 4,0 (quatro):

- Correspondente a avaliação cognitiva e formativa;
- Número de questões de múltipla escolha e dissertativas.

b) N2 – Prova Teórico-prática – valor: 6,0 (seis):

- Correspondente a avaliação cognitiva e formativa;
- Número de questões de múltipla escolha e dissertativas.

Para Cursos da Metodologia do Novo Presencial, adota-se:

a) N1 – AVOL - Lição (2,0) + AVOT (tarefa) 2,0 – valor total: 4,0 (quatro):

b) N2 – Prova Teórico-prática – valor: 6,0 (seis):

- Correspondente a avaliação cognitiva e formativa;
- Número de questões de múltipla escolha e dissertativas.

Bloco 1	N1		N2
	AVOL	AVOT	AVP
	2	2	6
Bloco 2	N1		N2
	AVOL	AVOT	AVP
	2	2	6
Semestre	N1		N2
	4		6

O cálculo da somatória das variáveis N1 e N2, resulta na nota semestral; É aprovado automaticamente o aluno que obtiver nota semestral 6,0 (seis), em cada disciplina cursada, proveniente da somatória das N1 e N2; É reprovado automaticamente o aluno que não obtiver nota semestral 3,0 (três), em cada disciplina cursada, proveniente da somatória das N1 e N2;

Haverá Exame Final para o aluno cuja nota semestral for inferior a 6,0 (seis) e igual ou superior a 3,0 (três), resultante da somatória das N1 e N2; Para o Exame Final não será considerada a nota semestral apurada pela somatória das N1 e N2;

O aluno que deixar de comparecer às avaliações dos aproveitamentos nas datas fixadas, (N1, N2 e Exame Final) pode requerer prova substitutiva por disciplina, com justificativa que indique justo motivo para a ausência, e de acordo com prazos estipulados pela Unidade de Ensino e despacho do Coordenador de Curso.

No Exame Final, é aprovado o aluno que obtiver nota igual a seis (6,0). O Exame Final constituir-se-á de:

a) EF - Prova Teórico-prática – valor: 10,0 (dez):

- Correspondente a avaliação cognitiva e formativa;
- Número de questões de múltipla escolha e dissertativas.

6.2. Programas de Apoio Pedagógico e Financeiro

Orientação Didática

Trata-se de uma política de orientação acadêmica aos discentes no que diz respeito à sua vida escolar e à sua aprendizagem.

Para sua consecução parte dos docentes tem carga horária especificamente destinada para o atendimento em horário diferente do horário das aulas, de tal forma que os alunos possam se beneficiar deste programa. Tem como objetivos:

- ✓ Oportunizar aos alunos o esclarecimento das dúvidas pertinentes ao processo ensino-aprendizagem.
- ✓ Despertar no aluno o espírito de pesquisa através das orientações, suscitando a curiosidade e a necessidade da busca na construção do conhecimento.
- ✓ Fortalecer as noções básicas necessárias ao acompanhamento dos componentes curriculares;
- ✓ Servir de consultoria nas dúvidas pertinentes aos aspectos pedagógicos

Monitoria

A atividade de monitoria está vinculada especialmente ao ensino. São montados grupos de monitores formados por alunos, para dar suporte aos docentes no preparo e desenvolvimento das aulas e acompanhamento aos alunos que apresentarem dificuldades no processo de aprendizagem.

Tais monitores podem aproveitar as horas dedicadas, computadas como Atividades Complementares.

O objetivo é dar oportunidades tanto para quem tem dificuldades, como para os que têm facilidade na construção do conhecimento.

Os primeiros têm a chance de rever e adquirir os conteúdos que não ficaram claros durante a aula; e os segundos têm a oportunidade de trabalhar o conhecimento adquirido e com isso aprender ainda mais, incrementar o currículo e também melhorar seu desempenho em termos de didática e exposição em público, iniciando uma experiência docente já na graduação.

A Monitoria tem por objetivo:

- Proporcionar a alunos de graduação treinamento didático e profissional, que os oriente para o ingresso na carreira de docente ou de pesquisador de nível superior;
- Proporcionar a alunos de graduação a participação no processo educacional e acadêmico da de São Lourenço; e,
- Proporcionar ao corpo docente da Faculdade de São Lourenço a assistência de colaboradores qualificados para o melhor rendimento técnico, científico e pedagógico das aulas e demais trabalhos escolares.

A Instituição possui Regulamento Institucional específico e detalhado da monitoria.

Iniciação Científica

A Iniciação Científica (IC) é a realização por parte dos alunos de graduação, de projetos de pesquisa, de estudos de casos e/ou estudos dirigidos, visando uma primeira experiência no universo da pesquisa científica.

Cada projeto ou estudo dirigido pode contemplar aspectos teóricos, computacionais e/ou experimentais, traduzido sem Resumos, Resenhas, Relatórios Científicos ou Artigos Científicos.

A atividade de IC permite o contato direto com a atividade de pesquisa, bem diferente do aprendizado de disciplinas do curso de graduação. É o momento da integração teórica-prática, em que não apenas se estuda um tópico novo, mas se aprende a pensar de forma criativa e a resolver problemas, além de se socializar o conhecimento adquirido, seja nomeio acadêmico como junto à comunidade.

A experiência em IC é importante para quem pretende seguir a pesquisa acadêmica em stricto sensu e para aqueles que pretendem ampliar seus conhecimentos, revendo-os, ampliando-os.

Além disso, a IC pode servir como pressuposto de educação continuada, como cursos de pós-graduação, com características e particularidades próprias de inovação. A Unidade de Ensino considera ainda que a atividade de IC é um dos diferenciais fundamentais na graduação, recomendando-a a todos os seus alunos de graduação. Na visão da Instituição a IC:

1. Garante mais visão de mundo ao discente;
2. Incentiva acadêmicos a participar de Eventos e Congressos sobre a sua área de estudos;
3. Melhora a concentração e a organização da vida acadêmica;
4. Ensina, pela prática, a lidar com os imprevistos;
5. Estimula o desenvolvimento do espírito crítico e da criatividade;
6. Propicia mais integração entre o docente e o discente.

Apoio em Participação de Eventos

Tem por objetivo apoiar a promoção de eventos internos e estimular os discentes a participarem em eventos como congressos, encontros, seminários, workshops, etc, como forma de aprofundamento e aperfeiçoamento dos conhecimentos, promovendo a melhoria da qualidade do ensino adquirido.

A participação representa ainda a oportunidade de vivenciar um novo ambiente acadêmico e trocas de experiências importantes para futura vida profissional. Programas de financiamento e incentivo financeiro.

A Instituição, além de cadastrada no FIES – Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior - e no ProUni – Programa Universidade para Todos -, mantém programas próprios de financiamento e de apoio ao discente. Desde 2008, é relevante destacar também a criação do PROGRAMA SOCIAL DE BOLSA ESTÁGIO, que proporciona bolsas de até 30% para alunos, previamente selecionados, que desenvolvem trabalhos sociais em suas próprias cidades.

A partir 2009, até o presente momento, esse programa passou a ser denominado PROERS – Programa Extensionista de Responsabilidade Social. Através do PROERS os alunos beneficiados (em 2017 este programa beneficia aproximadamente 60% do corpo discente) possuem descontos de até 60% nas mensalidades dos cursos em que estão matriculados; e em contrapartida prestam serviços voluntários em instituições sem fins lucrativos de suas cidades. Este programa possui, institucionalizado, seu regulamento próprio.

Ressalta-se ser plena e integral a intenção da instituição em manter esse programa nesse próximo quinquênio.

6.3. Estímulos à Permanência

Programa de Nivelamento

É fato notório que alguns alunos que ingressam no ensino superior apresentam dificuldades em conteúdos básicos. Para minimizar os efeitos desta defasagem deve-se

oferecer a oportunidade de nivelamento de conhecimentos entre todos os alunos de tal forma que o rendimento do aprendizado conjunto seja maximizado.

O Programa de Nivelamento é constituído de um conjunto de ações voltadas para a recuperação das deficiências de formação do aluno que ingressar na Faculdades de São Lourenço.

A iniciativa permite o desenvolvimento dos conceitos básicos necessários ao acompanhamento do curso de graduação oferecido pela instituição.

Objetivo:

O objetivo deste Programa é proporcionar ao discente a oportunidade de acompanhamento eficiente das disciplinas, por meio de nivelamento de conteúdos básicos. É, também objetivo, proporcionar aos alunos mais avançados a oportunidade de atividades práticas através do exercício da monitoria.

Desenvolvimento: Por meio do programa de monitoria, é oferecido em horário extraclasse, a oportunidade de aperfeiçoamento de conteúdos, utilizando, para esta atividade, alunos de séries mais avançadas, professores e professor designado para orientação do Programa.

Atendimento Psicopedagógico

O apoio psicopedagógico tem por objetivo a orientação ao discente que apresentar problemas psicopedagógicos que afetem a sua aprendizagem. É operacionalizado através de um núcleo denominado APSi – Núcleo de Apoio Psicopedagógico aos Discentes.

Introdução

A Faculdade de São Lourenço, considerando as condições de aprendizagem do Corpo Discente, têm consciência que é possível atingir um maior grau de eficiência no desempenho escolar dos alunos, com a adoção de medidas simples para melhor adaptar e ajustar o discente. Uma das medidas é funcionamento de um Núcleo de Apoio Psicopedagógico aos Discentes. Este projeto pretende, portanto, servir de apoio para se alcançar o objetivo que é a melhoria do desempenho dos alunos e que também favorecerá a realização de suas atividades acadêmicas, bem como seu desempenho como futuros profissionais.

Objetivos

- ✓ Contribuir para redução dos índices de evasão, decorrente do perfil socioeconômico dos discentes, aliados à desmotivação por diversas causas;
- ✓ Proporcionar aos alunos da IES apoio psicopedagógico que favoreça o desempenho de suas atividades acadêmicas;

- ✓ Dar apoio para desempenho de atividades ligadas a futura profissão; e,
- ✓ Dar uma oportunidade de os alunos colocarem problemas, dificuldades, dúvidas de âmbitos abrangentes desde que do seu interesse, sem que sejam “apontados”, ou de alguma forma criticados negativamente.

Justificativa

É comum detectar-se no quadro discente, alunos desmotivados para o desempenho de atividades ligadas ao curso de graduação e à futura profissão. Além de outros, os fatores econômicos, sociais externos e de relacionamento com professores e colegas, interferem no estado motivacional. O estado motivacional interfere no processo de aprendizagem e na disponibilidade do aluno para realizar as atividades ligadas aos cursos de graduação nos quais estão matriculados. O stress produzido pelos fatores citados acima interfere no desempenho dos alunos.

As ações do APsi (Núcleo de Apoio Psicopedagógico aos Discentes) visam beneficiar a preparação de alunos universitários com a utilização do apoio psicológico.

Programa

O APsi (Núcleo de Apoio Psicopedagógico aos Discentes) desenvolve o apoio psicológico aos discentes através das ações:

- a) Análise da formação do Profissional – requisitos básicos para formação profissional do universitário: cidadania x profissionalismo x ideologia;
- b) Análise do compromisso social do profissional e universitário;
- c) Estratégias de Socialização – processo de integração / diferenças individuais /motivação / métodos e técnicas; e,
- d) Atendimento individual em relação aos problemas psicopedagógicos.

Procedimentos

O APsi (Núcleo de Apoio Psicopedagógico aos Discentes) realiza o seu trabalho através de uma triagem, que detecta os alunos que necessitam de orientação e aconselhamento. Nas atividades coletivas, qualquer aluno tem acesso ao APsi, onde será disponibilizado um grupo operativo que discutirá as principais dificuldades encontradas pelos alunos.

Metodologia

- ✓ O apoio psicológico é realizado através de
- ✓ Palestras.
- ✓ Práticas e dinâmicas de grupo.
- ✓ Atendimento individual para orientação e aconselhamento.

✓ Grupo operativo

Coordenação do Programa

O APsi - Núcleo de Apoio Psicopedagógico, é coordenado pela equipe pedagógica ou por um profissional especializado contratado.

6.4. Acompanhamento de Egressos

A Instituição – Faculdade de São Lourenço pretende aprimorar o Programa de Acompanhamento de Egressos, que tem como objetivo rastrear a trajetória futura dos alunos que passam pela instituição.

Com o acompanhamento da vida profissional do ex-aluno no mercado de trabalho, a instituição tem um instrumento para validar ou não sua contribuição para a comunidade em que está inserida.

No intuito de cumprir seu papel perante a sociedade, busca-se manter cadastros atualizados dos ex-alunos, para saber em que medida o curso superior cursado possibilitou ou contribuiu a uma ascensão profissional, onde trabalham e o que fazem.

Possíveis equívocos e distorções podem ser mais bem avaliadas pelos próprios ex-alunos, após vivenciarem a realidade do mercado. Ou seja, após um certo período de tempo, o ex-aluno pode contribuir para melhorar o ensino através de uma análise crítica do que foi a sua graduação e quais as práticas e temas que poderiam ter sido mais enfatizados ou mais bem abordados, especialmente diante de novas realidades. Além disso, ele pode fornecer subsídios importantes para promover uma educação continuada, uma vez que a formação, é permanente e se prolonga por toda vida profissional.

Visando correlacionar o ensino, a pesquisa, a extensão e o mercado, o programa prevê diversas ações para promover a educação continuada, posicionar o profissional formado no mercado e subsidiar as coordenações de cursos com a análise de informações repassadas pelos egressos quanto a organização didático-pedagógica, o corpo docente e a infraestrutura.

Uma base de dados, organizada com todas as informações sobre o acompanhamento do egresso e o feedback do ensino recebido na sua graduação, permite o desenvolvimento das diversas ações do Programa de Acompanhamento de Egressos. O egresso recebe periodicamente informes sobre cursos de extensão e de especialização oferecidos. Um outro serviço prestado é a divulgação de concursos e ofertas de emprego em sua área de atuação.

Um dos canais é o site da Instituição através de um link denominado “Egressos” onde o ex-aluno preenche e cadastra um questionário com informações relevantes a esse acompanhamento. É prioridade desse próximo quinquênio o incentivo à participação dos egressos através do link citado.

O retorno dos egressos sobre o ensino recebido é fundamental para o aprimoramento do curso. Após a consecução desse questionário, as respostas tabuladas e analisadas pelas coordenações de curso, e pela direção da Instituição servem de importante subsídio para a manutenção ou mudanças de rumos. Dessa forma as informações prestadas pelo egresso contribuem para construir uma instituição de ensino cada vez melhor. Colegiados CPA Coordenação de Cursos Instituto Superior de Educação NDEs Conselho Superior Diretoria da Unidade Mantenedora.

Essa relação de mão-dupla com o egresso torna ainda possível a aproximação com ex-colegas de turma, a participação em eventos culturais e o convite para proferir palestras, e ministrar cursos. A IES está sempre de portas abertas para o egresso, que pode também continuar utilizando a biblioteca, laboratórios e outros serviços prestados pela instituição. O egresso, memória viva da IES, sempre fará parte da comunidade.

7. ORGANIZAÇÃO ADMINISTRATIVA

7.1. Estrutura Organizacional, Instâncias de Decisão, Órgãos Colegiados, Órgãos de Apoio às Atividades Acadêmicas, Autonomia da IES em relação à Mantenedora

A Organização Acadêmica e Administrativa é regulamentada pelo Regimento, no qual o Instituto Superior de Educação – ISE, figura como órgão integrante da Faculdade de São Lourenço. De acordo com a legislação em vigor as licenciaturas estarão abrigadas no ISE – Instituto Superior de Educação.

7.1.1. Estrutura Organizacional e Instâncias de Decisão

A administração da Faculdade é composta pelos seguintes órgãos:

- I. Conselho Superior;
- II. Diretoria;
- III. Instituto Superior de Educação;
- IV. Colegiados de Cursos;
- V. Núcleos Docentes Estruturantes - NDEs;
- VI. Coordenações de Cursos; e
- VII. CPA.

Do Regimento tem-se:

Art.5º. Ao Conselho Superior, ao Colegiado de Curso, aos NDEs e à CPA aplicam-se as seguintes normas:

§1º O Conselho Superior, o Colegiado de Curso, o NDE e a CPA funcionam com a presença da maioria absoluta de seus membros e decide por maioria de voto dos presentes.

§2º O presidente do Conselho Superior participa da votação e, no caso de empate, terá o voto de qualidade.

§3º Nenhum membro do Conselho Superior pode participar de sessão em que se aprecie matéria de seu interesse particular.

§4º As reuniões se realizam em datas pré-fixadas ou convocadas com antecedência mínima de 24 horas, salvo em caso de urgência, constando da convocação a pauta dos assuntos.

§5º Das reuniões é lavrada ata, lida e assinada pelos membros presentes na mesma sessão ou na seguinte.

CAPÍTULO II

DO CONSELHO SUPERIOR - DA CONSTITUIÇÃO

Art.6º. O Conselho Superior é órgão máximo, consultivo, normativo e deliberativo, é constituído:

- I. pelo Diretor, seu presidente nato;
- II. pelo Vice-diretor;
- III. pelo Coordenador da Faculdade Superior de Educação;
- IV. pelos Coordenadores dos Cursos de graduação: 1 (um) da área de Educação, 1 (um) da área de Saúde, 1 (um) dos Bacharelados e 1 (um) dos Superiores de Tecnologia, escolhidos entre seus pares;
- V. por 1 (um) representante discente;
- VI. por 1 (um) representante do corpo técnico-administrativo;
- VII. por 1 (um) representante da Entidade Mantenedora.

Parágrafo único. O mandato dos membros do Conselho Superior, descritos nos incisos I, II, III, e IV I é de quatro anos e nos V e VI é de um ano, todos com direito a recondução, excetuando-se o do representante da Entidade Mantenedora que é indeterminado.

DO FUNCIONAMENTO

Art.7º. O Conselho Superior reúne-se semestralmente e, extraordinariamente, quando convocado pelo Diretor, ou a requerimento de 2/3 dos seus membros, sendo presidido pelo Diretor ou seu substituto legal.

DA COMPETÊNCIA

Art.8º. Compete ao Conselho Superior:

- I. deliberar sobre diretrizes gerais de ensino, iniciação científica e extensão, zelando pela sua eficiência nos termos da legislação do ensino superior vigente e deste Regimento Geral;
- II. deliberar sobre os assuntos que lhe forem submetidos pelo Diretor;
- III. decidir em grau de recurso os casos que lhe forem afetos;
- IV. aplicar penalidade dentro de sua competência;
- V. aprovar o regimento geral, submetendo-o aos órgãos competentes do Ministério da Educação;
- VI. aprovar o plano anual de atividades da Faculdade;
- VII. sugerir a criação, modificação e extinção de cursos e programas obedecendo a legislação em vigor;
- VIII. apreciar o relatório anual da Diretoria;
- IX. aprovar o calendário escolar;
- X. exercer as demais atribuições decorrentes da legislação em vigor e deste Regimento Geral;
- e,
- XI. Deliberar sobre casos omissos deste Regimento Geral.

CAPÍTULO III DA DIRETORIA

Art.9º. A Diretoria, exercida pelo Diretor, com o auxílio do Vice-diretor, é órgão executivo superior de direção, fiscalização e controle das atividades da Faculdade.

Parágrafo único: compete ao Vice-diretor substituir o Diretor em suas ausências.

Art.10. O Diretor e o Vice-diretor são escolhidos pela Mantenedora.

Art.11. O mandato do Diretor e do Vice-diretor é de quatro anos, admitida a recondução.

Art.12. São atribuições do Diretor:

- I. representar a Faculdade junto às pessoas ou instituições públicas ou privadas;
- II. convocar e presidir as reuniões do Conselho Superior;
- III. encaminhar à mantenedora expediente com deliberações dos órgãos técnicos que dependem de sua aprovação;
- IV. propor à mantenedora contratação e dispensa de pessoal docente e técnico-administrativo;
- V. elaborar o plano anual de atividade da Faculdade e submetê-lo à aprovação do Conselho Superior;
- VI. conferir grau, assinar diplomas, títulos e certificados escolares;
- VII. propor ao Conselho Superior, aos Colegiados de Curso e à Mantenedora as medidas que julgar necessárias ao bom andamento dos trabalhos escolares e ao fiel cumprimento dos objetivos da Faculdade;
- VIII. zelar pela execução das deliberações aprovadas pelos demais órgãos competentes da Faculdade, especialmente o calendário escolar e os planos de ensino e cooperação;
- IX. expedir instruções, regulamentos, portarias, ordens de serviços e demais atos de natureza administrativa;
- X. designar comissões para desempenho de funções especiais;
- XI. dar posse aos coordenadores de cursos;
- XII. autorizar publicações, sempre que estas envolvam responsabilidade da Faculdade;
- XIII. cumprir e fazer cumprir este Regimento Geral;
- XIV. exercer as demais atribuições que lhe sejam previstas em lei e neste Regimento Geral; e,
- XV. resolver os casos relacionados com o Instituto Superior de Educação da Faculdade omissos neste Regimento Geral “ad referendum” do Conselho Superior.

CAPÍTULO IV

DA FACULDADE SUPERIOR DE EDUCAÇÃO

DA FACULDADE E SEUS OBJETIVOS

Art.13. O Instituto Superior de Educação da Faculdade, como órgão de formação de professores, tem por objetivos:

- I. articular a formulação, execução e avaliação do projeto institucional de formação de professores, base para os projetos pedagógicos específicos dos cursos de graduação da Unidade de Ensino;
- II. congregar cursos de formação de professores, oferecidos em nível superior,
- III. produzir e difundir o conhecimento referente aos processos de ensino e aprendizagem relacionados à educação básica, à educação profissional e à educação superior como um todo;

- IV. preparar docentes com base na constituição de competências, habilidades, atitudes, valores e na aquisição, construção e produção de conhecimentos indispensáveis a sua formação;
- V. incentivar o trabalho de iniciação e investigação científica, visando o desenvolvimento da educação e da tecnologia e da criação e difusão da cultura e, deste modo, desenvolver o entendimento do homem e do meio em que vive, com vistas a uma ação consciente sobre a realidade através da educação;
- VI. suscitar o desejo permanente de aperfeiçoamento cultural e profissional, possibilitando a correspondente concretização, integrando os conhecimentos que serão adquiridos numa estrutura intelectual sistematizadora do conhecimento de cada geração;
- VII. estimular o conhecimento dos problemas educacionais mundiais, em particular os nacionais e regionais, prestar serviços especializados à comunidade e estabelecer com esta uma relação de reciprocidade;
- VIII. promover a divulgação de conhecimentos culturais, científicos e técnicos que constituem patrimônio da humanidade e comunicar o saber através do ensino, de publicações ou de outras formas de comunicação;
- IX. promover a extensão, aberta à participação da população, visando à difusão das conquistas e benefícios resultantes da criação cultural e da iniciação científica e tecnológica geradas na instituição; e,
- X. zelar, didática e pedagogicamente, por todos os Cursos de graduação mantidos pela Unidade de Ensino em que se insere.

Art.14. O Instituto Superior de Educação da Faculdade também é um órgão articulador de outros órgãos e programas de apoio aos processos acadêmico-didático-pedagógicos.

DA ESTRUTURA ORGANIZACIONAL DA FACULDADE SUPERIOR DE EDUCAÇÃO

Art.15. O Instituto Superior de Educação da Faculdade é composto, em sua organização, por uma Coordenação, Coordenações dos Cursos das Licenciaturas, e por um representante das Coordenações dos Cursos de Bacharelados e Coordenações dos Cursos Superiores de Tecnologia, eleitos entre seus pares.

Art.16. A Coordenadoria da Faculdade Superior de Educação, exercida por um Coordenador nomeado pela Mantenedora, é o órgão executivo superior de coordenação, fiscalização e controle das atividades da Faculdade.

Art.17. O mandato do Coordenador é de quatro anos, admitida a recondução.

Art.18. São atribuições do Coordenador:

- I. representar a Faculdade de São Lourenço junto às pessoas ou instituições públicas ou privadas;
- II. articular a formulação, execução e avaliação do projeto institucional de formação de professores, base para os projetos pedagógicos específicos dos cursos;
- III. encaminhar à Faculdade expediente com deliberações dos órgãos técnicos que dependem de aprovação do Diretor;
- IV. propor à Faculdade contratação e dispensa de pessoal docente e técnico-administrativo que atuem no Instituto;
- V. elaborar o plano anual de atividade da Faculdade Superior de Educação e submetê-lo à aprovação do Conselho Superior;
- VI. propor ao Conselho Superior, aos Colegiados dos Cursos de formação de professores e à Diretoria, as medidas que julgar necessárias ao bom andamento dos trabalhos escolares e ao cumprimento dos objetivos da Faculdade Superior de Educação;
- VII. designar comissões para desempenho de funções especiais;
- VIII. cumprir e fazer cumprir este Regimento Geral; e,
- IX. exercer as demais atribuições que lhe sejam previstas em lei e neste Regimento Geral.

CAPÍTULO V

DO COLEGIADO DE CURSO

DA CONSTITUIÇÃO

Art.19. O Colegiado de Curso, órgão técnico, consultivo e deliberativo em assuntos pedagógicos, científicos, didáticos e disciplinares no âmbito do curso, é constituído:

- I. pelo Coordenador do curso, seu presidente;
- II. por grupo de professores do curso, eleitos pelos seus pares;
- III. por 1 (um) representante do corpo discente do curso.

Parágrafo único. O mandato dos membros dos incisos II e III é de um ano, com direito a recondução.

DO FUNCIONAMENTO

Art.20. O Colegiado de Curso reúne-se trimestralmente e, extraordinariamente, quando convocado pela Diretoria, pelo Coordenador de curso, por iniciativa própria ou a requerimento

de 2/3 (dois terços) dos seus membros, com indicação do motivo e convocado com antecedência mínima de 48 (quarenta e oito) horas.

DA COMPETÊNCIA

Art.21. Compete ao Colegiado de Curso:

- I. aprovar o Projeto Pedagógico do Curso;
- II. deliberar sobre os projetos relativos aos cursos de aperfeiçoamento, extensão, atualização e treinamento;
- III. aprovar o plano geral de atividades do Curso;
- IV. avaliar o desempenho do corpo docente;
- V. deliberar sobre propostas de medidas disciplinares contra o pessoal docente, encaminhadas pelo Coordenador de Curso;
- VI. deliberar sobre normas de prestação de serviços à comunidade relacionadas com o Curso;
- VII. acompanhar o processo de aprendizagem do corpo discente;
- VIII. deliberar sobre alterações e/ou modificações do currículo do curso com observância das Diretrizes Curriculares Nacionais;
- IX. aprovar os projetos de ensino, pesquisa e extensão considerados relevantes para a melhoria da qualidade do ensino;
- X. aprovar o relatório das atividades encaminhado pelo Coordenador de Curso;
- XI. aprovar normas e regulamentos referentes a Estágio, TCC, Iniciação Científica, Atividades Complementares, Extensão e extraclasse, bem como de outras práticas pedagógicas; e,
- XII. exercer as demais atribuições decorrentes da legislação em vigor e deste Regimento Geral.

CAPÍTULO VI

DO NÚCLEO DOCENTE ESTRUTURANTE

DA CONSTITUIÇÃO

Art.22. O Núcleo Docente Estruturante (NDE) de um curso de graduação constitui-se de um grupo de docentes, com atribuições acadêmicas de acompanhamento, atuante no processo de concepção, consolidação e contínua atualização do projeto pedagógico do curso.

Art.23. A indicação dos representantes do NDE será feita pelo Colegiado de Curso, por um período de três anos com adoção estratégica de renovação, em caso de desligamento docente.

DO FUNCIONAMENTO

Art.24. O Núcleo Docente Estruturante reúne-se semestralmente e, extraordinariamente, quando convocado pela Diretoria, pelo Coordenador de Curso, por iniciativa própria ou a requerimento de 2/3 (dois terços) dos seus membros, com indicação do motivo e convocado com antecedência mínima de 48 (quarenta e oito) horas.

DA COMPETÊNCIA

Art.25. Compete ao Núcleo Docente Estruturante:

- I - contribuir para a consolidação do perfil profissional do egresso do curso;
- II - zelar pela integração curricular interdisciplinar entre as diferentes atividades de ensino constantes no currículo;
- III - indicar formas de incentivo ao desenvolvimento de linhas de iniciação científica e extensão, oriundas de necessidades da graduação, de exigências do mercado de trabalho e afinadas com as políticas públicas relativas à área de conhecimento do curso;
- IV - zelar pelo cumprimento das Diretrizes Curriculares Nacionais dos Cursos de Graduação.

Art. 26. Compete ao Presidente do Núcleo:

- I. Convocar e presidir as reuniões, com direito a voto, inclusive o de qualidade;
- II. Representar o NDE junto aos órgãos da instituição;
- III. Encaminhar as deliberações do NDE aos Colegiados de Curso.

CAPÍTULO VII DA COMISSÃO PRÓPRIA DE AVALIAÇÃO DA CONSTITUIÇÃO

Art.27. A Comissão Própria de Avaliação (CPA) foi constituída em atendimento aos preceitos da Lei. Nº 10.861, de 14 de abril de 2004, que instituiu o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES), constituindo-se em órgão colegiado permanente de coordenação do processo de Autoavaliação Institucional.

Parágrafo Único: A Comissão Própria de Avaliação é um órgão de natureza consultiva e deliberativa com a função de assessorar a Unidade de Ensino em suas decisões estratégicas, além de analisar e avaliar o desempenho das atividades desenvolvidas pela instituição, promovendo em conjunto com a gestão a implantação de estratégias e a melhoria de todos os processos.

Art.28. A Comissão Própria de Avaliação se compõe, no mínimo, dos seguintes membros do corpo docente, com mandato de dois anos, nomeados pela Direção da Unidade de Ensino, e eleitos entre seus pares:

- I. 01 (um) Coordenador da CPA;
- II. 01 (um) representante do corpo docente;
- III. 01 (um) representante do corpo técnico-administrativo;
- IV. 01 (um) representante do corpo discente, regularmente matriculado e indicado pelos seus pares;
- V. 01 (um) representante dos egressos: e,
- VI. 01 (um) representante, da sociedade civil, sem vínculo empregatício com a Faculdade.

DO FUNCIONAMENTO

Art.29. A Comissão Própria de Avaliação reunir-se-á ordinariamente, uma vez por trimestre, conforme calendário estabelecido ao final de cada ano, ou em caráter extraordinário quando convocada pelo seu Coordenador ou pela maioria de seus membros com antecedência mínima de 48 (quarenta e oito) horas, mencionando-se os assuntos da pauta.

DA COMPETÊNCIA

Art.30. À Comissão Própria de Avaliação, observada a legislação pertinente, compete coordenar e conduzir os processos de avaliação interna considerando os seguintes aspectos:

- I. A Missão e o Plano de Desenvolvimento Institucional;
- II. A Política para o Ensino, a Pesquisa, a Pós-graduação, a Extensão e a Gestão, e as respectivas formas de operacionalização;
- III. A Responsabilidade Social;
- IV. A Comunicação com a Sociedade;
- V. As Políticas de Pessoal;
- VI. A Organização e a Gestão;
- VII. A Infraestrutura Física;
- VIII. O Planejamento e a Avaliação;
- IX. As Políticas de Atendimento aos Estudantes;
- X. A Sustentabilidade Financeira.

Art.31. Compete ao Coordenador da Comissão Própria de Avaliação:

- I. Coordenar o processo de autoavaliação da Faculdade;
- II. Representar a Comissão junto aos órgãos superiores da Instituição e a Comissão Nacional de Avaliação da Educação Superior;
- III. Prestar as informações solicitadas pela Comissão Nacional de Avaliação da Educação Superior;
- IV. Assegurar a autonomia do processo de avaliação;
- V. Convocar e presidir as reuniões da Comissão.

CAPÍTULO VIII

DA COORDENAÇÃO DE CURSO

Art.32. A Coordenação de Curso, exercida por um Coordenador, é um órgão executivo que coordena, fiscaliza e controla as atividades do curso.

§1º O Coordenador de curso é escolhido pelo Diretor.

§2º Na escolha do Coordenador de Curso é observada a experiência acadêmico-administrativa e a disponibilidade de horário para a instituição.

Art.33. Compete à Coordenação de Curso:

- I. distribuir encargos de ensino, iniciação científica e extensão entre seus professores, respeitadas as especialidades e coordenar-lhes as atividades;
- II. aprovar, acompanhar e arquivar os programas e planos de ensino das disciplinas do curso, apresentados, obrigatoriamente, pelos professores, em parceria com o ISE;
- III. organizar, semestralmente, o plano geral de suas atividades e submetê-lo ao Colegiado de curso;
- IV. adotar providências para o constante aperfeiçoamento do seu pessoal docente em parceria com o ISE;
- V. promover e estimular a prestação de serviços à comunidade;
- VI. elaborar e executar, após aprovação pelo Colegiado de Curso os projetos de ensino, iniciação científica, extensão, de atualização e de treinamento propostos pelos professores considerados relevantes para a melhoria da qualidade do ensino, em parceria com o ISE;
- VII. emitir parecer sobre aproveitamento de estudos e adaptações de disciplinas, em parceria com o ISE;

- VIII. opinar sobre admissão, promoção e afastamento de seu pessoal docente; em parceria com o ISE;
- IX. organizar, coordenar e supervisionar os estágios; em parceria com o ISE;
- X. sugerir alterações e/ou modificações no currículo do curso obedecida a legislação em vigor; em parceria com o ISE;
- XI. elaborar em conjunto com os professores o projeto pedagógico do curso mantendo-o sempre atualizado, em parceria com o ISE;
- XII. manter atualizado um banco de dados de seus professores contendo dados cadastrais, funcionais e acadêmicos;
- XIII. encaminhar à direção as sugestões dos docentes relacionadas com aquisições de títulos para biblioteca, equipamentos e recursos materiais e tecnológicos; e,
- XIV. exercer as demais competências previstas em lei e neste Regimento Geral.

Art.34. São atribuições do Coordenador de curso:

- I. convocar e presidir as reuniões do Colegiado de Curso;
- II. representar o curso junto às autoridades e órgãos da Faculdade;
- III. supervisionar e fiscalizar a rigorosa observância do regime escolar, a execução dos programas, planos de ensino e estágios, verificando a assiduidade e as atividades dos professores;
- IV. apresentar, semestralmente, ao Colegiado de Curso e à Diretoria, o relatório de suas atividades;
- V. sugerir a contratação, substituição ou dispensa do pessoal docente; e,
- VI. exercer as demais atribuições que o cargo de coordenador exige, ou decorrente de disposições legais, estatutárias e regimentais.

7.2. Autonomia da IES em relação à Mantenedora

Regimentalmente a Instituição tem total autonomia em relação à Mantenedora em relação aos assuntos didático-pedagógicos.

7.3. Órgãos de Apoio às Atividades Acadêmicas Secretaria de Registros Acadêmicos

A Secretaria de Registros Acadêmicos tem a incumbência de zelar pelos aspectos formais na relação Instituição-corpo discente-corpo docente. As seguintes atividades são de sua responsabilidade:

- a - Organizar, coordenar e administrar os serviços de registro e controle acadêmico;
- b - Propor à Coordenadoria Geral as normas de registro e controle acadêmico;
- c - Coordenar as atividades de matrícula e sua renovação;
- d - Administrar e supervisionar os registros e arquivos acadêmicos;
- e - Expedir diplomas, certidões, atestados, declarações e demais documentos acadêmicos;
- f - Responsabilizar-se pelos termos de colação de graus e outros de natureza acadêmica;
- g - Despachar com o Coordenador Geral, Coordenador da Faculdade Superior de Educação e Coordenadores de Cursos e Programas, matérias relativas ao desenvolvimento de suas atividades;
- h - Administrar e supervisionar o seu quadro de pessoal;
- i - Supervisionar o serviço de arquivo da documentação acadêmica;
- j - Exercer outras atribuições que lhe forem determinadas, em sua área de atuação.
- k - Assegurar o cumprimento da legislação vigente;
- l - Manter atualizados os registros acadêmicos da Graduação e Pós-graduação;
- m - Manter atualizados os registros acadêmicos da Extensão;
- n - Compilar dados e estatísticas;
- o - Zelar pelo fiel registro dos dados;
- p - Manter em ordem os currículos, ementas e programas;
- q - Dar parecer em assuntos de natureza acadêmica, quando relacionados ao seu âmbito de atuação;
- r - Verificar a legalidade dos documentos;
- s - Manter em ordem os prontuários dos alunos;

Coordenadoria de Estágios

A Coordenadoria de Estágios tem os seguintes objetivos:

- a) Proporcionar ao estudante, oportunidade de desenvolver suas habilidades, analisar situações e propor mudanças no ambiente organizacional e societário;
- b) Complementar o processo ensino-aprendizagem, através da conscientização das deficiências individuais e incentivar a busca do aprimoramento pessoal e profissional;
- c) Atenuar o impacto da passagem da vida de estudante para a vida profissional, abrindo ao estágio mais oportunidade de conhecimento da filosofia, diretrizes, organização e funcionamento das organizações e da comunidade;

- d) Facilitar o processo de atualização de conteúdos disciplinares, permitindo adequar aqueles de caráter profissionalizante às constantes inovações tecnológicas, políticas, sociais e econômicas a que estão sujeitas;
- e) Incentivar o desenvolvimento das potencialidades individuais, propiciando o surgimento de novas gerações de profissionais empreendedores internos e externos, capazes de adotar modelos de gestão, métodos e processos inovadores, novas tecnologias e metodologias alternativas;
- f) Promover a integração da Faculdade de São Lourenço-curso-empresa comunidade;
- g) Atuar como instrumento de iniciação científica à pesquisa e ao ensino.

8. AUTOAVALIAÇÃO INSTITUCIONAL

8.1. Metodologia, Dimensões e Instrumentos a serem Utilizados no Processo de Autoavaliação

Desde a implantação do SINAES, a Faculdade FSL possui processo de autoavaliação institucional abrangendo todos os seguimentos do corpo social por entender ser um importante instrumento de gestão e de ação acadêmico-administrativa de melhoria institucional. Assim, seus resultados são trabalhados e atendem às necessidades Institucionais.

Trabalhamos com evidências de todos os segmentos da comunidade acadêmica para sensibilização e participação. Depois, uma importante etapa é a divulgação dos resultados e retroalimentação para melhoria contínua institucional.

Em nosso processo, trabalhamos com participação da sociedade civil organizada e de todos os segmentos da comunidade acadêmica, temos abrangência de instrumentos de coleta e controlamos as avaliações para termos índice de participação crescente.

Em obediência ao regulatório do Ministério da Educação, os relatórios de autoavaliação estão de acordo com a previsão de postagem para cada ano do triênio e possuem clara relação entre si, impactando o processo de gestão da instituição, promovendo mudanças inovadoras.

Objetivo Geral

A avaliação institucional, como um processo contínuo e permanente, visa a contribuir para a melhoria da qualidade do ensino, pesquisa, extensão e gestão universitária da Faculdade de São Lourenço, promovendo uma autoconsciência dos membros da instituição e de suas responsabilidades sociais.

Objetivos específicos

a - Sensibilizar constantemente todos os segmentos da Faculdade de São Lourenço para a importância da avaliação institucional.

b - Desenvolver e implementar estruturas flexíveis e integradas de avaliação que possam subsidiar a tomada de decisão, apoiando-se em informações quantitativas, mas imprimindo ao processo ênfase de qualidade educativa.

c - Identificar dificuldades, realizações e avanços dos setores de ensino, pesquisa, extensão e gestão da Faculdade de São Lourenço.

d - Colocar à disposição de toda a comunidade acadêmico-administrativa informações que permitam a atualização do Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) e do Projeto Pedagógico Institucional (PPI) da Faculdade de São Lourenço.

Etapas

O desafio de avaliar é obter a melhor informação possível para as pessoas que dela precisam, considerando-se as características e limitações de cada situação.

Nesta perspectiva a autoavaliação da Faculdade de São Lourenço utilizará abordagens metodológicas quantitativas e qualitativas, aplicando técnicas e instrumentos válidos e fidedignos, adequados à natureza da informação desejada.

A partir das diretrizes do SINAES, a autoavaliação das Faculdade de São Lourenço se desenvolve em três etapas, cada uma compreendendo ações relevantes para um efetivo desenvolvimento da auto avaliação.

Primeira etapa

– PREPARAÇÃO

- Efetiva participação e atuação da CPA.
- Sensibilização da comunidade a fim de envolvê-la na proposta avaliativa.
- Elaboração do projeto semestral e anual de autoavaliação.

Segunda etapa

– DESENVOLVIMENTO

- Levantamento de dados e informações.
- Análise de informações. Relatórios parciais. Terceira etapa

– CONSOLIDAÇÃO

- Relatório final.
- Divulgação.
- Revisão Crítica.

Dimensões

A Lei no. 10.861/04, art. 3º., estabelece as dimensões a serem consideradas no processo de avaliação institucional. Cabe às IES, atendendo às suas peculiaridades, adotar os seus processos de autoavaliação.

Na Faculdade de São Lourenço, optou-se pela sugestão da CONAES de dividir o roteiro de autoavaliação em dez (10) dimensões:

Missão e PDI; Política para o ensino, a pesquisa e a pós-graduação; política para a extensão e responsabilidade social da instituição; política de pessoal, de carreiras do corpo docente e corpo técnico-administrativo, seu aperfeiçoamento profissional e suas condições de trabalho; comunicação com a sociedade; organização e gestão da instituição; infraestrutura física; planejamento e avaliação dos processos, resultados e eficácia da auto avaliação institucional; política de atendimento a estudantes e egressos; e sustentabilidade financeira da IES.

Ao se avaliar cada dimensão, embora em momentos distintos, faz-se recorrência às demais, garantindo-se, assim, a indissociabilidade entre o ensino em seus diferentes níveis, a pesquisa, a extensão e a gestão para possibilitar uma visão mais globalizada das atividades desenvolvidas na Instituição.

Os indicadores de desempenho estabelecidos pela Faculdade de São Lourenço constituem-se em uma série de medidas qualitativas e quantitativas de entrada, de processo ou de resultados usados para descrever o funcionamento da instituição.

São definidos em termos de índices que refletem eficiência, produtividade ou eficácia, assim separados:

- ✓ Eficiência – são indicadores que relacionam insumos e produtos. Refere-se a uma combinação ótima de recursos para produzir um determinado produto, o que quer dizer produzi-lo ao menor custo. Exemplo: o custo por aluno formado.
- ✓ Produtividade – são indicadores que relacionam insumos e produtos medidos em unidades físicas. Exemplos: trabalhos publicados por professor, relação professor-aluno e quantidade de alunos por sala.
- ✓ Eficácia – são indicadores que mostram até que ponto os objetivos da instituição foram atingidos. Exemplos: qualidade do curso de graduação, número de alunos formados, volume de trabalhos publicados, dentre outros.

É fundamental estabelecer claramente os indicadores que nortearão a avaliação, pois estes são imprescindíveis quando da elaboração dos instrumentos de coleta de dados.

A definição dos indicadores da Avaliação Institucional da Faculdade de São Lourenço é revista a cada ano, de acordo com a análise de sua realidade educacional e com a confiabilidade das informações coletadas.

O que se discute não é se a avaliação deve ser realizada, mas de que forma ela deve processar-se. Para que o processo tenha êxito é necessária a participação efetiva de todos os envolvidos.

Assim, cada segmento da comunidade acadêmica será representado na comissão de avaliação a ser constituída e cada indivíduo poderá influenciar diretamente no processo, já que além da opinião expressa nos formulários a serem preenchidos, os relatórios produzidos nas reuniões setoriais serão utilizados como instrumentos importantes para as conclusões finais.

Na Faculdade de São Lourenço o processo avaliativo é programado em três diferentes momentos: Sensibilização, Coleta de Dados e Comunicação.

Sensibilização

Todo processo avaliativo deve levar em consideração questões básicas como conscientizar os participantes sobre a concepção e os objetivos da avaliação, seus critérios e a forma como serão utilizados seus resultados. Implica, também, torná-los conscientes de que são membros partícipes da Instituição, devendo assumir a responsabilidade com as diretrizes da Instituição.

A adesão da comunidade acadêmica ao processo de avaliação é extremamente importante para o sucesso da qualidade do ensino e da instituição como um todo. Entretanto, essa adesão só poderá acontecer se houver uma conscientização sobre o papel da avaliação como processo que não pretende ameaçar ou punir, mas que visa a promover a reflexão sobre as diferentes ações desenvolvidas com vistas ao seu aperfeiçoamento.

O conhecimento da ética do processo e a segurança do propósito da avaliação levam todos à confiança e ao desejo de que ela faça parte de seu dia-a-dia. Para que a comunidade acadêmica seja sensibilizada em relação à avaliação institucional, são realizadas palestras, reuniões setoriais e com os alunos, encontros e estudo de casos, e confeccionados boletins e folders sobre Avaliação Institucional da Faculdade de São Lourenço.

Além de estimular a participação por meio da reflexão dos diversos segmentos, a sensibilização possibilita o encorajamento de discussões sobre os problemas e a apresentação de soluções criativas para tais. Atende, ainda, aos princípios norteadores da avaliação: o da adesão voluntária, difundindo a cultura avaliativa, e o da isenção de sanções, conscientizando a comunidade da não punição ou premiação em consequência dos resultados obtidos na Avaliação Institucional. Em seu processo contínuo, a sensibilização procurará atingir todas as

pessoas em todos os níveis e áreas acadêmicas, permeando todas as etapas da Avaliação Institucional.

Coleta de Dados

Na Faculdade de São Lourenço a coleta de dados é feita por meio de instrumentos diversificados, tais como: questionários, formulários, entrevistas e relatórios de diversos bancos de dados da Instituição permanentemente revistos e reconstruídos para atender às necessidades de cada contexto. Os questionários, aplicados a todos os segmentos da comunidade, impressos ou via Internet (on-line) têm o mesmo tratamento, com o intuito de coletar dados efetivamente necessários e suficientes para melhor compreensão da realidade da Instituição. Diferentes tipos de questionários foram construídos de acordo com o objetivo da coleta de dados, tendo-se sempre a preocupação de testá-los previamente para verificar a relevância das questões elaboradas, bem como para corrigir distorções apontadas, que podem comprometer a análise final.

Tratamento e Interpretação dos Dados

A primeira etapa após a coleta de dados é o momento em que se tenta estabelecer semelhanças, tendências e padrões relevantes dos indicadores adotados. Dois serão os tratamentos aplicados aos dados coletados na Faculdade de São Lourenço, o quantitativo e o qualitativo. O resgate dos dados quantitativos é feito por meio do sistema estatístico informatizado, construído para uso exclusivo da Comissão de Avaliação da Faculdade de São Lourenço.

Os relatórios dos dados qualitativos serão confrontados com os dados estatísticos, buscando complementar e enriquecer o conhecimento das variáveis e aspectos focalizados. A análise e interpretação de todo o conjunto de informações coletadas e sistematizadas servirão não só para a elaboração do relatório descritivo da realidade da Faculdade de São Lourenço, mas, principalmente, para a identificação das causas, tanto do funcionamento adequado quanto dos problemas detectados.

Finalmente, será produzido o relatório bem como documentos voltados aos vários setores avaliados, que constituem elementos importantes para o replanejamento dos setores acadêmicos e administrativos.

Comunicação dos Resultados: Relatórios

O relatório é feito para comunicação dos dados obtidos, visando à melhoria do programa institucional com a adoção de mudanças de atitudes das pessoas que fazem parte do processo, a fim de que se melhore o desempenho profissional, quando necessário. A forma de comunicação utilizada para dar retorno das informações é um fator que pode interferir no processo avaliativo, uma vez que a comunicação malfeita pode transformar-se, de imediato, em resistência à Avaliação Institucional.

Uma vez informado de suas necessidades, potencialidades e ineficiências, o ser humano é capaz de refletir e vir a aceitar sua mudança para, então, poder crescer. Caso os dados gerados pela avaliação não retornem ao processo, isso afetará sua disseminação das mesmas e, conseqüentemente, o envolvimento dos participantes. Dessa forma, ela é a chave para manter a participação dos envolvidos.

A comunicação adequada dos dados da avaliação pode possibilitar a tomada de decisões e elaboração de planos de ação para um aperfeiçoamento contínuo. A informação, eficientemente transmitida, deve levantar algumas questões.

O desafio da comunicação é, portanto, o de transformar os dados em ações que gerem mudanças. Os resultados obtidos por meio da Avaliação Institucional são transformados em Relatórios Descritivos, encaminhados aos envolvidos no processo de avaliação, bem como àqueles que têm o poder da tomada de decisões. Com o objetivo de esclarecer quanto à técnica de tratamento dos dados obtidos é elaborada uma circular, anexa ao relatório e encaminhada à todas as instâncias decisórias.

A análise e a discussão dos resultados são feitas apenas pelas pessoas diretamente responsáveis pelas atividades avaliadas, tendo a Comissão de Avaliação Institucional o cuidado de manter as informações restritas às pessoas envolvidas no processo para não ferir a ética. Informações pertinentes à comunidade discente são amplamente divulgadas pelos canais usuais.

Os relatórios subsidiam projetos de ação que venham colaborar com a solução dos problemas detectados.

8.2. Formas de Utilização dos Resultados das Avaliações

A avaliação realizada com a finalidade de alimentar a tomada de decisões tem uma vocação básica, transformadora, na medida em que se propõe como tarefa principal aprimorar o modo como a comunidade resolve seus problemas. As transformações provenientes dos resultados da avaliação visam a um aperfeiçoamento do desempenho dos recursos humanos e a uma melhoria na programação dos cursos oferecidos pela instituição.

As reflexões da Comissão de Avaliação sobre o trabalho desenvolvido levará à conclusão de que, entre outros, três aspectos são essenciais para o sucesso da avaliação: a

sensibilização de todos os recursos humanos da instituição para o cumprimento da avaliação; o feedback, que favorece a cada membro da instituição o conhecimento de seu desempenho, ajudando-o a criar mudanças e estimulando-o ao aperfeiçoamento profissional; e a tomada de decisões, resultante da troca contínua de informações entre avaliadores e administradores para correção das medidas adotadas com vista à melhoria da formação profissional.

A avaliação deve possibilitar à comunidade acadêmica analisar os processos contraditórios que permeiam a vida universitária e refletir sobre a possibilidade de se adotar uma atitude mais globalizada frente à problemática educacional.

Nessa perspectiva, a comunidade acadêmica terá em mente que a avaliação, quando usada com finalidades e objetivos transparentes, pode servir à causa da educação e à mudança de posicionamentos no interior da instituição, manifestando-se em ações concretas e decisões explícitas. Desta forma, a operacionalização da tomada de decisões feitas pela Faculdade de São Lourenço poderá gerar resultados em relação à Infraestrutura, Equipamentos, Projetos Institucionais, Aspectos Pedagógicos e outros.

A utilização da avaliação será feita partindo-se da discussão dos resultados obtidos dentro de cada curso com o objetivo de se elaborar um documento com propostas de medidas a serem implementadas visando a corrigir ou melhorar o desempenho da respectiva unidade. Esses documentos serão discutidos em nível setorial gerando novas propostas que subsidiarão um relatório final a ser encaminhado às instâncias decisórias para ações pertinentes.

9. INFRAESTRUTURA FÍSICA E INSTALAÇÕES ACADÊMICAS

9.1. Infraestrutura Física

A infraestrutura física está apresentada em forma descritiva ao invés de tabela para melhor visualização. A infraestrutura física e instalações acadêmicas está dividida em: infraestrutura física; infraestrutura acadêmica. A infraestrutura física está dividida em salas de aula; outras áreas; áreas de uso comum e administração.

9.2. Localização

São 3 Prédios com aproximadamente 10.000 metros quadrados, localizado à Rua Madame Schimidt, 90, – Nossa Senhora de Fátima.

9.3. Instalações específicas

Instalações Administrativas

A Faculdade São Lourenço possui três blocos construídos, cada qual com quatro pisos. O setor administrativo está equipado com mobiliário e infraestrutura tecnológica adequadas. As

seguintes dependências integram a administração: sala de Professores; salas de Coordenadores; Secretaria/Registros Acadêmicos/Atendimento; Tesouraria e sanitários masculino e feminino.

Salas de aula

A IES possui 47 salas de aula. Todas as salas com perfeitas condições para a prática pedagógica com excelente conforto. Todas as salas são equipadas com Datashow.

As salas de aula são amplas, arejadas com cadeiras universitárias, mesa para o professor e ventiladores perfazendo um total de área de aproximadamente 70 m², em média

Piso cerâmico, paredes com pintura clara, boas condições de iluminação natural, iluminação artificial com lâmpadas fluorescentes, boas condições de acústica e ventilação.

Sala de Metodologias Ativas

A IES possui uma sala específica para a utilização didático-pedagógica na modalidade de “aula invertida”, ou seja, no inovador processo de ensino e aprendizagem de Metodologia Ativa, com capacidade para 60 pessoas.

Laboratórios de Informática

A IES possui 4 laboratórios de informática disponível aos alunos, equipado com 25 computadores e 01 laboratório com 40 computadores, conectados à internet e com rede “wifi” disponível para os alunos que utilizam seus próprios *notebooks*.

Biblioteca

A biblioteca possui o acervo necessário com livre acesso a toda a comunidade acadêmica. Possui ainda mesas para estudos e computadores disponíveis com livre acesso.

Sala de estudos

A IES possui, junto à biblioteca, sala de estudos com cabines individuais e local adequado para estudos em grupos.

Gabinetes para os docentes de Tempo Integral

Os docentes de tempo integral possuem gabinete próprio de trabalho em condições adequadas às suas atividades.

As salas destinadas aos professores em tempo integral oferecem gabinetes de trabalho equipados com computadores conectados à internet. Tais locais possuem dimensão e conforto

compatíveis para desenvolvimento das atividades, além de iluminação e ventilação natural e artificial.

A equipe de limpeza executa sua tarefa, nestes locais, nos períodos matutino, vespertino e noturno ou quando necessário, para manutenção do estado de conservação e limpeza. Todos são mobiliados com mesas, cadeiras e arquivos de aço, para uso exclusivo dos docentes.

Toda a manutenção (preventiva ou corretiva) é permanentemente efetuada pela equipe de manutenção (predial e de TI). A manutenção preventiva é programada segundo uma planilha de agendamento e a manutenção corretiva quando necessária, é imediata.

Sala de Professores

A Faculdade São Lourenço possui sala específica para os professores e de reuniões, com dimensão de 51m² e dois banheiros que totalizam 6m². Com sofá, mesa e cadeiras, encontra-se plenamente adequada à sua finalidade. A sala possui iluminação natural (janelas) e iluminação artificial (lâmpadas fluorescentes), além de ventilação artificial (ventilador de parede) e ventilação natural (janelas).

A equipe de limpeza, nos períodos da manhã, tarde e noite, mantém o estado de conservação e limpeza. A construção é em alvenaria, o que proporciona um ambiente confortável e com a comodidade necessária.

A sala está permanentemente conectada à internet, o que permite aos docentes a utilização de seus próprios aparelhos de TIC, além de computadores instalados para seu uso. Nesta sala encontra-se também um quadro de avisos, uma bancada para café e água e bebedouro.

Área de convivência e Cantina

A IES possui adequado e confortável espaço de convivência e Cantina.

Quadra

Junto à área de convivência com livre acesso e utilização por toda a comunidade acadêmica.

Auditório

O auditório da Faculdade São Lourenço possui 305m² e capacidade para 275 pessoas e é colocado à disposição da comunidade acadêmica e da sociedade de modo geral; localizado no pavimento térreo do prédio, mantém padrão de qualidade permitindo a distribuição da acústica e a climatização ambiente visto que munido de ar-condicionado. Possui, ainda, dois banheiros que totalizam 6 m².

9.4. Infraestrutura acadêmica

Laboratórios específicos

Laboratório de Anatomia – localizado no prédio nº 02, com construção em alvenaria, piso cimentado e pintado, pintura acrílica, forro em laje, boas condições de ventilação e iluminação natural, iluminação artificial com lâmpadas fluorescentes. Ventiladores de parede. Com área total de 90m².

Laboratório de Enfermagem – O Laboratório de Práticas de Enfermagem situado no 2º piso do prédio 02, com 90m², tem por objetivo proporcionar aos discentes um aprendizado técnico-científico de forma dinâmica, progressiva e participativa, capacitando-os a desenvolver ações que visam à assistência integral ao ser humano. Conta com o apoio dos professores, com carga horária para atendimento aos discentes.

Laboratório Multidisciplinar - localizado no prédio nº 01, com construção em alvenaria, piso cimentado e pintado, pintura acrílica, forro em laje, boas condições de ventilação e iluminação natural, iluminação artificial com lâmpadas fluorescentes. Ventiladores de parede. Instalado numa área de 120 m²

Equipamentos: o laboratório contém bancadas de trabalho azulejadas, armários em madeira, chuveiro de segurança com lava-olhos, capela e todos os equipamentos e materiais específicos.

Laboratório Dança/Ginástica/Lutas – localizado no prédio nº 01 em sala com 90M². Construção em alvenaria, piso cimentado e pintado, pintura acrílica, forro com material termoacústico, boas condições de ventilação e iluminação natural; iluminação artificial com lâmpadas fluorescentes. Ventilador de parede.

Laboratório de Medidas e Avaliação – localizado no prédio nº 2, instalado numa área de 60 m². Piso cimentado e pintado, pintura acrílica, forro em material termo acústico, boas condições de ventilação e iluminação natural, iluminação artificial com lâmpadas fluorescentes.

Equipamentos: contém equipamentos e materiais diversos como aparelho de medida de flexibilidade, aparelho de medida de impulsão vertical, esfigmomanômetros, estetoscópios, frequencímetros, balança, estadiômetro, adipômetros, fitas métricas, manguitos, e outros.

Laboratório de Nutrição (Técnica e Dietética) – localizado no prédio nº3, em sala de 120m².

Construção em alvenaria, piso em cerâmica, paredes azulejadas, boas condições de ventilação e iluminação natural, iluminação artificial com lâmpadas fluorescentes.

Equipamentos: contém equipamentos e materiais diversos como fogão, pia, balcão móvel, bar, mesa para manipulação de alimentos, forno etc.

Laboratório de Psicologia – Sala de Espelhos - O Laboratório conta com material de alta tecnologia para que o aluno possa realizar as observações durante as aulas práticas de várias disciplinas. Utiliza um espaço privilegiado, de sala de espelho, onde o ensino ocorre em tempo real.

Núcleo de Práticas Jurídicas - Construção em alvenaria, piso de material plástico especial, pintura acrílica, forro em material termoacústico, perfeitas condições de ventilação e iluminação natural, iluminação artificial com lâmpadas fluorescentes. Ventiladores de parede. Parte interna em divisórias termoacústicas e alvenaria, contendo: Tribunal do Júri, Sala do Juiz, Sala de Audiências, Sala da Promotoria, Sala OAB, Sala Oficial de Justiça, Sala Testemunhas, Sala de Espera, Laboratório de Informática específico do NPJ, Salas de Atendimento à população, Saguão de Espera, Secretária Civil, e ampla área de circulação.

Laboratório de Estética – local desenvolvido para as práticas didático pedagógicas abrangendo atividades de ensino através do desenvolvimento da Prática Profissional Supervisionada (Estágio Obrigatório), atividades de Pesquisa através de investigações realizadas para Trabalhos de Conclusão de Curso e Extensão no que concerne atendimento à Comunidade. O Laboratório possui infraestrutura adequada às competências profissionais do Tecnólogo em Cosmetologia e Estética abrangendo as áreas de Estética Facial e Corporal, Terapias Complementares, Anexos Cutâneos, Cabelos, Maquiagem e Gestão. Todos os procedimentos realizados são fundamentados nos POP'S (Procedimento Operacional Padrão) registrados no Manual de Biossegurança do Laboratório de Estética e Cosmética.

Laboratório de Biologia - Localizado no prédio nº 1, instalado numa área de 60 m², o laboratório abriga as atividades práticas de Fisiologia Humana e Microscopia, Embriologia, Citologia e Histologia, Microbiologia, com piso cimentado e pintado, pintura acrílica, forro em material termoacústico, boas condições de ventilação e iluminação natural, iluminação artificial com lâmpadas fluorescentes. Equipamentos: o laboratório contém bancadas de trabalho em pedra ardósia com cubas em inox, capela, chuveiro de segurança com lava-olhos e todos os equipamentos e materiais específicos.

Brinquedoteca

Sua utilização é permitida apenas nos seguintes casos:

Atividades práticas em aulas de graduação, pós-graduação ou cursos de extensão. Nesses casos, as práticas realizadas por discentes devem ser acompanhadas, em tempo integral, pelos docentes designados para a disciplina específica da atividade proposta;

Períodos fora do horário de aulas. Apenas com autorização por escrito do coordenador do curso. Nesse caso, um dos utilizadores do espaço deve se responsabilizar por escrito pela manutenção da ordem e de conservação de espaços e materiais.

Eventos específicos. Uso mediante autorização do coordenador de curso e elaboração de projeto nas normas próprias do Grupo UNISEPE, justificando a necessidade de utilização, processos e responsável pela manutenção da ordem e conservação de espaços e materiais.

Os docentes e discentes ao utilizarem a brinquedoteca devem ter consciência dos objetivos do espaço utilizado, construindo ações de cunho pedagógico e formativo. A fragilidade de muitos dos materiais disponíveis solicita cuidado em seu manuseio.

Os materiais para serem utilizados na brinquedoteca ficam disponíveis dentro do próprio laboratório, não sendo permitido a retirada de materiais do local, com exceção de quando justificado e autorizado pelo coordenador de curso.

Após a utilização do espaço todos os objetos devem ser devolvidos para o mesmo local de início.

As chaves da brinquedoteca devem permanecer em poder da secretaria e/ou técnico de laboratório, devendo ser retiradas com eles no início das atividades e devolvidas no final delas. O nome do solicitante é anotado juntamente com o horário de retirada das chaves e posteriormente, no horário de devolução.

Importante frisar que todas as instalações administrativas atendem às necessidades institucionais, considerando a sua adequação às atividades, a guarda, manutenção e disponibilização de documentação acadêmica e a acessibilidade. Todos os espaços possuem avaliação periódica dos espaços, o gerenciamento da manutenção patrimonial com existência de recursos tecnológicos diferenciados para os alunos.

9.5. Atendimento a Alunos com Deficiência

9.5.1. Atendimento para Acessibilidade Arquitetônica

A topografia acidentada que caracteriza toda a região urbana de São Lourenço dificulta, mas não impede que a Instituição cumpra os preceitos legais. Assim foi privilegiada a construção de rampas e áreas de circulação amplas.

Existem sanitários especialmente construídos para uso por pessoas com necessidades especiais com portas de dimensões apropriadas, vasos mais elevados, barras de apoio

laterais, pisos antiderrapante, pia adaptada. Pisos táteis estão adequadamente colocados, placas em braile sinalizam as instalações e alarmes sonoros estão adequadamente instalados nos sanitários. Caso ingressem nos cursos, pessoas deficientes visuais / auditivos a Instituição se compromete a proporcionar apoio especial até a conclusão do curso, visto possuir em seu quadro docente profissionais qualificados em LIBRAS e Braille.

Para maior comodidade, quando ingressa algum cadeirante ou pessoas com dificuldade de locomoção a turma deste aluno é alocada em sala de aula próxima a locais adequadamente reservados para acesso, tornando a sua locomoção perfeitamente viável.

9.5.2. Atendimento para a Acessibilidade nas Comunicações, Pedagógica e Atitudinal

A IES dispensa de atendimento prioritário, que envolve tratamento diferenciado e atendimento imediato às pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida, com assistência da coordenação do Programa de Acessibilidade ao Deficiente (PROAD).

A instituição coloca à disposição de professores, alunos, servidores e empregados portadores de deficiência ou com mobilidade reduzida ajudas técnicas que permitem o acesso às atividades escolares e administrativas em igualdade de condições com as demais pessoas.

O Instituto Superior de Educação (ISE) procura aplicar as normas sobre o tratamento a ser dispensado a professores, alunos, servidores e empregados portadores de deficiência, com o objetivo de coibir e reprimir qualquer tipo de discriminação, bem como as respectivas sanções pelo descumprimento dessas normas.

A instituição oferece atendimento educacional especializado de forma institucionalizada por meio da Coordenadoria do Programa de Apoio Discente (PAD), apresentando um compromisso formal de, no caso de vir a ser solicitada e até que o aluno com deficiência visual conclua o curso mantendo uma sala de apoio equipada.

A IES apresenta compromisso formal de, no caso de vir a ser solicitada e até que o aluno com deficiência auditiva conclua o curso, a necessidade de propiciar intérprete de língua de sinais/língua portuguesa, especialmente quando da realização e revisão de provas; e a dotação de flexibilidade na correção das provas escritas; além de estimular o aprendizado da língua portuguesa e de proporcionar aos professores acesso à literatura e informações sobre a especificidade linguística do aluno com deficiência auditiva.

A Coordenadoria do Programa de Apoio ao Discente (PAD) cuida para que sejam atendidos os princípios da Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista, aceitando a matrícula deste aluno, bem como incentiva a formação e a capacitação de profissionais especializados no atendimento à pessoa com

transtorno do espectro autista, a pais e responsáveis, e/ou estimula a pesquisa científica relativa ao tema.

9.6. Biblioteca

A Biblioteca foi planejada para disponibilizar a comunidade acadêmica uma infraestrutura facilitadora das atividades de consulta, pesquisa e estudo individual ou em grupo. Para tal, foi projetada em ambiente agradável, inteiramente em acordo com as normas de segurança, dispondo de iluminação e instalações adequadas e devidamente sinalizadas, além de um constante serviço de limpeza e segurança. Possui acesso próprio a PNEs.

9.6.1. Espaço Físico

A biblioteca da Faculdade de São Lourenço, localizada no Prédio 2. A Biblioteca conta com uma área de 563,84 m², dividida em Sala de Bibliotecário com 10,5 m², Área de Recepção, Área de Lazer, Área de Leitura com 22 mesas quadradas para 4 pessoas, 3 mesas redondas para 6 pessoas, Área de Acervo, Salas de Estudos em Grupo, Cabines de Estudos Individuais, Sanitários, inclusive com adaptação para PNEs, Cabines para Internet e armários que abrigam materiais dos usuários. A biblioteca, em todo o seu complexo, possui áreas reservadas para acervo bibliográfico, videoteca, cdteca, pesquisas e restauração dos livros.

9.6.2. Funcionamento

A Biblioteca da Faculdade de São Lourenço, atende professores, funcionários, alunos, ex-alunos e a comunidade são-lourenciana, funcionando de segunda à sexta-feira das 13:00 às 22:00 horas.

Bibliotecária Responsável: Fernanda Pereira de Castro - CRB6/2175

9.6.3. Instalações para Estudos Individuais

Dentro da biblioteca existem as salas de estudos em grupo ou individual, num total de 07 (sete) salas, com medidas variáveis e se destinam para os alunos poderem utilizar para o desenvolvimento de estudos de maneira reservada. Além disso, existe a disposição dos alunos um equipamento de televisão com videocassete para que possam utilizar-se das fitas disponíveis na videoteca.

9.6.4. Instalações para Estudos Coletivos

Dentro da biblioteca existem as salas de estudos em grupo ou individual, num total de 07 (sete) salas, com medidas variáveis e se destinam para os alunos poderem utilizar para o desenvolvimento de estudos de maneira reservada. Além disso, existe a disposição dos alunos um equipamento de televisão com videocassete para que possam utilizar-se das fitas disponíveis na videoteca.

9.6.5. Acervo

O acervo bibliográfico conta com mais de 27 (vinte e sete) mil exemplares nas áreas dos cursos ministrados pela Faculdade de São Lourenço. A atualização do acervo, é sistemática e permanente. A principal fonte de indicação para a atualização vem do corpo docente da faculdade e a outra forma é através dos alunos. A quantidade de exemplares varia de acordo com a necessidade de cada um dos cursos oferecidos, mantendo-se o exigido pelo instrumento de avaliação de curso em vigor em seu conceito satisfatório para o indicador.

A videoteca possui mais de 1.000 fitas voltadas para os cursos ministrados, e das palestras e cursos extracurriculares realizados pela Faculdade. Além da videoteca, a instituição possui uma cdteca destinada à guarda dos cdrooms utilizados pelos alunos para consulta. Atualmente conta com mais de 700 cdrooms e/ou disquetes das diversas áreas de atuação da Faculdade.

O Acervo Bibliográfico já existente encontra-se distribuído em 90 estantes de aço, distribuído por assunto, em local próprio, catalogado segundo o Sistema de Classificação Decimal de Dewey, que o divide em grandes áreas. A catalogação utiliza normas internacionais.

O constante avanço do conhecimento nas diversas áreas do saber faz com que exista uma política de atualização e incremento da Biblioteca bastante séria e eficiente que garanta o dinamismo do planejamento acadêmico.

Para tanto, a Instituição utiliza um sistema em que os Coordenadores de cada curso por meio de formulário próprio, encaminham as solicitações, tanto dos professores quanto dos alunos, explicitando a importância e urgência da aquisição.

Para facilitar as indicações são colocados à disposição da comunidade acadêmica, catálogos de lançamentos das diferentes editoras, bem como periódicos especializados.

Nesta etapa, a Bibliotecária também possui uma função bastante importante. Faz suas sugestões tendo como base o índice de procura e interesse dos professores e alunos em relação à determinada obra.

Além das sugestões que podem ser feitas durante todo o ano, são adquiridos em sua totalidade os títulos indicados na bibliografia básica de cada curso.

Os títulos indicados na bibliografia básica (mínimo de três títulos) no Projeto Pedagógico do Curso atendem aos programas das disciplinas do curso, em quantidade suficiente, e está informatizado, atualizado e tombado junto ao patrimônio da IES.

Os títulos da bibliografia complementar que constam no Projeto pedagógico do Curso atendem suficientemente aos programas das disciplinas, com pelo menos dois exemplares de cada título.

A Biblioteca conta também com Acervo Virtual com acesso pelo portal acadêmico.

9.6.6. Livros

Discrimina-se no quadro abaixo o acervo da biblioteca por área de conhecimento, tomando como base a Classificação Decimal de Dewey – CDD

LIVROS

Área do Conhecimento	Títulos	Exemplares
Ciências Exatas e da Terra	742	2180
Ciências Biológicas	159	492
Engenharias	24	53
Ciências da Saúde	903	2852
Ciências Agrárias	17	49
Ciências Sociais Aplicadas	5731	13825
Ciências Humanas	2854	5224
Linguística, Letras e Artes	1723	2466
TOTAL	12154	27142

VÍDEO

Áreas de Conhecimento	N.º Títulos	N.º Exemplares
Ciências Exatas e da Terra	118	118
Ciências Biológicas	103	103
Engenharias	-	-
Ciências da Saúde	46	46
Ciências Agrárias	-	-
Ciências Sociais Aplicadas	314	314

Ciências Humanas	332	332
Linguística, Letras e Artes	92	92
Total	1.005	1.005

DVD'S

Áreas de Conhecimento	N.º Títulos	N.º Exemplares
Ciências Exatas e da Terra	-	-
Ciências Biológicas	-	-
Engenharias	-	-
Ciências da Saúde	34	34
Ciências Agrárias	-	-
Ciências Sociais Aplicadas	11	11
Ciências Humanas	02	02
Linguística, Letras e Artes	-	-
Total	47	47

CD-ROM

Áreas de Conhecimento	N.º Títulos	N.º Exemplares
Ciências Exatas e da Terra	64	127
Ciências Biológicas	06	38
Engenharias	-	-
Ciências da Saúde	06	24
Ciências Agrárias	-	-
Ciências Sociais Aplicadas	42	84
Ciências Humanas	49	464
Linguística, Letras e Artes	25	31
Total	192	768

9.6.7. Informatização

A área destinada à pesquisa possui 20 (vinte) computadores com acesso à Internet, salas de áudio e vídeo, cabines individuais de estudo e dois terminais de consultas. O sistema de reserva de livros também foi informatizado, permitindo que alunos e professores façam, diretamente nos terminais, suas consultas e reservas. O serviço garante agilidade e reduz o tempo de espera.

9.6.8. Base de Dados

Totalmente informatizada de acordo com as normas de catalogação AACR2 e a Classificação Decimal Dewey. Sistema utilizado pela Biblioteca é o Pergamum.

9.6.9. Política de Expansão e Atualização do Acervo

A Biblioteca da Faculdade de São Lourenço, tem sua Política de Expansão e Atualização do Acervo da Biblioteca, onde define como deve ser os critérios de aquisição, manutenção e atualização das coleções de livros, periódicos e demais materiais, em qualquer suporte (papel, meio magnético ou eletrônico) por meio de compra, permuta e recebimento de doações, de acordo com o orçamento disponibilizado pela Faculdade ao setor da Biblioteca. Atendendo à critérios específicos dos órgãos regulamentadores de educação ao nível nacional. Tem regulamento próprio.

9.6.10. Plano de Contingência

O Plano de contingência da Biblioteca Faculdade de São Lourenço, visa elencar os parâmetros que balizarão os procedimentos para a Bibliotecária da faculdade e para garantir a continuidade dos serviços aos usuários em casos imprevistos. São previstos o crescimento da demanda, os casos de emergência, bem como assegurar a acessibilidade e a segurança. Possui regulamento próprio.

9.6.11. Repositório Institucional

O Repositório Institucional (RI) da Faculdade de São Lourenço (FSL) tem como missão: armazenar, preservar, divulgar e oferecer acesso à produção científica e institucional da FSL tem por objetivo disseminar e possibilitar o acesso aberto, à produção científica, acadêmica, artística, técnica e administrativa da Faculdade.

É um conjunto de serviços oferecidos pela Biblioteca da Faculdade de São Lourenço para a gestão e disseminação da produção científica da Faculdade de São Lourenço, em conjunto com a coordenação do curso e o Setor de Tecnologia da Informação que fica disponibilizada na página da Biblioteca no site da Faculdade de São Lourenço.

9.7. Sala(s) de Apoio de Informática ou Infraestrutura Equivalente

9.7.1. Inovações Tecnológicas significativas e Recursos de Tecnologias de Informação e Comunicação

As tecnologias utilizadas permitem a segurança e execução do PDI, disponibiliza-se de sistemas para integrações entre acadêmicos e administrativos, que garantem comunicação garantido a acessibilidade comunicacional entre a comunidade acadêmica e administrativa com soluções inovadoras, garantindo segurança e estabilidade.

A infraestrutura tecnológica da FSL busca seguir os padrões e normas de qualidade estabelecidos no mercado e que são requisitos para o bom funcionamento de uma estrutura corporativa de Tecnologia da Informação - TI. Em relação à segurança lógica, utiliza mecanismos de proteção de acesso a dados. A segmentação da rede local é feita por VLANs (Virtual Lans), permitindo uma estrutura de segurança em zonas, de forma que cada zona permita o acesso às informações necessárias e suficientes aos usuários daquela VLAN. A interligação entre todos os prédios são feitas através de fibras óticas os computadores segue uma imagem que conta sempre com os pacotes de software mais atualizados, como antivírus e ferramentas de produtividade. Os acessos e senhas com o identificador institucional autentica o usuário e possibilita o acesso aos sistemas e serviços, de acordo com seus direitos de acesso.

POLÍTICA DE SEGURANÇA E PRIVACIDADE DOS DADOS

Política de Segurança

A segurança é um dos assuntos mais importantes dentre as preocupações da UNIÃO DAS INSTITUIÇÕES DE SERVIÇOS, ENSINO E PESQUISA - UNISEPE.

Temos nesse documento um conjunto de instruções e procedimentos para normatizar e melhorar nossa visão e atuação em segurança.

A Informação é um ativo que, como qualquer outro importante para os negócios, tem um valor para a FSL e conseqüentemente necessita ser adequadamente protegida. A informação pode existir de diversas formas. Ela pode ser impressa ou escrita em papel, armazenada eletronicamente, transmitida pelo correio ou através de meios eletrônicos, mostrada em filmes ou falada em conversas. Seja qual for a forma pela qual a mesma é apresentada, transmitida, armazenada ou compartilhada, é recomendado que a mesma seja protegida adequadamente.

A Segurança da Informação protege a Informação de diversas ameaças para garantir a continuidade dos negócios, a integridade e a disponibilidade da mesma.

Política de Segurança são normas internas padronizadas pela empresa que devem ser seguidas à risca para que todas as possíveis ameaças sejam minimizadas e combatidas eficientemente pela equipe de segurança.

Todas as normas estabelecidas neste documento deverão ser cumpridas por todos os funcionários, parceiros e prestadores de serviços da FSL. Ao receber essa cópia da Política de Segurança, você comprometeu-se a respeitar todos os tópicos aqui abordados e está ciente de que seus e-mails e navegação na internet/intranet podem estar sendo monitorados. A equipe de informática encontra-se a total disposição para saneamento de dúvidas e auxílio técnico.

Política de Privacidade

A política de privacidade demonstra o compromisso entre a instituição com a segurança de informações coletadas dos discentes e todos os interessados em informações relativas à nossa entidade mantenedora e suas respectivas mantidas. Esta política fornece informações, como a Unisepe e suas mantidas, coletam e tratam suas informações, recomendamos que a visite a nossa política, pois a mesma estará sujeita a alterações e atualizações sem prévio aviso, respeitando sempre todas as leis e regulamentos cabíveis.

Em conformidade com Lei Geral de Proteção de Dados (Lei nº 13.709/2018):

A UNISEPE e suas mantidas, (aqui compreendida por todas as empresas pertencentes ao seu grupo econômico), tem o compromisso de respeitar e garantir a privacidade e a proteção dos dados pessoais dos titulares e por isso, declara que o tratamento de dados pessoais se dá para o desempenho de suas atividades legais, observando a legislação aplicável sobre segurança da informação, privacidade e proteção de dados e demais normas setoriais ou gerais sobre o tema.

A FSL conta com estrutura de nobreak em seus servidores e departamentos críticos para manter o atendimento durante picos e quedas de Energia garantindo a contingência dos serviços.

A base tecnológica explicitada no PDI apresenta a descrição dos recursos tecnológicos disponíveis e considera a capacidade e a estabilidade da energia elétrica, a rede lógica, o acordo do nível de serviço considerado no plano de contingência, a segurança da informação. A Equipe responsável pela infraestrutura tecnológica ainda possui um plano de contingência e política de backup, que sempre garanta o funcionamento 24 horas por dia, 7 dias por semana de toda a infraestrutura tecnológica.

9.7.1.1. O Ambiente Virtual

A plataforma Moodle é utilizada como ambiente virtual de aprendizagem (AVA) ou sistema de gerenciamento da aprendizagem (Learning Management System - LMS) software

de imenso sucesso dentro do ensino a distância, uma das ferramentas mais utilizadas no setor, conta atualmente com mais de 277 milhões de usuários.

Nossos alunos usam a plataforma de aprendizagem que possui diversas funcionalidades possibilitando o desenvolvimento dos recursos pedagógico. Entre eles alguns a serem evidenciados:

- Atividades - textos; videoaulas;
- Recursos audiovisuais a partir das atividades;
- Grupos de discussão;
- Fórum de atividades;
- Chat;
- Lição avaliativo (QUIZ)
- Tarefas (envio de documentos)
- Lives (síncronas / assíncronas)
- Vídeo aulas

Todas essas funcionalidades são fundamentais para o processo de ensino aprendizagem dos alunos;

9.7.1.2. Inovação com Integração de Tecnologias

Com a necessidade de diminuir a distância no ensino o AVA foi integrado com a plataforma BigBlueButton (BBB) possibilitando a comunicação entre alunos, professores, coordenadores e tutores dentro do ambiente, além dos conteúdos acadêmicos disponibilizados, o sistema permite aulas / lives remotas, aulas síncronas e assíncronas encurtando a distância entre aluno e professor. As tecnologias permitem acompanhamento simultâneo com maior interação e também flexibilidade em casos que há dependência de internet.

Integração com Sistemas = Todo sistema da FSL possui integração acadêmica, financeiro, biblioteca, acessos de segurança e ambiente virtual, minimizando erros, facilitando a tomada de decisão gerando maior segurança para operação dos departamentos, docentes e discentes.

As integrações permitem que alunos e responsáveis façam todas tratativas online acompanhando a situação acadêmica e financeira através de portal próprio com login único.

Mobilidade no Acesso Acadêmico e AVA = através recursos mobile (móveis) disponíveis no portal, permitindo maior experiência e integração com os alunos mesmo em dispositivos móveis, entre as funcionalidades estão disponíveis acesso a Secretaria Virtual, Portal (AVA) Ouvidoria, Financeiro, Notas, Históricos, Matrícula, Rematrícula.

Com essas funcionalidades o aluno tem maior agilidade para solicitação de documentos, comunicação, emissão de boletos, pagamento em cartão, extratos, acesso a notas acadêmicas e plano de ensino.

Também está disponível aplicativo Mobile (Android/IOS) que permite o aluno navegar por algumas tarefas como: emissão de boleto, extrato financeiro, boletim de notas, históricos de notas, acesso ao Ambiente Virtual de Aprendizagem AVA e envio e acompanhamento de ouvidorias.

O AVA está integrado com o sistema acadêmico atendendo aos processos de ensino-aprendizagem, conforme disposto nas políticas institucionais para educação a distância estabelecidas pela IES, sempre garantindo a interação entre docentes, discentes e tutores, com adoção de recursos inovadores que são gerenciados pela equipe de Tecnologia.

9.7.1.3. Integração com Sistemas

Todo sistema da FSL possui integração acadêmica, financeiro, biblioteca, acessos de segurança e ambiente virtual, minimizando erros, facilitando a tomada de decisão gerando maior segurança para operação dos departamentos, docentes e discentes.

As integrações permitem que alunos e responsáveis façam todas tratativas online acompanhando a situação acadêmica e financeira através de portal próprio.

9.7.1.4. Mobilidade no Acesso Acadêmico e AVA

Mobilidade para acesso através recursos mobile (móveis) disponíveis no portal, permitindo maior experiência e integração com os alunos mesmo em dispositivos móveis, entre as funcionalidades estão disponíveis acesso a Secretaria Virtual, Portal (AVA) Ouvidoria, Financeiro, Notas, Históricos, Matrícula, Rematrícula.

Com essas funcionalidades o aluno tem maior agilidade para solicitação de documentos, comunicação, emissão de boletos, pagamento em cartão, extratos, acesso a notas acadêmicas e plano de ensino.

9.7.2. Rede Administrativa

A Rede de computadores da FSL é formada através da rede LAN interligando nosso Datacenter interno através de fibra ótica entre os prédios administrativos e a biblioteca

utilizando da topologia estrela, as autenticações são todas controladas através de usuários únicos para segurança da rede com servidores de autenticação Primary Domain Controller (PDC).

O Datacenter interno está localizado no prédio administrativo onde saem os UPLINKS de interligações com os departamentos administrativos, este departamento hospeda aplicações para gerenciamento administrativo e acadêmico da instituição através de servidores firewall, domínio PDC, DHCP e WiFi, sistema de backup, roteadores, switch, nobreak e sistema de climatização.

Sistemas Externos, utiliza-se de sistemas de gerenciamento acadêmico e administrativo hospedados em datacenter com suporte e monitoramento 24x7 e SLA de 99,5% de disponibilidade, portal para acessos de alunos utilizando o Moodle para atividades acadêmicas (AVA), Totvs Microsiga Protheus e Sistemas de Gerenciamento Acadêmico e Financeiro desenvolvido pelo Grupo Unisepe, Sistema para controle de patrimônio de ativos para informática.

Seção de apoio interno, é responsável pelo suporte interno de alunos, professores e funcionários além de fazer o gerenciamento do inventário de software e hardware do campus e polos através de sistemas para recuperação de informações automáticas.

Seção de apoio externo localizado no centro de São Paulo onde possui um dos datacenters, é responsável por atender os funcionários e sistemas do Campus e polos, implantação, homologação e desenvolvimento tecnológico.

Sistemas Externos

Utiliza-se de sistemas de gerenciamento acadêmico e administrativo hospedados em Data Center com SLA de 99,5% de disponibilidade, portal para acessos de alunos utilizando o Moodle para atividades acadêmicas (AVA), Totvs Microsiga e Protheus para gestão de pessoas e controle de contas a pagar e o SIGE desenvolvido pelo Grupo Unisepe para gestão acadêmica e Financeira do corpo discente.

Seção de Apoio Interno

É responsável pelo suporte interno de alunos, professores e funcionários além de fazer o gerenciamento do Inventário de Software e Hardware do Campus e polos.

Seção de Apoio Externo

Localizado no Centro de São Paulo onde possui um dos Data Centers, é responsável por atender os funcionários e sistemas do Campus.

9.7.3. Rede Acadêmica

A Rede Acadêmica da FSL é formada através da rede LAN interligando nosso datacenter interno através de fibra ótica entre os prédios e a biblioteca através da topologia estrela assim como nossos polos que são gerenciados em sua rede local.

Terminais para alunos são disponibilizados nas dependências da biblioteca com acesso à internet para fins acadêmicos.

Rede Wifi é disponibilizado para acesso à internet através de aceite on-line do termo de responsabilidade utilizando usuário e senha própria do portal, os alunos podem utilizar recursos tecnológicos nas dependências da IES.

Rede Wifi para uso exclusivo de docentes nos laboratórios de práticas acadêmicas disponibilizado para acesso à internet e utilização de recursos tecnológicos nas dependências da IES.

A IES possui 5 laboratórios de informática, com um total de 110 computadores conectados a internet e com os recursos necessários.

Durante todo o dia e noite (até as 22:30), todos os computadores estão disponíveis aos alunos. Durante todo o tempo, o aluno, usuário, possui um técnico responsável a sua disposição, para atendê-lo nos laboratórios.

O Técnico responsável pelos laboratórios tem a função e competência para, além do atendimento constante aos alunos, tratar contínua e periodicamente, da manutenção e atualização dos hardwares e softwares necessários para atender com excelência e qualidade as demandas do curso.

Além da disponibilidade dos computadores citados acima, na Biblioteca, os alunos possuem ainda 20 computadores (em cabines individuais), conectados à internet, disponíveis no período da tarde e noite.

Todos os laboratórios possuem condições de uso e acessibilidade adequadas aos portadores de necessidades especiais.

Sistema acadêmico hospedados em datacenter com suporte e monitoramento 24x7 e SLA de 99,5% de disponibilidade, utilizando login próprio o discente ou docente pode realizar acompanhamento/digitação de frequências, notas, conteúdo da disciplina, abertura de ouvidoria, solicitação de serviços (Secretaria Virtual), impressão de boletos on-line, acordo de débitos, rematrícula (on-line), fóruns de discussão por disciplinas entre outras funcionalidades oferecidas através do portal (AVA).

Sistema de atendimento automatizado monitorado através de relatórios por tipos de atendimento (FIES, PROUNI, ACORDO entre outros).

Sistema de solicitações on-line, permite que discentes façam solicitações eletronicamente, sem a necessidade de comparecimento presencial, o sistema permite o envio

de documentos caso a solicitação exija, emite boleto em serviços necessários, permite acompanhamento no portal do aluno e envia e-mail a cada alteração de status do serviço.

9.8. Recursos Audiovisuais e Multimídia

Todas as salas com Projetores e equipamentos multimídia; Câmeras de monitoramento ao entorno da faculdade; Controle de acesso com catracas informatizadas.

9.9. Manutenção, Conservação e Expansão dos Equipamentos

O Departamento de Tecnologia da Informação da FSL possui uma equipe de técnicos. Essa equipe é responsável por manter a infraestrutura de Tecnologia da Informação em condições perfeitas de uso, oferecendo serviços de suporte, manutenção preventiva e corretiva. O Departamento de Tecnologia da Informação IES planeja e executa um cronograma de manutenção preventiva semestralmente em todos os equipamentos de Tecnologia da Informação da Instituição de acordo com a necessidade. As manutenções corretivas são realizadas através das ocorrências identificadas pelo corpo administrativo, discente ou docente. O suporte e manutenção dos equipamentos obedecem ao seguinte Programa de Manutenção:

Manutenção Preventiva: Realizadas semanalmente nos Laboratórios de Informática pelos técnicos FSL, onde é realizada a verificação das conexões e estado geral dos equipamentos;

Manutenção Corretiva (interna): Realizadas pelos técnicos FSL, consiste na solução dos problemas detectados na manutenção preventiva ou identificadas pelo corpo administrativo, discente ou docente;

Manutenção Corretiva (externa): Realizada por empresa de suporte externa, consiste na solução dos problemas detectados na manutenção preventiva, não solucionados pela manutenção corretiva interna. Realiza manutenção e/ou troca de componentes. As manutenções externas são realizadas por empresas contratadas pelo Departamento de Tecnologia da Informação da FSL.

Desta forma, garantimos que a infraestrutura de execução e suporte atende às necessidades institucionais, considerando a disponibilidade de serviços e meios apropriados para sua oferta, possuímos um plano de contingência, redundância e expansão adequados a demandas da IES.

9.9.1. Plano de expansão e atualização de equipamentos

O campus FSL dispõe atualmente de duas infraestruturas de Tecnologia da Informação com redes de computadores sendo elas acadêmica e administrativa entre impressoras e outros periféricos de comunicação.

Para manter este parque tecnológico a Instituição conta com um Departamento de Tecnologia da Informação. Estes são responsáveis pela manutenção preventiva e corretiva dessa infraestrutura com corpo técnico especializado.

A política de expansão, atualizações e manutenções de equipamentos de Tecnologia da Informação visa garantir aos cursos de graduação, pós-graduação e extensão da FSL a infraestrutura de tecnologia adequada para seu melhor funcionamento. O programa de atualização, oferece acesso à tecnologia de softwares atuais disponíveis no mercado de acordo com a necessidade acadêmica do corpo docente. Toda programação financeira para ações de expansão e atualização está contemplado no orçamento.

9.10. Recursos Tecnológicos de Comunicação Institucional

A FSL possui seus ativos de tecnologia interligados através da rede mundial de comunicação (Internet), estão disponíveis para o desenvolvimento de suas atividades, enfatiza a melhoria da qualidade dos processos e serviços baseados em tecnologias, conforme os seguintes objetivos estratégicos:

- a) Melhorar continuamente a prestação de serviços eletrônicos à sociedade;
- b) Automatizar processos organizacionais relativos às atividades acadêmicas e administrativas;
- c) Apoiar a comunicação organizacional;
- d) Atender às demandas institucionais e da sociedade, com qualidade, custos e prazos adequados;
- e) Adotar padrões tecnológicos eletrônicos;
- f) Dar suporte tecnológico à política de transparência de informação;
- g) Instituir a política de segurança da informação e da comunicação;
- h) Promover a sustentabilidade ambiental na TIC;
- i) Aprimorar a gestão de processos de TIC;
- j) Garantir infraestrutura adequada para os serviços de TIC;
- k) Desenvolver competências técnicas e de gestão em TIC;
- l) Garantir a efetividade na realização dos recursos orçamentários alocados às TIC.

As tecnologias utilizadas permitem a segurança e execução do PDI, disponibiliza-se de sistemas para integrações entre acadêmicos e administrativos, que garantem comunicação garantido a acessibilidade comunicacional entre a comunidade acadêmica e administrativa com soluções inovadoras.

O portal disponibilizado ao aluno, permite que o aluno possa interagir com o setor financeiro e secretaria, além de acesso ao AVA. No portal o aluno pode fazer solicitações de serviços on-line, impressão de boletos, acessar boletim de notas, histórico de semestres anteriores, fazer acordo de débito, rematrícula, abrir ouvidorias para os setores para expor elogios, reclamações e sugestões tudo de maneira on-line.

A plataforma Moodle é utilizada como ambiente virtual de aprendizagem (AVA), integrado com a plataforma BigBlueButton (BBB) possibilita a comunicação entre alunos, professores, coordenadores e tutores dentro do AVA, além dos conteúdos acadêmicos disponibilizados, podem participar de aulas/lives remotas on-line encurtando a distância entre aluno e professor.

A Comunicação interna é realizada através de e-mails, Skype, NCI e Lives BigBlueButton (BBB). Cada departamento possui grupo de Skype e NCI para que possam se organizar no setor, quando necessário o responsável do setor faz reuniões para discutir projetos e questões pertinentes do setor utilizando a plataforma BigBlueButton aonde é aberto uma sala virtual para reunião.

O objetivo do NCI – Núcleo de Comunicação Institucional é prover a qualidade e a rápida comunicação interna e integração entre os órgãos da instituição. Utilizamos a ferramenta GLPI, um incrível software de gerenciamento de serviços baseado em tecnologias de código aberto. Ele ajuda você a planejar e gerenciar mudanças de TI de maneira fácil, resolver problemas com eficiência, automatizar e ter visão dos processos, prazos, acompanhamentos das áreas envolvidas, reincidência de problemas e histórico de toda comunicação da IES.

A ferramenta Trello permite gerenciamento e acompanhamento de equipes com projetos em andamento, facilitando a organização, acompanhamento e conclusão da equipe de Tecnologia.

Comunicações externas são realizadas através de ferramentas de redes sociais, mídias externas, telefonia e e-mail.

Avaliação e Atualização Continuada = A equipe de Tecnologia da Informação atualiza periodicamente em parceria com a comissão própria de avaliação CPA. As ações de melhoria são evidenciadas a cada período através de avaliações feitas por alunos em cada disciplina permitindo a revisão melhorias contínuas dentro do próprio período, essa avaliação permite a inclusão de metodologias inovadoras como as citadas que está em constante atualização.

Os recursos de tecnologias de informação e comunicação asseguram a execução do PDI, e viabilizam as ações acadêmico-administrativas, além de garantirem a acessibilidade comunicacional, permitindo a interatividade entre os membros da comunidade acadêmica, apresentando como uma solução tecnológica inovadora para a parte comunicacional e

informacional da IES, o sistema do Núcleo de Comunicação Institucional (NCI), gestão de atendimentos informatizado, pesquisa institucional, comunicação através de ouvidoria digital.

9.11. Avaliação e Atualização Continuada

A equipe de Tecnologia da Informação atualiza periodicamente em parceria com a comissão própria de avaliação CPA. As ações de melhoria são evidenciadas a cada período através de avaliações feitas por alunos em cada disciplina permitindo a revisão melhorias contínuas dentro do próprio período, essa avaliação permite a inclusão de metodologias inovadoras como as citadas que está em constante atualização.

ATUALIZAÇÃO DO PARQUE TECNOLÓGICO

Semestralmente são revistas todas as necessidades de atualização tecnológicas do parque de equipamentos e softwares da FSL. Estas revisões são baseadas no orçamento corporativo para investimentos. As revisões acontecem nos meses de janeiro e julho, acompanhando o início dos períodos letivos semestrais. Com seu parque tecnológico atual, atende satisfatoriamente cursos voltados na área de tecnologia da informação como Análise de Desenvolvimento de Sistemas e os demais cursos de acordo com a necessidade e disponibilidade dos laboratórios. O Plano tem como objetivo fornece diretrizes para a organização, alinhando tecnologia e planejamento e alocando de maneira estruturada os recursos orçamentários de infraestrutura tecnológica para o ensino e aprendizagem. Este plano abrange os seguintes componentes de Tecnologia da Informação:

- Infraestrutura
- Hardware
- Softwares acadêmicos
- Equipamentos de rede
- Sistemas Operacionais
- Comunicações
- Processos

EXPANSÃO DE HARDWARE E SOFTWARE

As expansões da infraestrutura de tecnologia são previstas no PDI (Plano de Desenvolvimento Institucional) da FSL. Após aprovação pela direção da instituição, a necessidade de expansão é encaminhada ao Departamento de Tecnologia da Informação do Grupo Educacional que, por sua vez, definirá as configurações de hardwares e softwares necessários, bem como o projeto de implantação, e encaminhará para o Departamento de

Compras. As solicitações de instalação de novos softwares são feitas no período de atualização do parque tecnológico ou com quinze dias de antecedência ao seu uso.

O plano de expansão e atualização de equipamentos descrito no PDI é executado, com acompanhamento baseado em metas objetivas e mensuráveis, por meio de indicadores de desempenho coletados em avaliações periódicas; e existem ações planejadas, associadas à correção do plano quando necessárias. Sistema de gerenciamento para inventário de hardware e software automático, status dos ativos agilizando o acompanhamento a tomada de decisão.

10. ASPECTOS FINANCEIROS E ORÇAMENTÁRIOS

10.1. Estratégia de Gestão Econômico-Financeira

A Mantenedora é responsável, perante as autoridades públicas e o público em geral, pela IES, incumbindo-lhe tomar todas as medidas necessárias ao seu bom funcionamento, respeitando os limites da lei e do seu Regimento, a liberdade acadêmica dos corpos docente e discente e a autoridade própria de seus órgãos deliberativos e executivos.

Compete precipuamente à Mantenedora promover os adequados meios de funcionamento das atividades da Instituição colocando-lhe à disposição, os bens móveis e imóveis de seu patrimônio, ou de terceiros a ela cedidos e assegurando-lhe os suficientes recursos financeiros de custeio.

À Mantenedora reserva-se a administração orçamentária da IES, podendo delegá-la no todo ou em parte ao Diretor.

Dependem da aprovação da Mantenedora as decisões dos órgãos colegiados que importem aumento de despesas. Além disso, dependem de aprovação prévia da Mantenedora, por implicarem em alteração de despesas ou receitas:

- a) aceitação de legados, doações e heranças, com ou sem ônus;
- b) criação, ampliação, incorporação, desmembramento, fusão, suspensão e fechamento de cursos, habilitações, órgãos administrativos ou acadêmicos e o aumento, redistribuição ou redução de vagas;
- c) aprovação do orçamento anual da IES, assim como sua alteração;
- d) aprovação dos planos de carreira docente, de cargos e salários do pessoal técnico-administrativo e de capacitação ou desenvolvimento de recursos humanos;
- e) acordos salariais ou que contenham cláusulas de direitos e deveres para as partes envolvidas;
- f) contratação e dispensa de pessoal;

- g) aprovação de regulamento financeiro ou contrato de prestação de serviços a vigorar na IES, para seus usuários.

Os recursos financeiros da Instituição são provenientes de:

- a) dotações financeiras da Mantenedora;
- b) mensalidades, anuidades, taxas, contribuições ou emolumentos cobrados dos discentes;
- c) renda de bens e da aplicação de valores patrimoniais.

Os recursos gerados ou obtidos pela Instituição são aplicados na consecução dos seus objetivos.

A gestão econômico-financeira da IES realiza-se pelo estabelecimento de estratégias que possibilitam à Instituição saldar os compromissos assumidos, em decorrência de investimentos necessários, em plena sintonia com a estabilidade de funcionamento, quer acadêmico, quer administrativo, e ainda permitam o crescimento da Instituição. Dentre as estratégias adotadas destacam-se:

- a) Buscar a auto sustentabilidade econômico-financeira em cada unidade de serviço;
- b) Organizar todos os bens móveis e imóveis da IES de forma racional, catalogando, codificando, avaliando e inserindo todo o patrimônio no sistema de gestão;
- c) Providenciar a documentação que garanta o uso, posse e domínio dos bens patrimoniais da Instituição, conforme prevê legislação pertinente;
- d) Sistematizar o acompanhamento do desempenho de cada unidade de serviço através dos registros contábeis e gerenciais disponibilizados na gestão da Instituição;
- e) Buscar a melhoria contínua do sistema de custos;
- f) Realizar o rateio de todos os custos gerais da Instituição, de forma automática, com base em critérios a serem estabelecidos pela Mantenedora;
- g) Desenvolver a mentalidade de comprometimento com os resultados.

10.2. Demonstração da Sustentabilidade Financeira

	2019	2020	2021	2022	2023
Anuidades/Mensalidades	16.960.692,90	18.995.976,04	21.275.493,17	23.828.552,35	26.687.978,63
Taxas/Secretaria	120.071,71	134.480,31	150.617,95	168.692,10	188.935,15
Financeiras	200.405,88	224.454,58	251.389,13	281.555,83	315.342,53
Serviços					
Diversos					
RECEITA BRUTA	17.281.170,49	19.354.910,93	21.677.500,25	24.278.800,28	27.192.256,31
DESCONTOS	-24.811,00	-28.532,65	-32.812,55	-37.734,43	-43.394,60
Bolsas	-3.550.724,07	-4.083.332,68	-4.695.832,59	-5.400.207,47	-6.210.238,59
Inadimplência	-2.544.103,00	-2.479.517,00	-2.766.814,00	-2.859.426,00	-3.202.557,00
TOTAL DE DESCONTOS	-6.119.638,07	-6.591.382,33	-7.495.459,14	-8.297.367,90	-9.556.190,19
Receita Operacional	11.161.532,42	12.763.528,60	14.182.041,12	15.981.432,37	17.636.066,12

		2019	2020	2021	2022	2023
1. PESSOAL	Docente	-3.174.175,07	-3.555.076,07	-3.981.685,20	-4.459.487,43	-4.994.625,92
	Técnicos e Administ.	-1.136.595,17	-1.272.986,60	-1.425.744,99	-1.596.834,39	-1.788.454,51
	Encargos	-1.432.308,51	-1.604.185,53	-1.796.687,79	-2.012.290,32	-2.253.765,16
	Sub-total 1	-5.743.078,75	-6.432.248,20	-7.204.117,98	-8.068.612,14	-9.036.845,59
2. MANUTENÇÃO	Consumo	-80.286,26	-89.920,61	-100.711,08	-112.796,41	-126.331,98
	Manutenções	-62.719,15	-70.245,45	-78.674,90	-88.115,89	-98.689,79
	Aluguel	-38.278,64	-42.872,08	-48.016,73	-53.778,74	-60.232,19
	Despesas Gerais	-594.653,38	-666.011,79	-745.933,20	-835.445,19	-935.698,61
	Sub-Total 2	-775.937,43	-869.049,93	-973.335,92	-1.090.136,23	-1.220.952,57

		2019	2020	2021	2022	2023
3. INVESTIMENTO s/ %	Mobiliário	-13.500,00	-16.500,00	-14.500,00	-18.500,00	-12.000,00
	Reformas	-73.000,00	-78.000,00	-75.000,00	-62.000,00	-65.000,00
	Salas de aula					
	Laboratórios	-28.000,00	-36.000,00	-24.000,00	-32.000,00	-30.000,00
	Biblioteca	-44.000,00	-48.000,00	-51.500,00	-53.000,00	-53.000,00
	Acervo					
	Equip. informática	-39.000,00	-42.500,00	-41.000,00	-38.000,00	-40.000,00
	Computadores					
	Diversos	-38.000,00	-37.500,00	-45.500,00	-31.000,00	-48.000,00
	Sub-Total 3	-235.500,00	-258.500,00	-251.500,00	-234.500,00	-248.000,00
4. OUTROS	Treinamento	-26.173,21	-29.314,00	-32.831,68	-36.771,48	-41.184,06
	Pesquisa e Extensão	-80.000,00	-84.000,00	-86.000,00	-89.000,00	-89.000,00
	Eventos	-17.078,01	-17.927,37	-18.878,65	-19.944,09	-21.137,38
	Sub-Total 4	-123.251,22	-131.241,37	-137.710,33	-145.715,57	-151.321,44
	TOTAL	-6.877.767,40	-7.691.039,50	-8.566.664,22	-9.538.963,94	-10.657.119,60
	TOTAL LIQUIDO	4.283.765,02	5.072.489,10	5.615.376,90	6.442.468,43	6.978.946,52

11. CONCEPÇÃO METODOLÓGICA E ESTRUTURAL PARA O ENSINO A DISTÂNCIA

11.1. Metodologia utilizada pelo NEAD para a Interação com os Usuários

11.1.1. Métodos e Práticas de Ensino

Será utilizado o sistema Moodle, que tem por base a metodologia construcionista e desta forma favorece a Pedagogia Interativa, a Metodologia de Aprendizagem Colaborativa e as Avaliações Processuais.

11.1.2. Recursos Didáticos

Os Materiais Didáticos EaD são apresentados aos estudantes em formato multimídia, compreendendo livro-texto, vídeos, áudios, imagens e seguindo o proposto na ementa da respectiva disciplina de uma forma problematizadora. A problematização dos conteúdos constitui requisito necessário e essencial para o desenvolvimento desta proposta pedagógica, na medida em que estimula a participação do estudante e fornece ao professor uma constante

atualização de seu perfil, dos diferentes níveis de ganhos, bem como do grau de dificuldade identificado durante o processo de aprendizagem.

11.1.3. Mediação de Docentes, Tutores e Profissionais da Educação

A interação do estudante ocorre com o tutor presencialmente, assim como por meio do fórum disponibilizado pelo sistema, transmissões ao vivo no formato de videochamada dentro do próprio Ambiente Virtual de Aprendizagem e por canais de bate-papo virtuais na plataforma, e ainda mediante a elaboração e solução de questões que conferem a frequência na disciplina. Nos desafios reflexivos ao serem conferidos no percurso do desenvolvimento do estudante, tanto o tutor como professor acompanharão as interações teoria e prática.

11.2. Referencial para a Produção de Materiais Didáticos para a Modalidade de Ensino a Distância

11.2.1. Metodologia empregada na produção de Materiais Didáticos

Os Materiais Didáticos EAD são compostos por um conjunto de elementos que se complementam, incluindo conteúdo em texto (livro-texto e apresentação de slides), videoaulas, tutoriais e questionário de fixação e avaliação.

O desenvolvimento dos materiais é feito de acordo com os padrões e metodologias estabelecidos pelo NEAD (Núcleo de Educação a Distância), em consonância a Equipe Multidisciplinar, e com apoio da CDI (Coordenação de Design Instrucional).

Os materiais desenvolvidos pela equipe do NEAD seguem o proposto na ementa da respectiva disciplina de uma forma problematizadora, tendo como referência metodológica predominante a Aprendizagem Baseada em Problemas (APB ou PBL na sigla em inglês).

A problematização dos conteúdos constitui requisito necessário e essencial para o desenvolvimento desta proposta pedagógica, na medida em que estimula a participação do estudante e fornece ao professor uma constante atualização de seu perfil, dos diferentes níveis de ganhos, bem como do grau de dificuldade identificado durante o processo de aprendizagem.

A partir de questões problematizadoras, consideram-se os conhecimentos prévios e experiências do estudante, buscando uma síntese que explique ou resolva a situação-problema que desencadeou a discussão. Nesta perspectiva, os elementos curriculares adquirem novas formas e os conteúdos não são memorizados, mas apreendidos compreensivamente. Os estudantes são incentivados a avaliar o próprio trabalho, praticando assim a auto avaliação, postura indispensável à construção do conhecimento.

11.2.2. A Construção dos Materiais Didáticos

A construção do material didático é um trabalho coletivo que depende da integração de diferentes profissionais apresentados a seguir:

- **Equipe Multidisciplinar:** constituída por profissionais de diferentes áreas do conhecimento, entre outras ações, é responsável por metodologias e recursos educacionais para o ensino a distância.
- **Conteudista:** é o autor do material, deve desenvolver os temas propostos na ementa de acordo com o padrão de material da IES.
- **Coordenação do NEAD:** responsável pela contratação do conteudista, deve avaliar o conteúdo produzido e garantir que esteja de acordo com as demandas específicas do curso e alinhado às ementas das disciplinas. Após a aprovação do conteúdo deve encaminhar o material para a equipe de edição.
- **Editor:** gerencia o processo completo de edição, delegando e acompanhando o trabalho dos revisores e diagramadores. Deve garantir que os materiais estejam de acordo com os padrões institucionais e que atendam aos propósitos pedagógicos, com linguagem clara e formatação visual adequada.
- **Revisor:** responsável pela revisão do texto enviado pelo conteudista. Os revisores fazem todos os tipos de correções necessários, observando questões sintático-gramaticais, adequando citações e interferindo na linguagem para garantir a clareza do texto, trabalhando em conjunto com o editor.
- **Diagramador:** faz a composição visual final da página, insere as imagens e ajusta os elementos que compõem o material em cada página. Confere a paginação e o estilo dos parágrafos e dos títulos.

O modelo do NEAD orienta os conteudistas a partir de um referencial de construção do material considerando a seguinte estrutura: Definição dos Temas e Problemática Inicial, Desenvolvimento, Síntese e Problemática Final.

11.2.3. Estrutura Didática das Disciplinas (EaD)

A partir da ementa da disciplina o Conteudista define os temas que serão abordados em cada capítulo do material. Para cada tema, ele deve desenvolver uma situação problema que será apresentada nos slides e nas videoaulas. O estudante é convidado a uma reflexão sobre questões que relacionam o conteúdo com o contexto social, cultural e econômico. Esta problematização servirá de referência para a construção do conhecimento, conforme os objetivos, que cada unidade promove.

O processo de construção do conhecimento que é iniciado com a problematização se desdobra com a apresentação conceitual e prática dos conteúdos previstos na ementa. O desenvolvimento e o aprofundamento dos conteúdos são descritos no livro-texto e devem apresentar um conjunto de conceitos devidamente referenciado e contextualizado com a realidade e aplicabilidade.

Importante considerar que a apresentação de todos os Conteúdos Programáticos segue as premissas de uma linguagem dialógica em que o Estudante é tratado como principal interlocutor. Assim, ao produzir um conteúdo, o conteudista deve ter em mente a tarefa de construir para o estudante um cenário capaz de apresentar as condições em que aquele conjunto de informações ofertado ao longo da disciplina se desenrola.

No decorrer do texto é indicado ao conteudista intercalar vinhetas de interação que promovam uma melhor dinâmica no conteúdo a saber:

- **Refleta:** Cite um pequeno trecho ou questionamento que instigue a reflexão do aluno sobre o tema abordado.
- **Lembre-se:** Informação específica sobre o tema que o estudante precisa memorizar, principalmente, quando o conceito tenha sido comentado em um capítulo anterior.
- **Tome Nota;** Discussão sobre um ou mais conceitos abordados. É uma estratégia mnemônica.
- **Investigue:** Proponha conceitos correlatos aos temas discutidos para que o estudante pesquise seja numa biblioteca física ou na internet.
- **Hiperlink:** Solicite a consulta de um site específico – pedimos cuidado nessa indicação tanto para a qualidade das informações que o estudante irá encontrar, quanto para a instituição que hospede o site.
- **Façamos Juntos:** Desenvolva uma pergunta, no mesmo formato do ENEM, que aborde pelo menos um dos temas apresentados no capítulo, explicando como o estudante deve resolvê-la.
- **Faça Você Mesmo – Questão Objetiva:** Traga uma questão semelhante ao Façamos Juntos que será proposta para o estudante e que ele deverá consultar o Fórum para confirmar a resposta. – Por isso, não se esqueça de fornecer o gabarito da resposta.
- **Faça Você Mesmo – Questão Discursiva:** Apresente uma questão discursiva com sugestão de resposta que também será postada no Fórum.
- **Glossário:** Qualquer termo técnico ou palavra com acepções específicas, usadas no corpo do texto, devem constar do glossário. (Esse tópico será apresentado no término do capítulo).
- **Saiba Mais:** Escreva um pequeno texto sobre assunto complementar ao capítulo.

Ao final de capítulo, o conteudista apresenta tópicos que sintetizam os conceitos construídos no decorrer do processo, em um Resumo do Capítulo. Deve incluir, ainda, as Considerações Finais sobre o que foi discutido.

Após finalizar o desenvolvimento de um capítulo, o conteudista desenvolve um conjunto de questões de fixação. Tais questões devem estar alinhadas aos temas e tratados no capítulo, recontextualizando de diversas formas as situações-problema propostas. Esse questionário é disponibilizado para os alunos no AVA num espaço independente do livro-texto. A ideia aqui é promover uma ampliação da visão que se construiu sobre os conceitos tratados.

A Problematização Final tem por propósito estabelecer um novo momento de reflexão remetendo o Estudante a um novo patamar de entendimento e percepção da realidade. Desta forma, compreende-se que a curiosidade é emancipada como principal forma de avanço do conhecimento em contraposição aos modelos convencionais que limitam o estudante a um processo de assimilação e simples acomodação dos conteúdos tratados.

11.2.3.1. Matriz Didática para o Ensino a Distância

A partir das concepções norteadoras do trabalho pedagógico em EAD, cada disciplina é organizada a partir de uma matriz didática. Esta matriz é disponibilizada no AVA MOODLE, que se insere, nesta perspectiva, a partir dos seguintes referenciais de planejamento:

Área da Disciplina: ambiente estruturado para cada disciplina.

Apresentação: os objetivos, apresenta a disciplina.

Trilhas de Aprendizagem: para cada disciplina estarão estruturadas 3 (três) unidades de aprendizagem e cada uma delas estruturada em uma trilha de aprendizagem que se desdobrará em:

- **Fóruns:** espaço de que permite a interação on-line dos estudantes entre si e com o docente que pode utilizar o espaço para propor reflexões e debates complementares ao material didático e aulas on-line.
- **Tutorias ao vivo:** aulas ao vivo abordando diferentes tópicos relacionados ao conteúdo do livro-texto e questões. As aulas são ministradas pelo professor tutor responsável pela disciplina. O Moodle permite que as transmissões ao vivo fiquem gravadas, de modo que os alunos podem assisti-la em outros momentos.
- **Unidades de Conteúdo:** consiste no material didático propriamente dito composto de:
 - Livro-texto
 - Apresentações de Slides
 - Videoaulas

- Avaliação: composta por atividades elaboradas pelo conteudista (40% da nota) e pela prova final, elaborada pelo tutor (60% da nota)

11.2.4. Processos de Controle de Produção de Materiais Didáticos

O processo de controle de produção ou distribuição de material didático está formalizado e dispõe de um sistema informatizado de acompanhamento para o gerenciamento dos processos de produção de materiais didáticos, a partir de planilhas de produção – contendo os seguintes indicadores: disciplina; autor; editor; revisor; diagramador; capítulos do livro-texto, videoaulas e questões, por unidade.

Assim como, o Nead fica responsável pela produção de planilhas de projeção de custos. Todas as planilhas permitem visualizar como as demandas estão sendo geridas e executadas.

O Núcleo de Ensino também dispõe de um Plano de Contingência para dar garantia de continuidade de funcionamento de todos os processos de produção, edição, revisão e diagramação dos materiais.

11.2.5. Metodologia de Avaliação para o Ensino a Distância

Na Metodologia de Avaliação, destacamos, a Avaliação processual, formativa e a auto avaliação. A metodologia de avaliação por estar em convergência com a metodologia de ensino é aqui fundamentada na concepção de avaliação processual.

A avaliação processual valoriza o movimento educativo que o Estudante realiza durante o percurso de aprendizagem e a partir do feedback faz os ajustes de seu percurso de aprendizado.

Portanto, a avaliação aqui proposta não está restrita a um modelo de valoração máxima dos eventos de avaliação final. Assim compreendido, a avaliação é um momento de aprendizagem e não precisa ser apenas um momento de comprovação da capacidade de memorizar. Uma característica de referência da avaliação processual está no papel do corpo docente-tutorial que orientam os Estudantes para que consigam construir o conhecimento e superar os desafios de aprender.

No decorrer das disciplinas é dada ao professor a oportunidade de prever criativamente desafios que se convertam em aprendizado.

Para fins de atendimento do disposto em legislação vigente as avaliações dos cursos na modalidade a distância estarão assim estruturadas:

- Avaliações on-line (AVO): são atividades avaliativas desenvolvidas ao longo da disciplina (semestre), AVOF – para acompanhar a frequência, AVOL atividades por

unidades para a construção processual do conhecimento e AVOT – atividades discursivas com interação com o tutor a distância na interpretação e síntese do conhecimento. As notas obtidas corresponderão a 40% da composição da média final.

- **Avaliações presenciais (AVP):** são atividades avaliativas presenciais a serem realizadas nos respectivos polos de apoio presenciais em que o Estudante estiver matriculado. AVP – final onde o discente terá questões objetivas e discursivas a serem respondidas.

AVO (Avaliação On-line)

O conjunto de avaliações on-line (AVO) serão estruturados em atividades objetivas e discursivas que farão parte de cada disciplina e parte de um processo de aprendizagem fortemente sustentados pela Metodologia de Aprendizagem Colaborativa, assim, ficam estruturadas as seguintes referências:

- Cada disciplina está estruturada em 3 unidades e para cada unidade estarão disponíveis no AVA desafios a serem vencidos pelo discente, cada desafio está em formato de questão objetiva com peso 0,1, totalizando até 2,0, ou seja 20% da nota final da disciplina.
- Cada unidade de aprendizagem apresentará dois desafios a serem interpretados e sintetizados em uma análise crítica, escrita, a ser postada no AVA, para que o professor conteudista avalie. Esse desafio AVOT corresponde a 0,5 por unidade e 0,5 pela análise final do conteúdo da disciplina, totalizando até 2,0, ou seja 20% da nota final da disciplina.
- A soma dos pontos possíveis de cada desafio avaliativo corresponde a 40% da média final.

AVP (Avaliação Presencial)

Para cada disciplina cursada haverá uma avaliação presencial com peso predominante sobre as atividades on-line e será mandatória ao Estudante. A AVP estará estruturada:

- **Avaliação Final:** presencial, individual e sem consulta - formada por questões objetivas (10 questões) e discursivas (2 questões) que corresponderão a 6 pontos (0,4 para cada questão objetiva e 1,0 para cada questão discursiva respondida corretamente).
- A soma dos pontos obtidos na Avaliação Presencial - AVP corresponde a 60% da média final.

Cálculo da Média Final

A média final em cada disciplina será resultado da somatória dos pontos obtidos nas atividades avaliativas conforme representação abaixo:

AVALIAÇÕES	DESAFIOS	PESO
AVO 40%	AVOL – unidades I, II e III 20 desafios	2,0
	AVOT Unidades I, II e III, e análise final de cada disciplina	2,0
AVP 60%	Avaliação Final (Cada Disciplina)	6,0
TOTAL		10,0

Cálculo de Frequência

Os critérios de frequência nas disciplinas da modalidade a distância diferem dos critérios de presencialidade dos cursos convencionais. Nas disciplinas EaD da IES será considerada como frequência a resolução de 1 desafio por capítulo da disciplina, a ser respondido no AVA.



11.3. Estrutura Didática e Funcional do Ambiente Virtual de Aprendizagem EaD

Atualmente a sociedade parece estar mobilizada para a prática da modelagem de sistemas. Na Educação essa mobilização é realidade e uma parte significativa dos profissionais da educação a distância e de uma parcela da sociedade informatizada de nossos dias está dedicada ao exercício da modelagem dos ambientes interativos e de convivência concretos do mundo dito real e físico, para que possam ser realizados no ambiente virtual a concretização da educabilidade em meio à rede.

Parece ser consenso, pelo menos entre especialistas da educação a distância, que a sociedade contemporânea está mobilizada para a prática da modelagem de sistemas que transbordem ações comunitárias e interdisciplinares. Diante disso, verificamos que a interdisciplinaridade, como proposta da interação entre disciplinas aparentemente distintas proporciona posturas epistemológicas e pessoais que possibilitam a cognoscibilidade dos nossos estudantes. Sem dúvida, a interação/integração das disciplinas na formulação de um saber crítico-reflexivo, deve ser valorizada cada vez mais no processo de ensino-aprendizado na EaD.

Para atender as demandas dos PPCs a IES define como LMS o MOODLE que é software livre. A sigla do inglês significa: Modular *Object-Oriented Dynamic Learning Environment* (ambiente modular de aprendizagem dinâmica orientada a objetos). Trata-se de um LMS desenvolvido por uma comunidade de centenas de programadores em todo o mundo,

que continuamente colaboram desenvolvendo e compartilhando acréscimo de novas funcionalidades. Sendo um sistema robusto e consagrado em todo o mundo suportando milhares de Estudantes no processo de aprendizagem.

Em termos técnicos o Moodle é uma aplicação baseada na Web desenvolvido na linguagem PHP e suporta vários tipos de bases de dados. Ponto relevante é que o Moodle tem seu código fonte disponibilizado gratuitamente. Outro ponto relevante é que o Moodle tem por base a metodologia construcionista e desta forma favorece a Pedagogia Interativa, a Metodologia de Aprendizagem Colaborativa e Avaliações Processuais.

11.4. Especificidades na Interação entre Tutores, Docentes (EaD)

Não apenas no aspecto didático, o diálogo é necessário para o desenvolvimento e produção dos conteúdos educacionais com qualidade, o caráter interativo deve permear todas as instâncias do plano do projeto educacional à veiculação dos materiais, passando pela interação entre os tutores, docentes das disciplinas veiculadas a distância. Este princípio dialógico sustenta os materiais EaD da Unisepe Educacional.

A interação entre os tutores, docentes e coordenadores tem uma ferramenta específica, no AVA-Moodle. Essa ferramenta promove o apoio da relação de aprendizagem como um todo, pois os processos comunicacionais entre os agentes resultam na cooperação em que se reconheça a centralidade do estudante na construção do conhecimento na metodologia EaD.

Entende-se que essa ferramenta permite comunicação síncrona e assíncrona, sendo essa caracterizada pelo instrumento explorado, como fóruns, mensagens, lives, chats; proporcionando a interação entre a equipe. Além de facilitar o papel específico de docência e tutoria; permite aos seus membros acompanhar o processo de ensino e promover aprendizagem em EaD.

11.5. Processos de Qualificação Docente e Tutores

Periodicamente são oferecidos cursos de atualização cujo objetivo é aprimorar conhecimentos e habilidades que facilitam o desempenho profissional de docentes e tutores na sua área de atuação. As bases temáticas desses cursos giram em torno das Ferramentas do AVA, da Produção de Material Didático EaD, das Metodologias Ativas no Ensino a Distância. Privilegia-se, ainda, os seguintes temas: Design Instrucional, Tecnologias, Gestão, Educação e Comunicação; explorando conceitos fundamentais; assim como o conjunto de atividades interdisciplinares relacionados a esses temas.

No início dos semestres letivos, são oferecidos cursos de curta duração que abordam as dimensões técnico científica, pedagógica, comunicacional e organizacional aliadas às diretrizes de gestão, execução e produção dos conteúdos educacionais a partir da implementação de metodologias ativas de ensino-aprendizagem.

ANEXO 01 - Acessibilidade na FSL

Condições de Acessibilidade	
Categoria	Descrição/Justificativa das condições e ações
Atitudinal	É por meio da educação e do respeito que a convivência se torna possível em todos os ambientes da sociedade. Por acreditar nisto, o IPD exigirá de seus colaboradores e educandos uma relação pautada na empatia. É por essa empatia que a acessibilidade e inclusão tornar-se-ão concretas, pois acontecerão sem preconceitos, discriminação, estigmas e estereótipos. A Instituição promoverá ações e treinamentos a todos os colaboradores que se relacionam com o público interno e, principalmente, externo, fazendo com que todos se sintam acolhidos e respeitados.
Comunicacional	A acessibilidade comunicacional é uma barreira quando as informações não estão disponíveis para todos, seja porque não existem ou porque não são apresentadas de forma acessível. Audiodescrição, legendas, janela de Libras, impressões em braille e dublagem são alguns dos exemplos existentes. A Instituição buscará capacitar os comunicadores para produzirem o seu conteúdo de modo acessível, para que as pessoas com deficiência possam compreendê-lo. Também será preocupação da Instituição ter um funcionário capacitado em Libras para atender seu público. Em todas as matrizes curriculares existe a disciplina de Libras na forma optativa.
Digital	A fim de facilitar o uso e manuseio dos arquivos o repositório do AVA – Ambiente Virtual de Aprendizagem permite que qualquer formato ou composição de mídias possam ser disponibilizados a todos e de forma simples. Os softwares de leitura de telas, como o DOSVOX, JAW, NVDA, entre outros. Arquivos PDF (Portable Document Format) também serão lidos naturalmente pelos softwares, caso o aluno opte por utilizar esse formato.
Instrumental	Nossa plataforma de ensino AVA está desenvolvida de acordo com as internacionalmente reconhecidas diretrizes <i>Web Content Accessibility (WCAG)</i> e <i>Guidelines 2.0 Level AA</i>. As páginas da plataforma seguem uma estrutura comum, a fim de garantir familiaridade durante sua navegação pelo sistema. Uma combinação de cabeçalhos e referências ARIA é utilizada para definir a estrutura da página. Recursos como o menu de navegação global e os links rápidos podem ajudar com uma navegação mais rápida e mais eficiente. Os padrões do setor em termos de interações via teclado são usados em todo AVA e seguem modelos de navegação da Web amplamente utilizados, como a movimentação entre menus, abertura de menus e seleção de itens em um menu. Os padrões de navegação por teclado variam de acordo com o navegador (Internet Explorer, Firefox, Chrome), mas as interações dentro de cada navegador são comuns e consistentes. É possível habilitar estilos de alto-contraste na página e nas configurações de usuários. Isso garantirá a melhor experiência visual com base nas necessidades pessoais de cada aluno. Ainda é possível ajustar o tamanho de fontes da página, também acessíveis na página de configuração do usuário. A plataforma oferece suporte total a legendas em todos os tipos de mídia que possam ser carregados ou visualizados dentro do conteúdo do seu curso, bastando para isso estar com extensão do chrome da Unisepe ativada. Também conta com a ferramenta vlibras para transcrição em libras de todo site e AVA.
Pedagógica/Metodológica	Compreendemos que cada indivíduo aprende de maneira diferente e é preciso respeitar a condição de cada um. Diante de um educando com necessidade, seja física ou cognitiva, nos deparamos com a diversidade, e antes de preparar os materiais e o ambiente que o aluno frequentará, procuramos entender suas reais necessidades. A partir daí criaremos os recursos pedagógicos, as técnicas de ensino e as metodologias didáticas respeitando o limite de cada um. Toda a atenção será dada ao aluno desde seu ingresso, permanência e crescimento dentro da instituição de modo a garantir seu aproveitamento e desenvolvimento no processo de ensino e aprendizagem. Ao realizar a matrícula o educando já irá indicar sua deficiência e necessidades para que possamos melhor atendê-lo e integrá-lo ao ambiente universitário. Destacamos alguns recursos e técnicas pedagógicas utilizadas: - Atividade em alto relevo; - Prova de fonte ampliada; - Material de fonte ampliada; - Leitor de tela Jaws; - Auxílio leitor; - Descrição de fotos e imagens; - Atendimento Educacional Especializado feito pelo responsável do Apsi-Apoio Psicopedagógico da FSL
Arquitetônica	As barreiras arquitetônicas são todo tipo de obstáculo que impede as pessoas terem autonomia para se locomoverem, desfrutarem e ocuparem o espaço físico. Elas são as mais fáceis de identificar e estão presentes tanto nas residências e estabelecimentos comerciais quanto no espaço público. A Instituição preza pela acessibilidade arquitetônica oportunizando a todos piso podotátil, placas em braille, atendimento diferenciado presencial e banheiros acessíveis, com sinalizador sonoro de emergência. Além disso, a IES possui elevador.